



**Câmara Municipal
de Oeiras**

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 31 DE MAIO DE 2023

ATA NÚMERO CATORZE/DOIS MIL E VINTE E TRÊS

ÍNDICE

- 1 - ABERTURA E ORDEM DE TRABALHOS**
- 2 - APROVAÇÃO DE ATAS**
- 3 - SITUAÇÃO FINANCEIRA**
- 4 - ASSUNTOS DO C.A. DOS SIMAS**
- 5 - ASSUNTOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**
- 6 - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**
- 7 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA CARLA CASTELO**
- 8 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA ANA FILIPA LABORINHO**
- 9 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA TERESA BACELAR**
- 10 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR ARMANDO SOARES**
- 11 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR PEDRO PATACHO**
- 12 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR NUNO NETO**
- 13 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA CARLA ROCHA**
- 14 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA SUSANA DUARTE**
- 15 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA JOANA BAPTISTA**
- 16 - INFORMAÇÕES - SR. VICE-PRESIDENTE**
- 17 - INFORMAÇÕES - SR PRESIDENTE**
- 18 - RESPOSTAS ÀS INTERVENÇÕES DOS SRS. VEREADORES**
- 19 - PROPOSTA N.º. 484/23 - DOT - ESTUDO DE AVALIAÇÃO DE RISCOS SÍSMICO E DE
TSUNAMI NO CONCELHO DE OEIRAS**
- 20 - PROPOSTA N.º. 427/23 - DPOC - RATIFICAÇÃO DA 9ª. ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL
PERMUTATIVA**

- 21 - PROPOSTA Nº. 428/23 - DPU - ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO Nº. 2/2003, LOCALIZADO JUNTO À ESTRADA DE LEIÃO**
- 22 - PROPOSTA Nº. 429/23 - DPU - PROCº. Nº. P180/2021 - ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO Nº. 5/1998, EM CAXIAS**
- 23 - PROPOSTA Nº. 430/23 - SIMAS - RELATÓRIO E CONTA 2022 - PD Nº. 69/SIMAS/2023**
- 24 - PROPOSTA Nº. 431/23 - USG - Pº. 523/DCP/2023 - PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO, COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL, PARA AQUISIÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, HIGIENE E DESINFECÇÃO DE EDIFÍCIOS E EQUIPAMENTOS MUNICIPAIS, NA MODALIDADE DE FORNECIMENTO CONTÍNUO - DECISÃO DE CONTRATAR - APROVAÇÃO DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO E PEÇAS DO PROCEDIMENTO**
- 25 - PROPOSTA Nº. 432/23 - DPU - ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO 5/2004, SITO EM ALGÉS**
- 26 - PROPOSTA Nº. 433/23 - DPU - PROCº. Nº. P2/2014/2 - ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO Nº. 6/1989, PAÇO DE ARCOS**
- 27 - PROPOSTA Nº. 434/23 - DGSH - ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NA RUA SIDÓNIO PAIS, Nº. 3, 3º. ESQ., NO BAIRRO DO POMBAL**
- 28 - PROPOSTA Nº. 435/23 - DGSH - TRANSFERÊNCIA DE HABITAÇÃO PARA O FOGO SITO NA AV. INFANTE SANTO, Nº. 26, 2º. DTO., NO BAIRRO DO CASAL DA MEDROSA**
- 29 - PROPOSTA Nº. 436/23 - DGSH - ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NO LARGO MESTRE DE SANTA AUTA, Nº. 3, 1º. DTO., NO BAIRRO QUINTA DA POLITEIRA**
- 30 - PROPOSTA Nº. 437/23 - DGSH - TRANSFERÊNCIA DE HABITAÇÃO PARA O FOGO SITO NA RUA JOAQUIM MATIAS, Nº. 46, 1º. A, NO BAIRRO RIBEIRA DA LAGE**
- 31 - PROPOSTA Nº. 438/23 - DGSH - ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NA RUA DR. ALBERTO OSÓRIO DE CASTRO, Nº. 1, 3º. A, NO BAIRRO DE SÃO MARÇAL**



**Câmara Municipal
de Oeiras**

- 32 - PROPOSTA N.º. 439/23 - DGSH - TRANSFERÊNCIA DE HABITAÇÃO PARA O FOGO SITO NA RUA AZEREDO PERDIGÃO, N.º. 7, 2.º. DTO., NO BAIRRO DO POMBAL**
- 33 - PROPOSTA N.º. 440/23 - DGSH - TRANSFERÊNCIA DE HABITAÇÃO PARA O FOGO SITO NA RUA FRANCISCO MANUEL MELO, N.º. 26, 1.º. ESQ., NO BAIRRO BENTO DE JESUS CARAÇA**
- 34 - PROPOSTA N.º. 441/23 - DGSH - TRANSFERÊNCIA DE HABITAÇÃO PARA O FOGO SITO NA RUA INDIVERI COLUCCI, N.º. 5, R/C DTO., NO BAIRRO DO ALTO DA LOBA**
- 35 - PROPOSTA N.º. 442/23 - DGSH - TRANSFERÊNCIA DE HABITAÇÃO PARA O FOGO SITO NA RUA ANTÓNIO GOMES LEAL, N.º. 1, 1.º. DTO., NO BAIRRO DE SÃO MARÇAL**
- 36 - PROPOSTA N.º. 443/23 - SIMAS - AD (AQ) 5/2023/28 - ADJUDICAÇÃO DO PROCEDIMENTO PARA O FORNECIMENTO CONTÍNUO DE COMBUSTÍVEIS LÍQUIDOS - GASÓLEO, PARA A FROTA DOS SIMAS DE OEIRAS E AMADORA, ATRAVÉS DE DEPÓSITO AÉREO EXISTENTE EM LECEIA, POR 36 MESES, COM INÍCIO EM MAIO DE 2023, COM RECURSO AO ACORDO QUADRO DA CENTRAL NACIONAL DE COMPRAS MUNICIPAIS CONNECT - PD N.º. 99/SIMAS/2023**
- 37 - PROPOSTA N.º. 444/23 - SIMAS - CP 20168/2020 - APROVAÇÃO DE TRABALHOS COMPLEMENTARES CONTRATUAIS E NÃO CONTRATUAIS, DE NOVA PRORROGAÇÃO DE PRAZO E DOS NOVOS PLANOS DE TRABALHOS, DE EQUIPAMENTOS, DE MÃO DE OBRA E FINANCEIRO, NO ÂMBITO DA EMPREITADA DE “CONSTRUÇÃO DO NOVO RESERVATÓRIO DO ALTO DE SANTA CATARINA” - 3.º ADICIONAL - PD N.º. 100/SIMAS/2023**
- 38 - PROPOSTA N.º. 445/23 - SIMAS - PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DESTINADOS À HIGIENE E LIMPEZA DAS INSTALAÇÕES DOS SIMAS DE OEIRAS E AMADORA PARA OS ANOS DE 2021 A 2024 - REPOSIÇÃO DO EQUILÍBRIO FINANCEIRO DO**

CONTRATO Nº. 94/2021, EM FUNÇÃO DA ATUALIZAÇÃO DA REMUNERAÇÃO MÍNIMA MENSAL GARANTIDA - REVISÃO DO PREÇO CONTRATUAL PARA O ANO 2023 - PD Nº. 101/SIMAS/2023

39 - PROPOSTA Nº. 446/23 - SIMAS - 4ª. ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL PERMUTATIVA DA DESPESA CORRENTE, CAPITAL E PPI DE 2023 - PD Nº. 102/SIMAS/2023

40 - PROPOSTA Nº. 447/23 - SMPC - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA PARA PAGAMENTO DAS PROPINAS RELATIVAS À FORMAÇÃO DOS BOMBEIROS NA UNIVERSIDADE ATLÂNTICA - ANO LETIVO 2022/2023, MESES DE JUNHO A AGOSTO INCLUSIVE

41 - PROPOSTA Nº. 448/23 - SMPC - ATRIBUIÇÃO DE MEDALHA MUNICIPAL DE MÉRITO A AGENTES DE PROTEÇÃO CIVIL, NO ÂMBITO DAS FESTAS DO CONCELHO DE OEIRAS

42 - PROPOSTA Nº. 449/23 - UPGO - Pº. 2021/150-DGEP - “CICLOVIA DA RUA DA FONTE, VILA FRIA - LECEIA” - APROVAÇÃO DOS RELATÓRIOS PRELIMINAR E FINAL E CONSEQUENTE ADJUDICAÇÃO - APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO E NOMEAÇÃO DO GESTOR DO CONTRATO

43 - PROPOSTA Nº. 450/23 - DGSH - ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NA RUA ALBERTO OSÓRIO DE CASTRO, Nº. 36, 2º. ESQº., NO BAIRRO DE SÃO MARÇAL

44 - PROPOSTA Nº. 451/23 - DPS - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO DE APOIO À BANDA DO CENTRO DE CULTURA E DESPORTO (CCD)

45 - PROPOSTA Nº. 452/23 - DPS - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AO CENTRO DE CULTURA E DESPORTO (CCD) DE APOIO À ESTRUTURA, REFERENTE AO 2º. SEMESTRE DO ANO DE 2023

46 - PROPOSTA Nº. 453/23 - DPS - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AO CENTRO DE CULTURA E DESPORTO (CCD) PARA APOIO ÀS COLÓNIAS DE FÉRIAS 2023



**Câmara Municipal
de Oeiras**

- 47 - PROPOSTA Nº. 454/23 - DCH - Pº. 11/DCH/2023 - REQUALIFICAÇÃO DOS EDIFÍCIOS DA RUA ABEL FONTOURA DA COSTA, Nº. 2 E Nº. 4, DO BAIRRO MOINHO DAS ROLAS, EM PORTO SALVO - AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO, DE DESPESA, DAS PEÇAS PROCEDIMENTAIS E DE DESIGNAÇÃO DO JÚRI**
- 48 - PROPOSTA Nº. 455/23 - DCH - Pº. 37/DPCHM/2022 - CONSTRUÇÃO DO EMPREENDIMENTO HABITACIONAL PARQUE DA JUNÇA, 16 FOGOS E 4 FRAÇÕES COMERCIAIS, LINDA-A-VELHA - SUBSTITUIÇÃO DO GESTOR DO CONTRATO**
- 49 - PROPOSTA Nº. 456/23 - UPGO - Pº. 2022/84-DEM - “CONSTRUÇÃO DO PÓLO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL E AGÊNCIA DE EMPREENDEDORES SOCIAIS, EM CARNAXIDE” - APROVAÇÃO DOS RELATÓRIOS PRELIMINAR E FINAL E CONSEQUENTE ADJUDICAÇÃO - APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO E NOMEAÇÃO DO GESTOR DO CONTRATO**
- 50 - PROPOSTA Nº. 457/23 - DCS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À UNIÃO DE FREGUESIAS DE ALGÉS, LINDA-A-VELHA E CRUZ QUEBRADA/DAFUNDO, PARA DAR RESPOSTA À MERCEARIA SOCIAL**
- 51 - PROPOSTA Nº. 458/23 - DCS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA AO CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE NOSSA SENHORA DE PORTO SALVO, PARA APOIO ÀS ATIVIDADES DE VERÃO 2023**
- 52 - PROPOSTA Nº. 459/23 - DCS - REFORÇO DE VERBA A ENTIDADE PARCEIRA DO FUNDO DE EMERGÊNCIA SOCIAL - CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE SÃO JULIÃO DA BARRA**
- 53 - PROPOSTA Nº. 460/23 - DCS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO DOS NAVEGADORES PARA APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO PROJETO BAIRRO FELIZ E DESIGNAÇÃO DE GESTOR DO**

CONTRATO

- 54 - PROPOSTA Nº. 461/23 - DCS - APLICAÇÃO DE COMPARTICIPAÇÕES ECONÓMICAS AOS PARTICIPANTES NO PROGRAMA TURISMO SÉNIOR**
- 55 - PROPOSTA Nº. 462/23 - DCS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO DOS NAVEGADORES PARA A REALIZAÇÃO DA FASE II DO PROJETO “LITERACIA INFORMÁTICA”**
- 56 - PROPOSTA Nº. 463/23 - DCS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA AO CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE SÃO ROMÃO DE CARNAXIDE PARA APOIO À DESLOCAÇÃO DO GRUPO “OS TRAQUINAS” A ESPANHA (BARCELONA E MADRID)**
- 57 - PROPOSTA Nº. 464/23 - DCS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À LIGA DOS COMBATENTES - NÚCLEO DE OEIRAS/CASCAIS, PARA APOIO A ATIVIDADES SOCIAIS**
- 58 - PROPOSTA Nº. 465/23 - UGPS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À ALZHEIMER PORTUGAL - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE FAMILIARES E AMIGOS DE DOENTES DE ALZHEIMER PARA APOIO AO FUNCIONAMENTO DO GABINETE CUIDAR MELHOR, DE OEIRAS**
- 59 - PROPOSTA Nº. 466/23 - DCS - APOIO ÀS JUNTAS E UNIÕES DE FREGUESIAS PARA A OPERACIONALIZAÇÃO DE APOIO AOS CUSTOS OPERACIONAIS DA IMPLEMENTAÇÃO DA INTERVENÇÃO E APOIO SOCIAL AOS MUNÍCIPIES MAIS VULNERÁVEIS**
- 60 - PROPOSTA Nº. 467/23 - DCS - ACERTOS RELATIVOS AO PROCESSO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA ÀS UNIÕES DE FREGUESIA E À JUNTA DE FREGUESIA DE PORTO SALVO PARA FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS DE INFÂNCIA - 1º. TRIMESTRE DE 2023**
- 61 - PROPOSTA Nº. 468/23 - DCS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À**



KMT - ASSOCIAÇÃO MOREIRA TEAM PARA 2023, PARA FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DE INTEGRAÇÃO SOCIAL DE CRIANÇAS E JOVENS PERTENCENTES A AGREGADOS FAMILIARES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE

62 - PROPOSTA Nº. 469/23 - GCI - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA PARA O “CLUSTER” DAS INDÚSTRIAS DA AERONÁUTICA, DO ESPAÇO E DA DEFESA AO ABRIGO DO PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO E A ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA PARA O “CLUSTER” DAS INDÚSTRIAS DA AERONÁUTICA, DO ESPAÇO E DA DEFESA

63 - PROPOSTA Nº. 470/23 - GCI - CONTRATO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA ENTRE O MUNICÍPIO DE OEIRAS E A UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA RELATIVO À CONSTRUÇÃO/INSTALAÇÃO DOS LABORATÓRIOS DO “CATÓLICA BIOMEDICAL RESEARCH CENTRE (CBR)”, NO PISO 3 DO EDIFÍCIO DA BIBLIOTECA DO INSTITUTO GULBENKIAN DE CIÊNCIA (IGC)

64 - PROPOSTA Nº. 471/23 - GCI - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA (ITQB-NOVA) E À FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN (IGC), NO ÂMBITO DA EOCT 2020-25

65 - PROPOSTA Nº. 472/23 - UJ - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À ASSOCIAÇÃO PROATLÂNTICO, PARA REALIZAÇÃO DE INTERCÂMBIOS DE JOVENS EM ESPANHA

66 - PROPOSTA Nº. 473/23 - DE - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À ASSOCIAÇÃO ANTÓNIO RAMALHO BOXING SPIRIT, PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO “PROJETO APRENDE E CONSTRÓI-TE”, NA OPERAÇÃO INTEGRADA LOCAL (OIL) DE CARNAXIDE E QUEIJAS, NO ÂMBITO DO PRR

67 - PROPOSTA Nº. 474/23 - DPOC - RATIFICAÇÃO DA 10ª. ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL

PERMUTATIVA

- 68 - PROPOSTA Nº. 475/23 - DTGE - FEIRA DAS FESTAS DE OEIRAS 2023 - RECONHECIMENTO DE BENEFÍCIO TRIBUTÁRIO DE REDUÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXA DEVIDA PELA OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO**
- 69 - PROPOSTA Nº. 476/23 - DTGE - “FESTIVAL NOS ALIVE 2023” - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA, APOIO LOGÍSTICO E ISENÇÃO DE TAXAS**
- 70 - PROPOSTA Nº. 477/23 - DFP - REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE BENEFÍCIOS FISCAIS APLICÁVEIS A IMPOSTOS DO MUNICÍPIO DE OEIRAS - APROVAÇÃO FINAL**
- 71 - PROPOSTA Nº. 478/23 - DFP - SEGUNDA ADENDA AO CONTRATO DE EMPRÉSTIMO BPI**
- 72 - PROPOSTA Nº. 479/23 - UPGO - Pº. 2018/80-DEM - “PALÁCIO DO MARQUÊS DE POMBAL (OEIRAS) - RECUPERAÇÃO DE FACHADAS, CANTARIAS E ORNAMENTOS” - APROVAÇÃO DA REVISÃO DE PREÇOS EXTRAORDINÁRIA**
- 73 - PROPOSTA Nº. 480/23 - DGEV - DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO RELATIVA AO CONCURSO PÚBLICO, COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL, POR DIVISÃO EM LOTES, PARA AQUISIÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DOS ESPAÇOS VERDES DO CONCELHO DE OEIRAS**
- 74 - PROPOSTA Nº. 481/23 - GCAJ - REVISÃO DO “REGULAMENTO DAS ZONAS DE ESTACIONAMENTO DE DURAÇÃO LIMITADA (RZEDL) DO MUNICÍPIO DE OEIRAS” - APROVAÇÃO DO PROJETO PARA CONSULTA PÚBLICA**
- 75 - PROPOSTA Nº. 482/23 - DGO - REVISÃO DO REGIMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS**
- 76 - PROPOSTA Nº. 483/23 - DOT - MAPA ESTRATÉGICO DE RUÍDO (MER) DO MUNICÍPIO DE OEIRAS**



Câmara Municipal
de Oeiras

- 77 - PROPOSTA N.º. 485/23 - DTGE - CONCERTOS THE WEEKND, MAROON 5, DEF LEPPARD E MÖTLEY CRÛE E HARRY STYLES - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À EVERYTHING IS NEW, APOIO LOGÍSTICO E ISENÇÃO DE TAXAS MUNICIPAIS**
- 78 - PROPOSTA N.º. 486/23 - DPU - PROC.º. N.º. P2/2006/134 - ALTERAÇÃO OFICIOSA DO ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º. 1/2008, LOCALIZADO EM TALAÍDE**
- 79 - PROPOSTA N.º. 487/23 - GAP - MEDALHAS DE MÉRITO MUNICIPAL E MEDALHAS DE HONRA**
- 80 - ENCERRAMENTO DA REUNIÃO**



Câmara Municipal
de Oeiras

-----ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 31 DE MAIO DE 2023 -----

----- ATA NÚMERO CATORZE/DOIS MIL E VINTE E TRÊS-----

----- Aos trinta e um dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e três, nesta Vila de Oeiras, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal de Oeiras, sob a Presidência do Senhor Presidente Doutor Isaltino Afonso Morais, estando presentes os Senhores Vice-Presidente Doutor Emanuel Francisco dos Santos Rocha de Abreu Gonçalves e Vereadores Doutora Joana Micaela Salvador Baptista, Professor Doutor Pedro Manuel Freire Patacho, Doutora Ana Filipa Laborinho da Fonseca, Doutor Armando Agria Cardoso Soares, Doutora Teresa Alexandra de Matos Santos Simões Vaz de Bacelar, Doutora Susana Isabel Costa Duarte, Doutor Nuno Ricardo Ribeiro de Almeida Neto, Doutora Carla Alexandra Orvalho da Silva Castelo e Doutora Carla Cristina Teixeira Rocha. -----

1 - ABERTURA E ORDEM DE TRABALHOS: -----

----- Às quinze horas e dez minutos, o **Senhor Presidente** declarou aberta a reunião e submeteu à votação a respetiva ordem de trabalhos que foi aprovada, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo. -----

2 - APROVAÇÃO DE ATAS: -----

----- O **Senhor Presidente** submeteu à votação a ata número doze, de dois mil e vinte e dois, de três de maio, previamente distribuída pelo que foi dispensada a sua leitura, tendo-se verificado a sua aprovação, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho e Susana Duarte. ---- -----

----- Não participou na votação a Senhora Vereadora Carla Castelo por não ter estado

presente na reunião, nos termos do artigo trigésimo quarto, número três, do Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro.-----

3 - SITUAÇÃO FINANCEIRA:-----

-----Foi presente o balancete de tesouraria, relativo ao período de vinte e dois de maio de dois mil e vinte e três a vinte e oito de maio de dois mil e vinte e três, tendo o **Senhor Presidente** informado da disponibilidade orçamental, previsão de tesouraria, compromissos em aberto e execução do orçamento de dois mil e vinte e três, constatando-se um saldo orçamental positivo de catorze milhões seiscentos e oitenta e quatro mil duzentos e trinta e nove euros. -----

4 - ASSUNTOS DO C.A. DOS SIMAS:-----

-----Conforme artigo quinquagésimo segundo, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, a Câmara tomou conhecimento dos principais assuntos tratados na reunião do Conselho de Administração dos SIMAS - Serviços Intermunicipalizados de Água e Saneamento dos Municípios de Oeiras e Amadora realizada no passado dia vinte e dois de maio, os quais são: -----

-----“Informações: -----

-----Tomou conhecimento do Resumo Diário da Tesouraria à Data. -----

-----Propostas de deliberação:-----

-----Abertura de Procedimento por concurso público para a prestação de serviços de manutenção preventiva dos equipamentos da marca “Skalar” com prazo de execução de três anos entre dois mil e vinte e três e dois mil e vinte e seis, pelo preço base de vinte mil e dezasseis euros, acrescido do IVA à taxa em vigor, com o prazo de execução de três anos, a ocorrer entre dois mil e vinte e três e dois mil e vinte e seis - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto; -----

-----Abertura de procedimento por concurso público (por lotes), para prestação de serviços de calibração e manutenção de equipamentos de laboratório a executar entre dois mil e vinte e três e dois mil e vinte e seis, pelo prazo de três anos, pelo preço base total de dezasseis



Câmara Municipal
de Oeiras

mil e duzentos euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor e a iniciar em dois mil e vinte e três e terminar em dois mil e vinte e seis - Retirada;-----

----- Abertura de procedimento por concurso público, para a prestação de serviços de limpeza dos separadores de gorduras dos refeitórios dos edifícios dos SIMAS - Anos dois mil e vinte e três a dois mil e vinte e seis, na modalidade de tarefa, pelo preço base de dezassete mil e quinhentos euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto;-- -----

----- Procedimento para o fornecimento contínuo de combustíveis líquidos - Gasóleo, para a frota dos SIMAS de Oeiras e Amadora, através do depósito aéreo existente em Leceia, por trinta e seis meses, com início em maio de dois mil e vinte e três com recurso ao Acordo Quadro da Central Nacional de Compras Municipais CONNECT- Adjudicação à entidade Lubrifuel - Combustíveis e Lubrificantes, Limitada, pelo valor global de trezentos e vinte e quatro mil euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto; -----

----- Empreitada “Construção do novo reservatório do Alto de Santa Catarina” - Concurso público vinte mil cento e sessenta e oito, de dois mil e vinte - Aprovação de trabalhos complementares contratuais e não contratuais, de nova prorrogação de prazo e do novo Plano de Trabalhos, Plano de Equipamentos, Plano de Mão de Obra e Plano Financeiro - terceiro adicional - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto; -----

----- Procedimento por concurso público com publicidade internacional para a prestação de serviços destinados à higiene e limpeza das instalações dos SIMAS de Oeiras e Amadora para os anos de dois mil e vinte e um a dois mil e vinte e quatro - Reposição do equilíbrio financeiro do contrato número noventa e quatro, de dois mil e vinte e um, em função da atualização da remuneração mínima mensal garantida (RMMG) / Revisão do preço contratual para o ano de dois mil e vinte e três - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto; -----

----- Quarta alteração orçamental permutativa da despesa corrente, Capital e PPI de dois

mil e vinte e três - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto;-----

-----Mapa Anual de Recrutamento para dois mil e vinte e três - Retirada;-----

-----Pronúncia sobre recurso hierárquico interposto em vinte e nove de abril de dois mil e vinte e dois, para impugnação da deliberação do Conselho de Administração dos SIMAS de Oeiras e Amadora de sete de fevereiro de dois mil e vinte e dois, que determinou o arquivamento do processo disciplinar número quatro, de dois mil e vinte e um, sob a informação número dois, de dois mil e vinte e dois - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto;-----

-----Prestação de serviços destinados à fiscalização externa da empreitada “Construção do Reservatório do Alto de Santa Catarina - Concurso público vinte e um mil e sessenta, de dois mil e vinte e um - Modificação objetiva do contrato para fiscalização de trabalhos complementares para reforço de segurança nas áreas de acesso público - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto; -- -----

-----Procedimento por concurso público, com vista ao fornecimento de “Firewall”, com manutenção pelo período de três anos - Retificação à proposta de deliberação- Foi aprovado, por unanimidade, o proposto.-----

5 - ASSUNTOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: -----

-----Conforme artigo quinquagésimo segundo, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, o **Senhor Presidente** deu conhecimento à Câmara da remessa pela Assembleia Municipal dos seguintes ofícios:-----

-----Número duzentos e quarenta e sete, remetendo cópia da deliberação sobre Voto de Repúdio, apresentado pelo Grupo Político Municipal do Partido Socialista e subscrito por todos os Grupos Políticos da AMO, com exceção do Partido Chega, na qual deliberou por maioria, com trinta e quatro votos a favor, sendo dezasseis do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa



Câmara Municipal
de Oeiras

Liberal, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide/Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos e Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo e com um voto contra do Partido Chega, repudiar com veemência os comportamentos e as práticas do Chega tidas no passado sábado, afirmando o seu apego à democracia, à tolerância e à liberdade e apelar a todos os democratas e a todas as instituições para que estejam atentas, não hesitando em agir na defesa da nossa democracia e liberdade. -----

----- Este Voto de Repúdio deverá ser remetido ao Senhor Presidente da República, ao Senhor Presidente da Assembleia da República, a todos os Partidos Políticos e Grupos Parlamentares com assento na Assembleia da República e publicado no sítio da Assembleia Municipal, bem como, em pelo menos, um jornal de dimensão nacional.-----

----- Número duzentos e cinquenta, remetendo cópia da deliberação sobre Voto de Saudação - “Dia Nacional dos Cientistas”, apresentado pelo Grupo Político Municipal do Evoluir Oeiras, na qual deliberou por unanimidade dos presentes, com trinta e cinco votos a favor, sendo dezasseis do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Chega, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide/Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos e Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, prestar a sua homenagem às mulheres e homens que se dedicam à ciência e contribuem com o seu trabalho para o progresso social assente na curiosidade, na criatividade, no pensamento crítico e no envolvimento de todos os cidadãos, bem como publicar este voto no sítio da Assembleia Municipal e em pelo menos um jornal de dimensão nacional. -----

----- Número duzentos e cinquenta e um, dando conhecimento que na reunião de dezasseis

de maio de dois mil e vinte e três, apreciou a proposta de deliberação número duzentos e noventa e sete, de dois mil e vinte e três - GMA - Plano de atividades e orçamento dois mil e vinte e três da “Taguspark - Sociedade de Promoção e Desenvolvimento do Parque de Ciência e Tecnologia da Área de Lisboa, Sociedade Anónima”.-----

-----Número duzentos e cinquenta e dois, remetendo cópia da deliberação sobre proposta C.M.O. número duzentos e noventa e oito, de dois mil e vinte e três - DCS - Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas (POAPMC) - Apoio às Juntas e Uniões de Freguesias para a operacionalização de apoio alimentar, na qual deliberou por maioria, com trinta e um votos a favor, sendo dezoito do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, dois do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Chega, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide/Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos e Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, com quatro votos contra do Partido Socialista e com uma abstenção do Partido Iniciativa Liberal, aprovar a atribuição de uma comparticipação financeira no montante global de cinquenta e sete mil cento e cinquenta e cinco euros e sessenta e quatro cêntimos, para apoio à operacionalização do Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas - POAPMC, correspondente à diferença entre o custo anual do Programa e o financiamento do POAPMC e, concretamente: -----

-----União de Freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo, no valor de onze mil oitocentos e setenta e três euros e trinta e quatro cêntimos;-----

-----Junta de Freguesia de Barcarena, no valor de doze mil oitocentos e trinta e dois euros e sessenta e um cêntimos;-----

-----União de Freguesias de Carnaxide e Queijas, no valor de dezasseis mil duzentos e dezassete euros e trinta e nove cêntimos;-----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- União de Freguesias de Oeiras, Paço de Arcos e Caxias, no valor de seis mil oitocentos e vinte e três euros e noventa e oito cêntimos;-----

----- Junta de Freguesia de Porto Salvo, no valor de nove mil quatrocentos e oito euros e trinta e dois cêntimos. -----

----- A minuta de termo de aceitação que enquadra esse apoio. -----

----- Número duzentos e cinquenta e três, dando conhecimento que na reunião de dezasseis de maio de dois mil e vinte e três a proposta de deliberação número trezentos e dezoito, de dois mil e vinte e três - DGALU - Isenção do pagamento das taxas das filmagens da “Sina” curta-metragem” - Solicitada pela produtora “Adesiva”, foi retirada.-----

----- Número duzentos e cinquenta e quatro, dando conhecimento que na reunião de dezasseis de maio de dois mil e vinte e três, a proposta de deliberação número trezentos e dezanove, de dois mil e vinte e três - DD - Atribuição de apoio financeiro, a título de patrocínio desportivo, à Native Warriors, Unipessoal, Limitada, para organização dos eventos desportivos “Ninja OCR Police Oeiras” e “Kids Race”, em dois mil e vinte e três - Isenção de taxas - Foi retirada. --- -----

----- Número duzentos e cinquenta e cinco, dando conhecimento que na reunião de dezasseis de maio de dois mil e vinte e três, a proposta de deliberação número trezentos e vinte, de dois mil e vinte e três - DGP - Proposta de abertura de procedimento concursal com vista à constituição de vínculo de emprego público por comissão de serviço nos cargos de Chefe de DCP, DP, DPOC, DGF e DSA - Foi retirada. -----

----- Número duzentos e cinquenta e seis, remetendo cópia da deliberação sobre proposta C.M.O. número trezentos e trinta e nove, de dois mil e vinte e três - DRU - AUGI de Leceia - Projeto de loteamento - fase três, artigo matricial oitocentos e setenta e dois, na qual deliberou por unanimidade dos presentes, com trinta e quatro votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, dois do Partido Social

Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Chega, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide/Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos e Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, aprovar o projeto de loteamento de iniciativa privada do artigo oitocentos e setenta e dois, em Leceia.-----

-----Número duzentos e cinquenta e sete, remetendo cópia da deliberação sobre proposta C.M.O. número trezentos e oitenta e sete, de dois mil e vinte e três - DTGE - Atribuição de participação financeira à Road Vinte e Um - Portugal Classic Association para a realização da “FIVA World Rally Portugal dois mil e vinte e três” - apoio logístico e isenção de taxas, na qual deliberou por maioria, com vinte e oito votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, dois do Partido Social Democrata, um do Partido Chega, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide/Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos e Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, com um voto contra do Partido Iniciativa Liberal e com cinco abstenções, sendo três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras e duas da Coligação Democrática Unitária, aprovar a isenção do pagamento das licenças camarárias, no valor de seis mil trezentos e cinquenta e três euros e noventa centimos, à “Road Vinte e Um - Portugal Classic Association, para a realização do “FIVA World Rally Portugal dois mil e vinte e três. -----

6 - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: -----

-----O **Senhor Vice-Presidente** declarou aberto o período para intervenção do público, tendo usado da palavra a seguinte munícipe: -----

-----A **Primeira** que disse: -----

-----“Vou tentar expor uma situação que se arrasta, há dois anos. Eu comecei a queixar-



Câmara Municipal
de Oeiras

me ao Continente Bom Dia de Santo Amaro de Oeiras, da operação que decorre da loja deles, que impacta na minha qualidade de vida.-----

----- Eu sou residente do novo empreendimento imediatamente por cima. O meu apartamento está imediatamente por cima da zona de cargas e descargas deles. A zona dos meus quartos lá atrás e o meu quarto com suite, vai precisamente para uma zona um pouco atrás, porque já me deram acesso ao Continente para ir ver qual era a situação e é uma zona onde passam os carrinhos, e eu ouço tudo lá em cima, só não ouço vozes e telemóveis, é estranho e aqui sou leiga na matéria, mas eu acho que são vibrações, portanto, a forma de isolamento acústico que foi feito naquela zona de cargas e descargas foi mal feito de origem. -----

----- O Continente, verdade seja dita, já tentou fazer algumas coisas, eu tenho visto, mas o que é que eles não fizeram? -----

----- Foi encerrar a loja, retirar todas as estruturas que estão presas no teto, fazer o isolamento acústico correto e depois voltarem a abrir a loja.-----

----- Compreendo que isso tem um impacto financeiro tremendo, para a SONAE, mas lamento, eu não vou desistir enquanto a minha qualidade de vida não estiver reposta, investi também muito nesta habitação. -----

----- O que é que eles têm feito?-----

----- Já colocaram um teto falso. -----

----- A temperatura média do meu apartamento são vinte e seis graus e a temperatura média no Verão são vinte e oito graus, portanto, não sei, mas isto ainda nem abordei com eles, porque eu acho que isso vai ficar resolvido quando eles fizerem o devido isolamento acústico, mas desde que fizeram o teto falso esta é a temperatura média do meu apartamento. -----

----- Felizmente lido bem com essa temperatura, desde que não me afete, tudo bem.-----

----- Mas ter um som vibratório constantemente no meu apartamento, o som de um motor, a partir das sete horas da manhã, ninguém dorme. Não sei o que é, é um motor constante, algo

que está a trabalhar lá em baixo, eu oiço na zona de quartos, às vezes na zona da sala também.---

-----A parede contígua a todo o apartamento e toda a traseira dos quartos, é por aí que vem o som.” -----

-----O **Senhor Vice-Presidente** questionou: -----

-----“Foi realizada uma medição acústica até agora?”-----

-----Respondeu a **municípe**: -----

-----“Quantas quer?” -----

-----O **Senhor Vice-Presidente** referiu:-----

-----“Eu estava a falar com a minha adjunta, e mandei fazer uma medição acústica no horário fora das horas de funcionamento.”-----

-----Respondeu a **municípe**: -----

-----“Todas as que eu fiz foram às sete horas da manhã.” -----

-----O **Senhor Vice-Presidente** referiu:-----

-----“Eu aqui não tenho acesso ao processo, se quiser falar comigo no meu gabinete, eu recebo-a em data próxima, não tendo acesso ao processo, não consigo conhecer em concreto, já mandei fazer a medição de fora do horário, mas diz-me que já foi feita.”-----

-----Volveu a **municípe**:-----

-----“No seguimento do seu pedido, já encomendei uma terceira.” -----

-----O **Senhor Vice-Presidente** referiu:-----

-----“A que mandei fazer era a expensas do Município e noutra hora.”-----

-----Volveu a **municípe**:-----

-----“A Polícia já enviou um e-mail para essa empresa a dizer para entrar em contacto comigo, mas já passou um mês.” -----

-----O **Senhor Vice-Presidente** referiu:-----

-----“Nós temos que falar fora daqui de modo a eu ter acesso ao processo. -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Vou-lhe só pedir que deixe o contacto com a minha adjunta para podermos reunir com a Polícia Municipal e o Urbanismo.”-----

----- A **Segunda** que disse:-----

----- “No passado dia vinte e dois de fevereiro de dois mil e vinte e três, estive nesta Assembleia a apresentar uma comunicação sobre a situação degradante do Bairro Comendador Joaquim Matias, em Paço de Arcos, Concelho de Oeiras, presumo. -----

----- Passados exatamente três meses e nove dias desde esse momento em que apresentei causas, consequências e até possíveis soluções para resolver os graves problemas do Bairro, assim o faz o bom cidadão, venho por este meio agradecer.-----

----- Obrigada pela regular fiscalização camarária e policiamento a pé;-----

----- Obrigada por acautelarem a qualidade de vida dos vadios que ocupam casas, intimidam as pessoas na rua, destroem património público, inundam as ruas de garrafas de vidro, de lixo;-----

----- Obrigada à Câmara por manter as ruas impecavelmente sujas;-----

----- Obrigada por protegerem as pessoas que todos os dias alimentam os pombos;-----

----- Obrigada por terem desnivelado passeios em pontos estratégicos para as pessoas com mobilidade reduzida, nomeadamente em cadeira de rodas;-----

----- Obrigada à Câmara por nada ter feito.-----

----- Obrigada à Câmara por colocar Paço de Arcos na cauda do Concelho de Oeiras;-----

----- Obrigada pela oportunidade de expor aqui problemas e nada se faz.-----

----- Deixo aqui uma pergunta para a qual agradeço uma resposta direta, objetiva e clara, para prosa poética e divagação literária faço eu, que sou docente do ensino secundário de português. Pergunta: Por que motivo não é dado crédito aos munícipes de Paço de Arcos que praticam o dever da cidadania?-----

----- Grata pela atenção dispensada, obrigada.”-----

-----O **Senhor Vice-Presidente** argumentou o seguinte: -----

-----“Como deve entender, colocou questões e algumas delas têm a ver com segurança pública e a segurança pública não é competência do Município, o Município solicita à PSP que reforce o policiamento, solicita muito à PSP que o faça, procura melhorar algumas questões que nos trouxe e que são do nosso conhecimento, porque o Bairro Joaquim Matias tem problemas estruturais desde o momento em que foi planeado, quanto mais construído e com o crescimento e a motorização do Concelho, cresceu substancialmente.-----

-----O Município também não pode regular a quem as casas são arrendadas ou que não são arrendadas, pode minorar algumas questões. -----

-----As questões que nos traz de salubridade dos pombos é um problema antiquíssimo no Bairro Joaquim Matias, eu suponho que a Senhora resida há alguns anos, se não, deixe-me dizer-lhe que não é de hoje o problema do Bairro Joaquim Matias e nós não podemos pôr um Polícia Municipal atrás de cada pessoa que alimenta os pombos, nós podemos multar, podemos procurar, mas são questões que não têm assim tão fácil solução. -----

-----Agora veja, eu respondo com toda a honestidade, sem ironia e sem escárnio. Era simpático quando se dirigisse a nós, praticasse o mesmo, nós não estamos a fazer poesia, eu estou ou nós estamos todos efetivamente preocupados com os problemas do Bairro Joaquim Matias, como de todos os outros bairros e todas as ruas do Concelho. -----

-----Há aqui questões....”-----

-----A **munícipe** disse:-----

-----“Desculpe interromper.”-----

-----O **Vice-Presidente** disse:-----

-----“Não interrompa.”-----

-----A **munícipe** disse:-----

-----“Mas vou interromper.”-----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- O **Vice-Presidente** disse:-----

----- “Não interrompe, não me obrigue a pedir que devolva o microfone, porque isto não é um diálogo. A Senhora coloca as questões e eu respondo, já colocou as questões e eu estou a responder.”-----

----- A **município** referiu:-----

----- “Uma questão.”-----

----- O **Vice-Presidente** disse:-----

----- “Então coloca todas as questões de uma vez.”-----

----- A **município** observou:-----

----- “A única questão que eu quero colocar é: Porque razão é quando os munícipes, os habitantes, os moradores, melhor dizendo, desse Bairro vêm aqui reclamar pela limpeza, pela segurança, por tudo aquilo que eu já disse, até por ratos, que inundam o Bairro, por que razão é que não se faz nada?-----

----- E fala-se, fala-se, é verdade, eu fui irónica, eu sou professora de Português, eu sei usar muito bem as palavras, mas aquilo que eu espero da Câmara é que não responda com ironia, mas que responda com verdade, não me digam que o problema dos pombos é antigo, o problema disto é antigo, então se é antigo por que é que ainda não se resolveu?-----

----- O Senhor Vice-Presidente diga-me se o problema dos pombos é um problema grave, e é, então, por que é que ainda não se resolveu?-----

----- Estamos há anos com isto, porquê?-----

----- Porque toda a gente aqui, portanto, os responsáveis, empurram com a barriga os problemas uns para os outros, se o problema dos pombos é grave, é, já vem de há tantos anos, por que é que ainda não se resolveu?-----

----- O problema do lixo?-----

----- O problema do policiamento?-----

-----Ah! Isso é competência, lá estamos nós a empurrar com a barriga para os outros, é competência da Polícia e a Polícia nem anda a pé ali, passam raramente de carro. -----

-----De quem é a competência?-----

-----A quem é que o munícipe se deve dirigir?-----

-----É o munícipe que tem que ir à Polícia, tem que ir ao Serviço da Água, tem que ir a todo o lado?-----

-----Até para me inscrever, vou já dizer ao Senhor Vice-Presidente, eu fiz a inscrição lá em baixo, mas cheguei aqui e tinha que fazer mais não sei o quê, tinha que ter falado com a Senhora lá de baixo, mas a Senhora lá de baixo é que me deu esta indicação, que palhaçada é essa? -----

-----Vou terminar assim: Se há vontade de fazer as coisas, façam.” -----

-----O **Senhor Vice-Presidente** respondeu: -----

-----“Entregue o microfone. -----

-----Já disse várias vezes que é professora de Português, portanto, mais algum cuidado com as palavras também é apreciável da nossa parte, se eu não considero que quem aqui vem esteja a fazer palhaçada, respeite o meu trabalho também, agradecia-lhe isso, nós não estamos a empurrar com a barriga, a questão dos pombos está há décadas a ser resolvida no Bairro, enfrentando, há décadas, não é de hoje que foi instalada lá a gaiola para limitar o crescimento da população dos pombos, há muito tempo que está a ser combatida na Câmara Municipal de Oeiras. -----

-----Nós não podemos, ao contrário do que alguns munícipes querem, matar os pombos, não o podemos fazer, portanto, o que nós tentamos fazer é limitar a procriação dos pombos. -----

-----Também não podemos resolver de um momento para o outro o problema dos ratos, os ratos são uma praga, passam de um Concelho para outro, há alturas que os ratos procriam mais, e os ratos surgem à superfície, vivem todo o ano, durante todo o tempo connosco, nós



Câmara Municipal
de Oeiras

partilhamos o mesmo “habitat”, mesmo que não os vejamos, assim como outros animais e outros insetos que por aí pululam. -----

----- Nós estamos a tentar resolver as questões e quando lhe digo que a questão da segurança pública não é competência direta do Município, gostava que fosse, mas não é, quando me diz que não há policiamento no Bairro, não há, também lhe posso dizer que a esquadra de Miraflores, muitas vezes tem dois polícias durante a noite, porque o Comando da Polícia do Concelho de Oeiras está vinte e cinco por cento deficitário em relação ao número que devia ter. Não foram colocados polícias suficientes, não conseguimos colocar lá polícias, não é competência nossa.-----

----- Há uma coisa que eu posso prometer. -----

----- O Senhor Presidente regularmente faz visitas ao Concelho. -----

----- Eu vou pedir ao Senhor Presidente que, numa dessas visitas, possamos visitar o Bairro Joaquim Matias e, nessa altura, quando for feita a visita ao Bairro Joaquim Matias vamos convidar a Senhora a vir connosco.” -----

----- Observou a **munícipe**: -----

----- “Que essa visita seja de surpresa e não planeada.”-----

----- Concluiu o **Senhor Vice-Presidente**: -----

----- “Só a Senhora é que vai conhecer.” -----

----- A **Terceira** que disse: -----

----- “Também pertenço ao Bairro Joaquim Matias.-----

----- Eu trago um papel de compra de carros.-----

----- Aleatoriamente, temos conhecimento de alguém que fez um telefonema para este Senhor e ele disse que paga à Câmara para distribuir esses panfletos e para pôr em cada carro no Bairro.-----

----- Acontece que a maior parte deles vão parar ao chão, é lixo no chão, portanto, o que

me traz aqui é em relação há quantidade de lixo no chão, há quantidade de buracos que temos no chão e há muita idosa que cai e constantemente estão a cair, porque constantemente há buracos e pedras soltas. -----

-----Também venho falar da pouca segurança que temos, principalmente à noite, quando saímos, porque certas pessoas que vivem no Bairro criam problema e tentam assaltar. -----

-----Em relação aos pombos gostaria de dar uma sugestão. -----

-----Porque não o milho esterilizado para que eles não procriem tanto, e não haja tantos pombos, não é preciso abatê-los, mas fazer o milho esterilizado, há muito sítios que o fazem e a Câmara alimenta os pombos com o milho esterilizado. -----

-----Sobre o lixo, as ruas de Paço de Arcos são sempre as mesmas que são limpas, os cantos e recantos, ninguém limpa. -----

-----Outra coisa que vou sugerir é sobre os cocós dos cães. -----

-----A gente apanha, mas vejo pessoas a apanhar e a dar o nó nos sacos e a deitar para o chão e eu pergunto às pessoas por que é que deixam o saco e dizem-nos que a Câmara vem a seguir e apanha. -----

-----É pôr alguém a vigiar isto também. A própria Polícia Municipal aborda-nos, quem tem cães, vem falar connosco, já fui abordada mais de uma vez, eu já lhes disse que não tem que nos abordar a nós, quando ele faz eu apanho, temos que fazer com que as pessoas entendam que é para apanhar e pôr o saco no contentor, porque o Bairro está sujo e as pessoas que o fazem é durante a noite, porque durante o dia não conseguimos ver quem é. -----

-----Eu quando vejo alguém, represso.” -----

-----O **Senhor Vice-Presidente** respondeu: -----

-----“A resposta que dei à sua vizinha é exatamente a mesma que lhe dou a si, exceto na questão que nos trouxe da distribuição dos papéis, a Câmara não autorizou nenhuma distribuição dessas, já perguntei à Senhora Vereadora.” -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- A **municípe** atalhou: -----

----- “Alguém ligou para o contacto, não vou dizer nomes, e responderam que a Câmara é que autorizou distribuir.” -----

----- O **Senhor Vice-Presidente** respondeu: -----

----- “E eu estou a dizer que não é verdade.” -----

----- A **municípe** disse: -----

----- “Cumprer informar que a maior parte dos papéis não são lidos, são mandados para o chão, nem vão parar ao contentor.” -----

----- Finalizou o **Senhor Vice-Presidente**: -----

----- “Todos nós convivemos com isso.” -----

7 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA CARLA CASTELO: -----

----- A **Senhora Vereadora Carla Castelo** prestou à Câmara seguintes informações:-----

----- “Muito boa tarde, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Vereadores, funcionários da Câmara e uma saudação especial às municípes que estão na reunião que se dirigiram à Câmara levantando questões importantes no seu bairro, questões de higiene urbana e degradação do espaço público. -----

----- Infelizmente, temos visto aqui dois pesos e duas medidas com municípes que aqui se dirigem e que podem falar bastante tempo e até trocar conversa amena com o Senhor Vice-Presidente ou o Senhor Presidente e outros municípes que são logo mandados calar, registo isso com pena, porque creio que todos os municípes devem ser tratados de igual forma. -----

----- Começo com a questão do Pavilhão da Escola Joaquim de Barros que continua com uma situação de degradação muito acentuada, sem balneários, um pavilhão, aliás, que visitei em dois mil e vinte e um ainda antes da campanha eleitoral e continua na mesma, aliás, ainda está pior, apesar da Câmara ter anunciado obras logo após a nossa visita. -----

----- A mais recente proposta que veio aqui à Câmara relativa a esta situação foi em vinte

e oito de setembro de dois mil e vinte e dois para aprovação do relatório final e adjudicação do procedimento de concurso público das obras de reparação do pavilhão desportivo, obras que sete meses depois tardam em começar e, por isso, gostaria de saber qual o resultado do concurso, porque é que está a demorar tanto o arranque destas obras que já eram urgentes em dois mil e dezassete, no início do anterior mandato do Senhor Presidente.-----

-----As marcas das cheias de dezembro continuam bem visíveis, nomeadamente em Algés, desde logo na estação de comboios e também no Centro de Saúde, uma infraestrutura ou equipamento, ambos muito importantes para a população.-----

-----Relativamente ao Centro de Saúde, esta semana estavam várias mangueiras dos bombeiros a retirar água, pela informação que nos chegou a cave de estacionamento tinha antes das cheias em permanência duas bombas potentes que funcionavam bem, com muito gasto de energia para fazer esse trabalho, mas funcionavam, mas que ficaram inoperacionais nas inundações de dezembro, entretanto, as bombas que a Câmara lá colocou parecem não dar conta do recado. - -----

-----Mais uma vez é importante saber qual a data prevista para a reabertura, se a Câmara já equacionou uma verdadeira alternativa àquele espaço dados os constrangimentos de ter sido construído um equipamento de saúde em leito de cheia.-----

-----Outro ponto de preocupação é o novo “parque de estacionamento provisório”, da Avenida dos Bombeiros Voluntários, eu digo provisório porque não sabemos quanto tempo vai durar.-----

-----Vemos taludes inclinados, terra solta sem qualquer muro ou rede de proteção, vemos também a inclinação do piso e não podemos deixar de perguntar o que é que está a ser feito para prevenir, que num episódio de chuva intensa e concentrada fique toda aquela zona e os carros que, eventualmente lá estejam, totalmente cheios de lama e que também a água escorra daquela zona para a zona do mercado, por isso era importante saber até quando será provisório aquele



Câmara Municipal
de Oeiras

parque e que medidas é que há para, de alguma forma, proteger as pessoas e os seus bens relativamente a uma situação, por exemplo, de cheia.-----

----- Há décadas que a população de Algés reivindica uma zona de entrada daquela Freguesia, daquela localidade, junto ao mercado com um espaço de estar, um espaço qualificado, eventualmente também com a ribeira a céu aberto e também uma Avenida dos Bombeiros Voluntários com um corredor dedicado a transporte público, com a ciclovia, com um passeio sem carros, tudo isto ainda é uma miragem naquela Avenida. -----

----- As obras na antiga Escola Primária Sofia de Carvalho foram adiadas, supostamente para a Câmara a candidatar a financiamento do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência), mas os muros estão em risco, passamos lá e é um perigo, podem cair sobre a via pública, sobre pessoas e viaturas, também a Rua Direita e a Rua Sacadura Cabral, no Dafundo continuam cortadas por causa da obra de reabilitação do muro que caiu em dezembro.-----

----- A requalificação da Avenida da República também prometida em sucessivas campanhas eleitorais continua sem início à vista, enfim, temos uma série de problemas em Algés, temos também inexplicavelmente, o Passeio Marítimo de Algés até à Cruz Quebrada fechado e sem data de abertura com transtorno para quem usava aquela ciclovia ou aquela via pedo-ciclovia para o seu transporte pendular entre casa e o trabalho. -----

----- Temos a passagem aérea na zona do Dafundo para o Passeio Marítimo que nunca mais arranca a obra e temos ainda lá a propaganda gigante a dizer dois mil e vinte e um, aliás, a propaganda continua a imperar no Concelho com telas que se eternizam na via pública a anunciar obras que, afinal nunca chegam a arrancar, induzindo em erro os munícipes e realmente também uma má despesa pública para pôr telas para anunciar coisas que ainda nem sequer vieram à Câmara e não foram aprovadas.-----

----- Tivemos mais uma hasta pública falhada de um terreno municipal que o Executivo teima em alienar, mesmo que tenha de baixar ainda mais o preço, estou a referir-me à hasta

pública do terreno municipal da antiga Companhia Nacional de Petroquímica, creio que o Senhor Presidente anunciou ontem na Assembleia Municipal que tem a intenção de voltar a fazer hasta pública, quanto a nós é uma oportunidade para repensar e equacionar manter na posse do Município aquele terreno, preocupa-nos realmente a insistência na venda de terrenos municipais por tuta-e-meia em vez de os manter na propriedade do Município já que tanto fala da raridade de terrenos urbanos para construir habitação pública. -----

-----Deixo também aqui mais uma nota relativamente à mobilidade elétrica, nós temos visto com perplexidade, que as prioridades do Município anunciam mobilidade elétrica aérea, mas tem-se esquecido da mobilidade do comum cidadão, de quem espera o autocarro, de quem, enfim, entretanto amealhou e comprou até um carro elétrico, mas não tem onde carregar.-----

-----O parque de estacionamento no topo da Avenida Duque de Loulé, em Linda-a-Velha foi aberto ao público em setembro de dois mil e vinte e um, uns dias antes das eleições autárquicas, claro, a inauguração oficial acabou por só acontecer seis meses depois com a colocação da placa, mas passado um ano e oito meses da abertura do parque, gostaríamos de perceber por que razão é que ainda não há nenhum carregador elétrico nesse parque, sabendo nós que temos realmente de reduzir o consumo de combustíveis fósseis.-----

-----A propósito e só para finalizar, dou nota de que estive esta manhã na Conferência de Autarcas pelo Clima, na Nova SBE, em Carcavelos, não posso deixar de lamentar que Oeiras não esteja realmente entre os Municípios com compromissos ambiciosos e respostas concretas para enfrentar este desafio e não posso deixar de questionar, afinal, quando será finalmente trazido a esta Câmara o Plano de Ação Climática, nós estamos no final de maio de dois mil e vinte e três, praticamente a meio do ano, Oeiras continua sem o plano, temos o Plano Municipal de Adaptação já entregue há cerca de três anos à Câmara e continuamos sem ter um plano orientador para colocar medidas coerentes no terreno para reduzirmos as emissões, por um lado, e adaptarmos o território, por outro.” -----



Câmara Municipal
de Oeiras

8 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA ANA FILIPA LABORINHO: -----

----- A **Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho** informou a Câmara do seguinte:-----

----- “Vou começar por responder à Vereadora Carla Castelo sobre a conferência que falou, pois, de facto, não tive conhecimento, não recebi nenhum convite, portanto, não pude estar presente numa coisa que não sabia que estava a acontecer.-----

----- Relativamente ao Plano de Ação de Energia e Clima, ele virá a esta reunião de Câmara assim que estiver pronto, estamos a trabalhar nele, já várias vezes aqui disse que estamos a trabalhar neste plano e o compromisso, é ter até ao fim do ano o plano pronto.-----

----- Achamos que não vale a pena estarmos a queimar etapas, portanto, está a ser feito, irá ser articulado interna e externamente e só depois é que consideramos que estará pronto, para vir à reunião de Câmara, aliás, eu já disse isto várias vezes, já tinha dado esta informação, mas reforço novamente esta informação, relativamente ao Plano de Ação e Clima, os Serviços têm estado absolutamente empenhados e eu tenho que dar esta nota, porque temos tido várias reuniões sobre esse plano e os Serviços estão completamente empenhados na concretização e finalização deste plano, quando estiver pronto, trazemos aqui à reunião. -----

----- - No dia dezanove de maio, tivemos mais uma reunião da equipa para a Igualdade na Vida Local, também este será um plano que nós até ao fim do ano queremos ter concluído, também está a ser feito, também está a ser trabalhado e estas coisas, como tudo, levam o seu tempo para serem feitas, para serem maturadas e para serem finalizadas, aquilo que queremos é continuar a apresentar planos de excelência como aquilo que tem sido o empenho do Município relativamente aos planos que faz.-----

----- - No dia vinte e um de maio, estive no desfile da Proteção Civil, é sempre impressionante poder estar nestes momentos e ver aquilo que é a capacidade do Município e aquilo que é também o trabalho destas instituições em que, inclusivamente e como sabem, eu venho da área da cultura e prezo muito estas coisas, tratam aquilo que são os carros antigos com

imenso cuidado, recuperam-nos e também foi muito bonito ver o carinho com que esse passado também é abraçado por estas instituições.-----

----- - Nos dias vinte e dois e vinte e três de maio, estive em Guimarães na última reunião da Conferência da Rede CApt2, relativamente à Circularidade da Água, uma rede que a Vereadora Joana Baptista tem impulsionado e eu tenho que dar os parabéns por todo o trabalho que está a ser feito, pelos planos de ação que estão a ser criados, no âmbito desta rede, dou os parabéns a toda a equipa do Ambiente, à doutora Sílvia Breu, à doutora Selma Rodrigues e ao doutor Domingos Leitão que têm acompanhado este trabalho, foi um momento de partilha muito importante, aliás, Oeiras tem estado em várias redes, participado em várias iniciativas de partilha, de boas práticas e é esse o caminho que eu acredito que nós temos que continuar a trabalhar e que temos que continuar a investir de melhoria e de troca destas boas práticas e das soluções que também os outros encontram. -----

----- - No dia vinte e nove de maio, acolhemos em Oeiras, a primeira conferência sobre sustentabilidade e responsabilidade corporativa impulsionada pela rede do empresário, foi um momento de reflexão, foi um dia inteiro de reflexão sobre aquilo que são as boas práticas, partilha entre Governo, a Autarquia, setor privado, instituições, associações, sociedade civil e, apesar de haver visões diferentes, todas elas são complementares.-----

-----Eu tive a possibilidade de apresentar aquilo que é o trabalho que o Município tem feito em cada um dos ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável), porque nós conseguimos identificar em cada um dos ODS trabalho que está a ser realizado e deixem-me dizer-vos que eu acho, que efetivamente foi um momento muito positivo, estamos prontos para aprofundar este relacionamento e trabalharmos os ODS, aliás, ainda hoje eu e a Vereadora Teresa Bacelar estivemos a falar sobre o projeto do POS (Projeto Oeiras Solidária), que é um projeto que tem tido a capacidade de envolver as empresas, estamos prontas para em conjunto também darmos aqui um novo impulso a esta área e este trabalho tem sido reconhecido e a rede do



Câmara Municipal
de Oeiras

empresário ficou muito interessada em trabalhar connosco de uma forma mais concertada todas estas questões. -----

----- - Ontem, estive na inauguração da Unidade de Saúde Mental, dou os parabéns por todo este trabalho que está a ser feito, ainda ontem o Senhor Ministro dizia que estes passos que Oeiras está a dar de tirar estas unidades do ambiente hospitalar é aquilo que é um desígnio também do Governo para o País e Oeiras tem sido um exemplo, muitos parabéns também por esta iniciativa, porque hoje em dia a saúde mental tem uma componente muito importante que felizmente hoje estamos a dar atenção e no passado não estávamos.” -----

9 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA TERESA BACELAR: -----

----- A **Senhora Vereadora Teresa Bacelar** iniciou o seu período de informações dando conta do seguinte: -----

----- No dia vinte e um de maio, depois da cerimónia de desfile dos meios da Semana da Proteção Civil, que é um evento extraordinário, estive presente na Décima Mostra Social no Parque Urbano de Miraflores promovida pela Comissão Social de Freguesias da União de Freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo com a participação de todas as instituições e entidades parceiras da Rede Social de Oeiras. -----

----- - No dia vinte e quatro, estive presente na inauguração, após as obras de requalificação do edifício de habitação municipal, no Bairro Laveiras/Caxias, dou já os parabéns ao Senhor Vereador Nuno Neto e a toda a equipa de habitação que tem feito um trabalho extraordinário em mais este edifício que estava com os seus alicerces de uma forma bastante complicada, vamos dizer assim, que conseguiram em tempo terminar as obras, obrigada por mais este feito. - -----

----- - No dia vinte e cinco de maio, a convite da Ocean Medical, participei no Primeiro Congresso Internacional de Emergência, “A Evidência de Hoje, a Formação de Amanhã”, estive presente na mesa intitulada liderança e gestão das respostas pandémicas, resposta global e de

proximidade, onde tive a oportunidade de relembrar e partilhar toda a experiência, medidas municipais adotadas e operacionalizadas durante o período do COVID e todos os apoios que o Município de Oeiras deu a todas as entidades e a todos os munícipes do nosso Concelho. -----

-----Este Congresso contou com a presença de palestrantes nacionais e internacionais, contou com a presença de cerca de trezentos participantes presencialmente e cerca de quatrocentos “online” de todo o mundo. -----

-----Dar ainda uma nota, que esta empresa inaugurou o primeiro simulador em Portugal de evacuações aeromédicas que é um projeto inovador primeiro em Portugal, que não existe e é o terceiro na Europa, visa melhorar e aprimorar a formação de médicos e enfermeiros e também militares na área de transporte doente crítico por meio aéreo em situações de emergência e catástrofe. - -----

----- - Ontem, trinta de maio, foi um dia muito feliz, estive presente com muito gosto na cerimónia de inauguração da Unidade de Saúde Mental em Paço de Arcos, que é um equipamento que há muito que aguardávamos, que faz falta e que é de uma enorme importância para os munícipes do Concelho. -----

-----Dispõe de doze gabinetes clínicos, psiquiatria, psicologia, enfermagem, assistente social, ou seja, é uma equipa multidisciplinar que estará disponível para tratar da saúde dos nossos munícipes a nível de saúde mental, tem sala de grupos terapêuticos e unidade de dia, para além, dos espaços de apoio administrativo. -----

-----É um investimento que acredito que será largamente compensado pelos ganhos em saúde, garantido e reforçando as melhores condições de intervenção comunitária junto da população onde o Município mais uma vez investe na qualidade dos cuidados de saúde mental e reforça as respostas de proximidade. -----

-----Uma nota final, falando de saúde e pegando um bocadinho naqueles números que o Senhor Ministro ontem falou dos médicos de família, queria aqui relembrar esses números e



Câmara Municipal
de Oeiras

acrescentar também outros dados. -----

----- No âmbito do concurso nacional para especialistas de Medicina Geral e Familiar, médicos de família, foram admitidos trezentos e noventa e três médicos para as novecentas e setenta e oito vagas a nível nacional, ou seja, só foram preenchidas quarenta por cento das vagas.

----- No ACES (Agrupamento de Centros de Saúde) Lisboa Ocidental e Oeiras onde o Município de Oeiras está inserido os resultados contrariaram esta tendência, havia vinte e sete vagas e vinte foram preenchidas, quatro irão para Lisboa Ocidental e dezasseis irão para Oeiras, ou seja, temos dezasseis médicos de família novos que são cerca de setenta e cinco por cento das vagas preenchidas. -----

----- Vou relembrar outra vez, das vinte vagas que havia para Oeiras, dezasseis foram preenchidas. -----

----- Vou dar o número dos Concelhos limítrofes, Cascais das vinte vagas só cinco foram preenchidas, Amadora das trinta e cinco vagas só seis foram preenchidas e em Sintra das cinquenta e uma vagas só oito foram preenchidas. -----

----- O que é que isto quer dizer, Oeiras foi escolhida pela maior parte dos médicos. -----

----- Como primeira escolha concluímos que Oeiras continua a ser um Município atrativo para novos profissionais e que, desta forma, teremos um reforço numa área de extrema importância que é a saúde dos nossos munícipes.”-----

10 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR ARMANDO SOARES: -----

----- O Senhor Vereador Armando Soares informou a Câmara do seguinte: -----

----- “De dezoito a trinta e um de maio, efetuei na qualidade de Vereador dos Recursos Humanos, acompanhado na maioria dessas visitas com a Vereadora Joana Baptista e ainda hoje de manhã do Senhor Vereador Nuno Neto e da Senhora Vereadora Susana Duarte, nas reuniões de trabalho na área dos recursos humanos com cerca de mil trabalhadores do nosso Município, Assistentes Operacionais, com matérias importantes de diálogo e dúvidas em matéria de

esclarecimento, nomeadamente de estruturação do seu regime de trabalho por turnos, e de outras matérias que quiseram esclarecer. -----

-----Aprez-me registar a presença da Senhora Dirigente aqui presente hoje, a doutora Sílvia Breu, algumas reuniões realizaram-se às seis e meia da manhã e às dez e meia da noite, foram duas semanas de elevado trabalho. -----

-----Os Recursos Humanos estiveram sempre presentes e demonstraram uma vez mais que nós em Oeiras somos diferentes e somos diferentes culpa do Senhor Presidente da Câmara Municipal doutor Isaltino Morais, que desde sempre a tónica que tem impresso em todas as suas equipas e à população que o acompanha em todas as suas eleições é uma cultura de proximidade, a verdade, é que há contágios maus e há contágios positivos e esse foi o contágio positivo do Senhor Presidente Isaltino que tem passado sempre às suas equipas esta sua imagem de marca e que não poderíamos defraudar. -----

-----Assim, foram cerca de mil trabalhadores contactados em horários fora do normal, mas são os seus horários de trabalho e com todos pudemos falar, dialogar abertamente, ouvir e escutar coisas que nem sempre acontece em municípios vizinhos e acredito que num Município urbano da nossa dimensão sejam praticamente impossíveis mesmo de acontecer numa dimensão desta ordem, de forma que, gostava primeiro que tudo de agradecer aos Serviços que me acompanharam nessas reuniões, dizer que não me admirou, estiveram mais do que à altura daquilo que são as suas funções e fizeram uma vez mais sentir o elevado orgulho que tenho em servir este Município nesta missão, neste mandato. -----

-----Depois, resumindo apenas algumas das participações enquanto Vereador, porque como sempre participamos nas mesmas coisas e às tantas seria fastidioso estarmos sempre a repetir, mas tenho que frisar e destacar aqui a Semana da Proteção Civil de Oeiras, nomeadamente o desfile, nasci com os bombeiros, desde sempre que vivo essa realidade e estar ali naquele local com uma vista magnífica a verificar a quantidade de viaturas, homens, mulheres



Câmara Municipal
de Oeiras

e crianças também que já têm o bichinho dos bombeiros ali presentes, bem como, a Polícia de Segurança Pública, a Polícia Municipal, os Serviços da Autarquia, que nem sempre são lembrados, mas que também estão ao serviço da Proteção Civil.-----

----- Recordar Senhor Presidente que, de facto, os arautos da desgraça que dizem que muitas das vezes nós não estamos preparados para qualquer tipo de catástrofe, bastaria estarem presentes naquela iniciativa e verificar que se alguém está preparado e que é possível estar preparado, somos nós, de forma que, foi com grande alegria e mesmo alguma emoção em que participei daquele desfile.-----

----- Dar nota também que reuni com o Senhor Presidente e com as estruturas sindicais do STAL (Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional) e do STMO (Sindicato dos Trabalhadores e Técnicos de Serviços do Município de Oeiras), estruturas com as quais temos mantido as melhores relações, de resto, como também com a Comissão de Trabalhadores, sobre matérias relativas aos recursos humanos e apraz-me registar também nessa matéria como não poderia deixar de ser a forma aberta e franca com que se tem discutido todos estes temas.-----

----- Depois, estive presente em algo que ainda não tinha ido, acho que foi o Senhor Vice-Presidente que esteve no ano passado, mas foi algo que me fez sorrir muito, foi uma coisa tão simples quanto uma corrida de rolamentos, para quem é mais antigo sabe bem o que é que isso é.

----- Não andei, o Senhor Vice-Presidente já me passou nessa, vou ver se para o ano se lá for também ando, mas verifiquei a participação de muitas crianças naquilo que é a imagem da Polícia de Segurança Pública no nosso Concelho.-----

----- Todos sabemos que o Programa Escola Segura começou aqui no Concelho de Oeiras e uma vez mais a Polícia de Segurança Pública demonstra a proximidade que tem com os cidadãos e como é possível desconstruir uma imagem apenas de dureza e de rigor que tem que haver de manutenção da ordem pública, mas com um sorriso.-----

-----Foram muitos os sorrisos que ali vi, uma participação muito engraçada, quer de adultos, quer de crianças a demonstrar que se podem fazer coisas verdadeiramente inovadoras, giras, baratas, quase gratuitas, diga-se de passagem, porque as escolas participaram com materiais grátis a maior parte deles, estando de uma forma bastante animada todos a conviver com aquilo que é a Polícia de Segurança Pública, sorrindo também ela, foi muito bonito e satisfez-me bastante ter participado nessa iniciativa.-----

-----O tema da sustentabilidade como já disse a Vereadora Ana Filipa Laborinho foi abordado aqui numa iniciativa da rede do empresário, no Templo da Poesia por motivos destas reuniões que tive essencialmente e de um velório que acabei por inesperadamente ter que ir participar, não consegui estar presente nessa iniciativa, mas a Vereadora Ana Filipa Laborinho com todo o conhecimento que tem destas áreas esteve mais do que à altura, foi uma iniciativa que está ligada ao empreendedorismo e que correu, daquilo que me foi transmitido, muitíssimo bem.-----

-----Unidade de Saúde Mental é também algo que tenho de destacar, dizer que na parte dos Recursos Humanos está em vias de conclusão, ainda tenho que o verificar agora e dar algumas notas adicionais o Plano de Saúde Mental dois mil e vinte e três, têm sido visitadas algumas entidades na área da saúde mental com o objetivo de formalizar protocolos de parceria, algo que temos que levar muito a sério, não sei se ontem e anteontem verificaram no Telejornal números gritantes sobre os nossos jovens, ou seja, que se desengane quem acha que são os adultos e os mais velhos é que estão com problemas de saúde mental, não, os jovens com os seus vícios nas redes sociais e alguma desagregação social, inclusivamente, fruto da sociedade ocidental que construímos com alguns defeitos é um problema de ordem pública atualmente, é escondido, diz-se que trinta ou trinta e três por cento vá, por assim dizer, que das pessoas que padecem de problemas de saúde mental não sabem que os têm, o que significa que existe muita depressão, muito “burnout”, muito “stress” escondido.-----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- É verdade que os tempos mudaram, há décadas atrás existiam formas de lidar com este tipo de temáticas, hoje em dia, as coisas aceleram, evoluem numa rapidez muito maior do que existia aqui há tempos atrás, de forma que é um problema sério e que temos que tratar de uma forma séria e Oeiras uma vez mais, também por intermédio da Vereadora Teresa Bacelar com esta ligação a esta temática, apresentando soluções inovadoras e melhores condições é por aí que vamos. -----

----- Estamos a atualizar o cadastro da população interna do Município de Oeiras, os Recursos Humanos já atualizaram mil cento e quarenta e seis pessoas, pode parecer uma coisa de somenos importância, mas a verdade é que havia funcionários que tinham fotografias de há quarenta anos atrás, coisas tão simples como estas, tentar perceber quem é quem no dia de hoje e atualizar os seus dados, a sua morada, os seus contactos telefónicos, a sua vida naquilo que importa saber aos Recursos Humanos, é algo que está a ser feito e irá ser terminado em breve. ---

----- Também dizer que estamos na recolha e preparação de informação inerente ao Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas e que também muito em breve, talvez na próxima reunião de Câmara ou talvez a seguir às festas, tal como combinei já com o Senhor Presidente vão ser aqui apresentados os resultados do inquérito de Avaliação de Clima e Bem-Estar para que o Executivo possa dissecar e dar as suas opiniões.” -----

11 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR PEDRO PATACHO: -----

----- O **Senhor Vereador Pedro Patacho** iniciou o seu período de informações dando conta do seguinte: -----

----- “Relativamente ao Pavilhão Joaquim de Barros trata-se de uma obra relativamente à qual o concurso já foi feito, foi selecionada a empresa no âmbito do concurso, foi feito o contrato, foi enviada remessa do processo ao Tribunal de Contas, que colocou algumas questões no âmbito do concurso, os Serviços Municipais estão a preparar as questões para responder ao Tribunal de Contas, o processo segue a sua tramitação normal, trata-se de um investimento de

um milhão e quinhentos mil euros, brevemente será uma realidade.-----

----- - Quero também aproveitar a oportunidade para dar os parabéns ao Senhor Presidente, porque muito recentemente, na comunicação social, foi noticiado que Oeiras é o quinto Município da Europa para carregamento de veículos elétricos, o que é absolutamente extraordinário, certamente o Senhor Vereador Nuno Neto quererá falar disso e fará muito bem. --

----- - Nos dias quatro e cinco de maio, realizou-se a terceira Mostra de Teatro das Escolas de Oeiras - Escola Secundária Sebastião e Silva e Escola Básica Antero Basalisa, no Auditório Ruy de Carvalho, o que é uma grande satisfação. -----

-----Há poucos anos a esta parte estavam praticamente extintos os grupos de teatro escolar, hoje temos uma profusão enorme de grupos de teatro escolar das nossas escolas, o que nos permite ter a nossa mostra de teatro residente em Carnaxide e no Auditório Ruy de Carvalho, parabéns aos Agrupamentos de Escolas e aos Serviços do Município pela colaboração que estão a realizar neste âmbito.-----

----- - No dia seis de maio, realizaram-se os Jogos de Oeiras Patinagem, no Pavilhão da Liga dos Melhoramentos e Recreio de Algés e a sessão de abertura do “Vanguard Stars - Lisbon Symposium”, no Jamor.-----

----- - No dia sete de maio, realizou-se a Festa do Animal de Oeiras, na Quinta de Cima. -

----- - No dia nove de maio, teve lugar a reunião da Assembleia Municipal Jovem, no Auditório da Biblioteca Municipal de Oeiras. -----

----- - No dia dez de maio, ocorreu o espetáculo Canto pela Paz, na Escola Básica Conde de Oeiras. - -----

----- - No mesmo dia, assisti à cerimónia do Lançamento da Primeira Pedra do Programa Habitacional da Quinta dos Aciprestes, com a Senhora Ministra da Habitação, doutora Marina Gonçalves, e a Senhora Secretária de Estado da Habitação, doutora Maria Fernanda Rodrigues, em Linda-a-Velha. -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- - Ainda no mesmo dia, teve lugar o Primeiro Encontro “Lab in a Box”, na Escola Secundária Luís de Freitas Branco, depois de ter terminado em dois mil e doze o Programa Nacional de Formação de Professores na área do ensino experimental das ciências e de se ter criado um deserto nessa matéria no nosso País. -----

----- O Município de Oeiras avança com o seu projeto de formação de professores em ensino experimental e de transformação das práticas de sala de aula, em particular no primeiro ciclo do ensino básico e no segundo ciclo. -----

----- - Dizer também, que foi com muita satisfação que na companhia da Senhora Vereadora Carla Rocha estive presente na cerimónia de entrega dos Prémios Autarquia do Ano, onde vimos Oeiras galardoada com um grande prémio que eu gostaria de entregar com o Projeto Um Livro, Uma Comunidade, recentemente desenvolvido no nosso Concelho, isto na categoria da Literatura, História e Património e na categoria de Educação também premiado por causa do nosso Programa de Bolsas de Estudo de Acesso Universal, que foi considerado único a nível nacional, parabéns Senhor Presidente. -----

----- - Ainda no mesmo dia, compareci nas Sétimas Jornadas de Engenharia e Gestão Industrial (EGI) - Cerimónia de Encerramento das Jornadas de Engenharia e Gestão Industrial do IST (Instituto Superior Técnico), com o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, no Taguspark. -----

----- - No dia onze de maio, teve lugar “Conversas sobre Educação” - André Pestana, do S.T.O.P. (Sindicato de Tod@s @s Profissionais de Educação), Santana Castilho e Jorge Ascensão, da CONFAP (Confederação Nacional das Associações de Pais), no Palácio dos Aciprestes. -----

----- - No dia treze de maio, ocorreu o ITQB Dia aberto - Ciência Espetacular no exterior, com a Senhora Ministra da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Professora Elvira Fortunato, no ITQB (Instituto de Tecnologia Química e Biológica António Xavier), na Quinta de

Cima. -----
----- - No dia catorze de maio, compareci ao quadragésimo Troféu Câmara Municipal de Oeiras - Corrida das Localidades - Grande Prémio Outurela, e Jogos de Oeiras Ténis, na Outurela e Paço de Arcos. -----
----- - No dia quinze de maio, teve lugar a Semana da Proteção Civil - Seminário “a tecnologia salva”, no Templo da Poesia. -----
----- - No mesmo dia, assisti à cerimónia do trigésimo primeiro aniversário da Fundação Marquês de Pombal, na Casa Museu Igrejas Caeiro. -----
----- - No dia dezoito de maio, teve lugar a Quarta Edição Prémio Autarquia do Ano - Cerimónia de Entrega de Prémios nas categorias: - Incentivos ao Sucesso Escolar: Projeto Bolsas de Estudo - Literatura: Projeto Um Livro, Uma Comunidade - Gastronomia: Projeto Há Prova em Oeiras, em Lisboa.-----
----- - Nos dias dezanove e vinte de maio, recebemos as Olimpíadas da Língua Portuguesa, com o Senhor Ministro da Educação, na Escola Secundária Sebastião e Silva, começa já a ser um hábito a Direção-Geral de Educação e o Ministério da Educação colaborar connosco na organização destas olimpíadas, recebemos as da Biologia, agora recebemos as da Língua Portuguesa e já começam conversações para virmos a receber as Olimpíadas da Matemática, tivemos o Senhor Ministro da Educação e o Senhor Presidente na sessão de abertura em comunicação com os jovens e a auscultá-los sobre a educação e as suas ligações com a literatura. -- -----
----- - No dia vinte de maio, teve lugar a Semana da Proteção Civil - Simulacro de Proteção Civil, no Porto de Recreio de Oeiras.-----
----- - No mesmo dia, ocorreram os Jogos de Oeiras - Jogos Aquáticos, Orientação e Natação Águas Abertas, na Praia de Santo Amaro de Oeiras e Jamor. -----
----- - Ainda no mesmo dia, teve lugar a Travessia Bessone Basto dois mil e vinte e três,



Câmara Municipal
de Oeiras

na Praia de Santo Amaro de Oeiras, que mais uma vez esgotou as inscrições e foi uma grande festa de natação em águas abertas integrada no Circuito Nacional de Natação de Águas Abertas que terminou na Marina de Oeiras, aquele cenário emblemático na Foz do Tejo. -----

----- - No dia vinte e um de maio, ocorreram os Jogos de Oeiras de Andebol e Futsal, no Pavilhão Noronha Feio e no Pavilhão Valejas Atlético Clube.-----

----- - No mesmo dia, teve lugar a Semana da Proteção Civil - Cerimónia e Desfile de Meios, na Praia de Santo Amaro de Oeiras.-----

----- - Ainda no mesmo dia, ocorreu a entrega de prémios do Escalão Sub-Dezasseis, do Campeonato Nacional de Kayak-Polo, na Piscina Oceânica.-----

----- - Vinte e dois de maio, teve lugar o “Hub Azul Dealroom Ignition Event”, com o Senhor Secretário de Estado do Mar, José Maria Costa, no Porto de Lisboa.-----

----- - No mesmo dia, visitei o Clube Desportivo Juventude União de Vila Fria e Academia de Futebol Feminino de Oeiras, em colaboração com os Serviços do Desporto, em Vila Fria, que nos últimos dois anos desenvolveu um interessantíssimo projeto de academia de futebol feminino. -----

----- Foi um clube que passou por grandes dificuldades, parece estar a reerguer-se e a renascer, tendo já mais de uma centena de atletas femininas que se posicionam neste momento como o melhor projeto de futebol feminino que temos no nosso Concelho, estamos a olhar já com bastante atenção para a necessidade de apoiar o clube neste seu projeto desportivo, inclusive com alguns melhoramentos das suas instalações, porque finalmente o Vila Fria reergueu-se e tem um projeto desportivo que parece forte. -----

----- - Vinte e três de maio, compareci na receção de alunos da Escola Convitto Nazionale Principe Di Napoli, de Assis, no Palácio Marquês de Pombal.-----

----- - No mesmo dia, recebemos a visita da Delegação do Vaticano, no âmbito da preparação da Jornada Mundial da Juventude, dois mil e vinte e três, no Passeio Marítimo de

Algés.-----

----- - No dia vinte e quatro de maio, ocorreu a inauguração da requalificação da Edifício de Habitação Municipal do Bairro Laveiras-Caxias, com a Senhora Ministra da Habitação, Marina Gonçalves, em Caxias.-----

----- - No mesmo dia, teve lugar o Conselho Municipal de Educação de Oeiras, na Escola Secundária Luís de Freitas Branco, correu bastante bem, da ordem de trabalho programada destacar as discussões em torno do início da implementação da nova Carta Educativa e do Projeto Educativo Local.-----

----- - Ainda no mesmo dia, compareci ao jantar anual da ALUMNI, em representação do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, na ENIDH (Escola Superior Náutica Infante Dom Henrique).-----

----- - No dia vinte e cinco de maio, teve lugar a Primeira Missão Técnica Internacional de Guarapuava - Receção da comitiva do Paraná, Brasil, com o Senhor Vice-Presidente, no âmbito da estruturação e do fortalecimento do Ecosistema de Inovação, no Palácio Marquês de Pombal.-----

----- - No mesmo dia, teve lugar a reunião sobre Bolsas de Estudo e Formação de Professores com a Senhora Secretária Regional dos Assuntos Sociais e Capital Humano do Príncipe, doutora Fátima Cassandra, no Gabinete do Vice-Presidente.-----

----- - No dia vinte e seis de maio, teve lugar o Terceiro Encontro Nacional de Municípios Amigos da Juventude, com a distinção de Oeiras como Município Amigo da Juventude e do Projeto Experimenta-te como boa prática, em Pinhel.-----

----- - No mesmo dia, assisti à cerimónia de abertura da Piscina Oceânica, na qual o Senhor Presidente e vários Vereadores também estiveram presentes, foi uma festa muito concorrida e muito participada com presença de várias figuras conhecidas, representantes de empresas do nosso Concelho e foi uma oportunidade para muitos também descobrirem aquele



Câmara Municipal
de Oeiras

espaço, não apenas como um espaço de lazer e de piscina, mas como um espaço que pode albergar eventos das organizações, porque tem excelentes condições para isso com um ambiente paisagístico fabuloso.-----

----- - Ainda no mesmo dia, teve lugar a final do Projeto Crianças ao Palco, no Parque dos Poetas, envolveu mil e quinhentos alunos do Primeiro Ciclo que testaram os seus talentos musicais ao longo de um ano letivo, catorze dos quais foram finalistas num grande concurso de canto que teve lugar no Parque dos Poetas com a presença de centenas de familiares destes alunos. ----

----- - No dia vinte e sete de maio, ocorreram os Jogos de Oeiras Rugby, no Jamor.-----

----- - No mesmo dia, assisti à cerimónia do quinquagésimo segundo Aniversário de Curso de Professores, na Fábrica da Pólvora.-----

----- Ainda no mesmo dia, teve lugar a Mostra Gastronómica - Tu és Europa, no Largo Cinco de Outubro, em Oeiras, com jovens europeus residentes no nosso Concelho com a Associação ProAtlântico, através de intercâmbios europeus.-----

----- - No dia vinte e oito de maio, teve lugar o quadragésimo Trofeu Câmara Municipal de Oeiras - Corrida das Localidades - Grande Prémio de Caxias, em Caxias. -----

----- - No mesmo dia, teve lugar a final do Projeto Experimenta-te, no Nirvana Studios, através do qual todos os nossos jovens têm oportunidade de experimentar os seus talentos num esforço que o Município faz para garantir a igualdade de oportunidades para todos poderem envolver-se em experiências de qualidade, testar os seus talentos e quiçá descobrir o seu futuro. -

----- Foi interessante verificar, por exemplo, que se revelou uma grande dançarina, à qual a Escola de Dança Eva Vieira de Almeida atribuiu uma bolsa para estudar dança no próximo ano letivo. ----

----- - No dia vinte e nove de maio, visitei o Campus do IST (Instituto Superior Técnico), com Leigh Moore, no Taguspark. -----

----- - Nos dias trinta e trinta e um de maio, estão a decorrer os AED Days, no Taguspark, o maior Encontro Nacional de Aeronáutica Espaço e Defesa que traz ao nosso Concelho as mais relevantes empresas e “players” na área nacionais e internacionais. -----

----- - No dia trinta de maio, assisti à inauguração da Unidade de Saúde Mental, no antigo Quartel dos Bombeiros de Paço de Arcos, com o Senhor Ministro da Saúde, Manuel Pizarro, em Paço de Arcos.-----

----- - Hoje, foi assinado no Taguspark o Acordo de Colaboração e Parceria entre o Município de Oeiras e o Consórcio Magellan Quinhentos, para o desenvolvimento de estudos tendentes a implementar um novo sistema pioneiro de mobilidade Elétrica Aérea Urbana.-----

----- - O Município de Oeiras esteve representado no Encontro da Federação Nacional do Associativismo Juvenil, através do Diretor de Departamento, doutor Luís Afonso e da doutora Raquel Mendes e nesse encontro, o Município de Oeiras foi distinguido como Município Amigo da Juventude, por encarar a juventude como eixo central da sua ação governativa impulsionando e multiplicando políticas amigas da juventude que respondem às reais necessidades e aspirações dos jovens do Município, tendo os mesmos como principais protagonistas e, por essa razão, foi distinguido. -----

-----No mesmo encontro o Programa Experimenta-te, no qual já falei, foi também premiado como exemplo de uma boa prática municipal e, nessa ocasião, Oeiras recebeu também um diploma de certificação de quatro estrelas enquanto Município Amigo da Juventude, diploma esse que visa reconhecer a estratégia de boas práticas do Município que integra a Rede Nacional de Municípios Amigos da Juventude e que desenvolve políticas da juventude estruturantes, sustentáveis, articuladas com a estratégia e visão das e dos jovens destacando-se como uma referência nacional e, nessa ocasião, foi também oferecido ao Município a bandeira de distinção de Município Amigo da Juventude, são galardões que entrego ao Senhor Presidente com muito orgulho, muito entusiasmo, sendo um privilégio o trabalho que está a ser desenvolvido,



Câmara Municipal
de Oeiras

integrado, obviamente nesta Administração, que só nos pode orgulhar a todos pela maneira como servimos os nossos munícipes.” -----

12 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR NUNO NETO: -----

----- O **Senhor Vereador Nuno Neto** prestou à Câmara as seguintes informações: -----

----- “Começar por dizer que pode-se querer afirmar uma realidade que não existe, mas ela não passa a existir como nós a afirmamos, há dados que são objetivos e passo a ler: -----

----- “...A cidade de Oeiras e Porto estão entre as cidades europeias com maior densidade de pontos de carregamento, de acordo com a análise do site “The Clunker Junker” que incide sobre cidades com mais de cem mil habitantes. -----

----- No que respeita à Europa, a conclusão é que a cidade com maior densidade de pontos de carregamento para veículos elétricos é Genebra, em quinto lugar surge Oeiras com sessenta e oito pontos de carregamento de veículos por cada mil quilómetros de estrada e o Porto fecha o “top ten” europeu...” -----

----- Significa isto que, mesmo que não se queira afirmar que não tínhamos um carregador debaixo da janela da nossa casa, a verdade é que Oeiras é a cidade nacional com mais de cem mil habitantes, que tem maior densidade de rede pública de carregamento. -----

----- Acrescem a isto os carregamentos possíveis em todos os equipamentos públicos, como é, por exemplo, o Oeiras Parque, o Pingo Doce, esse tipo de parques de estacionamento. ---

----- Comecei pelo fim, por uma observação feita pela Senhora Vereadora, mas preciso de agradecer ao Senhor Vereador Armando Soares a visita que fez aos funcionários que eu tutelo há já muitos anos. -----

----- - Fomos hoje ao Centro de Recolha Oficial e pude testemunhar o envolvimento e a forma, eu diria que quase carinhosa, como se explicou um problema muito complicado, àqueles funcionários. -----

----- É esta atitude que justifica o que nós muitas vezes afirmamos, Oeiras é

verdadeiramente uma família e entre famílias, quando existem problemas as pessoas sentam-se, conversam e como hoje, normalmente, chegam a uma boa conclusão e, portanto, devo agradecer o seu empenhamento. -----

----- - No dia dezoito de maio, fui a convite de um fórum, falar à cidade de Tomar sobre as medidas de habitação pública desenvolvidas no Concelho, disseminação de boas práticas e queriam, em particular, conhecer as diversas soluções que temos em Oeiras para que se pudessem replicar na cidade de Tomar, adaptando à realidade daquela cidade e da envolvente. ---

----- - No dia vinte e quatro de maio, teve lugar a inauguração de uma obra de qualificação, queria corrigir a Senhora Vereadora Teresa Bacelar, o edifício ao lado é que foi integralmente requalificado com micro estacas e foi totalmente refundado nos seus alicerces.-----

-----Este era o primeiro edifício totalmente requalificado ao abrigo do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência), portanto, demos cumprimento ao plano de remoção do amianto, trocámos as caixilharias para aumentar a eficiência energética, instalámos um sistema de isolamento no edifício, o objetivo final era tornar aquele edifício mais confortável, mais eficaz e melhor para se viver. -----

-----Fizemos esta obra em tempo recorde, foi o primeiro do País a ser inaugurado e com os moradores todos lá dentro, teve um investimento totalmente suportado pelo PRR (Plano de Recuperação e Resiliência) de quatrocentos e cinquenta e seis mil euros. -----

----- - No dia vinte e quatro de maio, visitei mais uma obra, o empreendimento do Alto da Montanha, segue a bom ritmo, sei que o Senhor Presidente mostrou já vontade também de ver, estamos já entre o segundo e o terceiro piso, na maior parte do edifício, portanto, corre muito bem esta obra. -----

----- - Dar nota de uma audiência muito curiosa que tive no fim da semana passado, porque às vezes as coisas surpreendem-nos, por acaso o Senhor Vereador Pedro Patacho não pôde participar, eu costumo convidar sempre os Vereadores quando é alguma instituição da área



Câmara Municipal
de Oeiras

e era o Externato Padre António Vieira, um externato de educação, mesmo ao lado do Programa Habitacional dos Aciprestes que tinha duas particularidades, tinha umas fissuras no muro, que é normal com a descompressão das terras na obra, nada de problemático. -----

----- Este é só o equipamento escolar privado mais antigo do Concelho e o que é que queria? ---- -----

----- Dizer que está muito feliz com o empreendimento dos Aciprestes, dizer que é um orgulho ter um programa municipal de habitação ao lado do Colégio e disponibilizar-se para acolher, de forma gratuita, as crianças que tivessem necessidade financeira e que estivessem a residir naquele edifício ali ao lado. -----

----- Achei este gesto tão bonito por parte da Direção deste Externato que quis partilhá-lo convosco. - -----

----- - Dizer também que estive ontem na inauguração da Unidade de Saúde Mental, duas ou três mensagens transmitidas pelo Senhor Ministro da Saúde perpassam em todas as áreas do Município de Oeiras. -----

----- Dizia o Senhor Ministro que aquela unidade é a representação de uma medida de política de saúde mental que em Oeiras foi pioneira há trinta anos e que a Câmara Municipal está a dar condições melhores, sendo que o antigo centro era dos melhores que existiam no País, Oeiras é mesmo isso, habituou-nos o Senhor Presidente Isaltino a estar muito à frente do seu tempo, em cada momento, isto há muitos anos que acontece e é isto que permite este tipo de elogios por parte dos nossos governantes e gostava de terminar com esta afirmação.”-----

13 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA CARLA ROCHA:-----

----- A **Senhora Vereadora Carla Rocha** prestou à Câmara as seguintes informações:----

----- “Continuando o que o Senhor Vereador Pedro Patacho falou, dos prémios que nós arrecadámos, dizer o seguinte: -----

----- No dia dezoito de maio, nós fizemos três candidaturas, isto é muito importante, e

ganhámos três prémios na área da Literatura, na área da Educação e na área da Gastronomia. -----

-----Relativamente à área que me diz mais respeito nós levámos a concurso o “Há Prova!”, este ano foi a nona edição, já aqui falei dos dados desta edição, mas este prémio, e perdoem-me a imodéstia, é mais do que merecido para a equipa, porque na verdade, depois daquele fim de semana sem horários, completamente alucinado, o que a equipa me faz na segunda-feira é dizer o que é que podem melhorar e é por isso que da primeira edição até à nona edição é sempre diferente, é sempre melhor e já me estão a dizer o que é que vão fazer de diferente e de melhor para o ano e quando nós queremos constantemente fazer mais e fazer melhor, os prémios vêm, não há como não vir e, por isso, é um reconhecimento deste Município, mas, acima de tudo para a equipa, parabéns.-----

----- - No dia vinte e um de maio, na Cerimónia de Desfile de Meios, na Praia de Santo Amaro de Oeiras, é a segunda vez que eu vou, e eu devo ter comunicado mal, porque, na verdade, eu gostava que a população estivesse toda lá em peso, porque é impossível nós não ficarmos pequeninos perante aquele desfile impactante de meios que um Concelho tão pequeno como o nosso tem, e isto Senhor Presidente em respeito do Município, perante a sua população, mas também perante o seu País, eu pelo menos senti que estava no sítio certo à hora certa, foi espetacular, já não falando daquilo que a Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho falava, que é o respeito pelo passado, aqueles carros estão bem cuidados.-----

----- - No dia vinte e quatro de maio, na visita inaugural da requalificação do prédio de habitação municipal e estamos a falar de conforto para os nossos moradores e quando falamos de conforto para os nossos moradores é sempre um dia muito bom, porque há sempre esta ideia, que a habitação municipal não é cuidada, não é acarinhada e é verdadeiramente mentira e, por isso, Senhor Vereador Nuno Neto também obrigada por isso. -----

----- - Depois fui representar o Senhor Presidente no domingo passado, no Auditório Ruy de Carvalho, em Carnaxide, no final do ano letivo das Ideias do Século. Eu vou-vos dizer uma



Câmara Municipal
de Oeiras

coisa, eu tive que me ir mordendo aos poucos, porque eu achava que estava no Politeama, aquilo foi espetacular, foi um respeito pela dança, pela tradição, pela cultura, desde as danças típicas do Minho, do Ribatejo, vale a pena, eu fico sempre muito contente de ir representar o Senhor Presidente, porque acho que vou sempre ver coisas espetaculares e as Ideias do Século, em Carnaxide, estão mais do que de parabéns.-----

----- - Depois não tive oportunidade de dizer ao Senhor Presidente, mas digo agora assim perante todos, na semana passada teve lugar o Encontro Nacional de Comunicação Autárquica, que decorreu em Mafra, foi apresentado um estudo de avaliação dos portais de trezentas e oito Câmaras Municipais, o Senhor Vice-Presidente também vai gostar disto, este estudo foi conduzido pela Universidade do Minho e dizer que o nosso portal ficou em quarto lugar, nenhum da Área Metropolitana de Lisboa ficou nos dez primeiros. -----

----- Quais foram os critérios? -----

----- Conteúdo, tipo e atualização, acessibilidade, serviços “online” disponibilizados e participação.-----

----- Sem dúvida, tenho que dar os parabéns à Comunicação, mas também ao DGO (Departamento de Gestão Organizacional), é uma dança partilhada e realmente o “site”, nós sabemos que tem algum espaço de melhoria, mas nós sabemos quais são as melhorias, sabemos para onde devemos ir, mas não podemos esquecer o que de bom tem sido feito. -----

----- - Hoje de manhã, estive no TTL (Tomorrow Tourism Leaders), na bolsa de empregabilidade, ligada ao turismo, isto é muito interessante, foi no Templo da Poesia, então vocês imaginem, de um lado temos as pessoas que querem trabalhar na área do turismo e, do outro lado, temos as empresas que querem pessoas para a área do turismo, as pessoas têm dois minutos para dizer em que é que elas podem ser uma mais-valia e, do outro lado, as empresas têm no telemóvel e vão clicando quem é que querem.-----

----- Quem são as empresas que estavam lá? -----

-----Vou só dizer aqui algumas, Vila Galé, ADECO, Sofitel, Pestana Hotel, Sheraton, Penha Longa e o PortoBay, é este nível que nós temos cá em Oeiras, foi simplesmente espetacular. -----

-----Por fim, já falei muito hoje, gostaria de convidar todos para as festas de Oeiras, não sei se já repararam no “Facebook” até o Dino Santiago e os The Gift estão lá a pôr gostos e corações, são umas festas para todos os gostos, orientadas para todos os gostos, decorre em três sítios, no nosso Jardim, em Miraflores, no Taguspark e bem merecemos.”-----

14 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA SUSANA DUARTE: -----

-----A **Senhora Vereadora Susana Duarte** informou a Câmara do seguinte:-----

-----“Hoje, nas minhas informações faz sentido dar aqui algum esclarecimento, porque hoje está aqui a assistir a deputada Mónica Albuquerque que ontem questionou na Assembleia Municipal a situação do expositor de frio da comerciante de carnes de aves e ovos do Mercado de Algés. -- -----

-----Eu tenho o bom hábito de ir aos mercados semanalmente ou de quinze em quinze dias, por isso estava por dentro da situação, até porque fui uma das pessoas a carregar o expositor desta comerciante no dia quinze de maio, portanto, sei qual é, sei o peso que ele tem e infelizmente conheço as questões relativamente a esta situação. -----

-----Dar nota que algumas coisas também foram trazidas à Câmara, nomeadamente numa reunião anterior, onde foi aprovada a isenção de taxas, precisamente, porque tínhamos feito o concurso para comprar, não só este expositor, como os restantes, e a entrega estava prevista para maio, contudo, fui informada pelos Serviços que existiu uma reclamação neste concurso o que fez com que os prazos dilatassem e já não seria cumprido o prazo de maio que tinha sido indicado à comerciante. -----

-----De imediato, dentro dos Serviços vimos a possibilidade de alugar de um expositor, fizemos isso para que ela não fosse prejudicada, para que o prazo que tínhamos estipulado com



Câmara Municipal
de Oeiras

ela, de maio, fosse cumprido mesmo a custos e encargos superiores para o Município, porque sentimos que a tínhamos que apoiar, e desta forma assim o fizemos, no dia quinze foi entregue, eu estava lá e também ajudei nessa entrega.-----

----- Eu percebo algumas das questões que ela agora salienta, mas as pessoas nem sempre dizem toda a verdade, digamos assim, ela queixou-se e está a queixar-se do expositor que foi agora alugado, que é transitório, até virem os expositores que são iguais para todos aqueles expositores de frio do mercado, mas daquilo que nós percebemos e tendo avariado logo no dia a seguir à entrega chamámos imediatamente os técnicos e o que os técnicos do expositor de frio nos informaram é que o que aconteceu foi um sobreaquecimento do motor por uma avaria provocada, na verdade, pela própria comerciante. -----

----- Porquê?-----

----- Porque a comerciante punha a temperatura no mínimo, ou seja, em graus negativos e a temperatura daquele tipo de expositores para carne é entre os zero e os quatro graus, legalmente. -----

----- Ao pôr a temperatura em limites mínimos vai sobrecarregar o motor, isto foi o que foi explicado pelos técnicos e ele sobreaquece, claro que ela quando chegou no dia a seguir ele tinha sobreaquecido e já não tinha a temperatura sequer correta dos quatro graus e foi logo imediatamente em vinte e quatro horas, para quem conhece os Serviços, terem feito uma reparação em vinte e quatro horas, foi um processo hercúleo o que aconteceu, mas porque sentimos, na altura nem sequer sabíamos que o problema tinha sido causado pela própria, sentimos que havia um problema, chamámos logo a atenção dos técnicos e fizeram a reparação em menos de vinte e quatro horas e no dia a seguir já conseguiu trabalhar e avisaram-nos logo que se a temperatura for forçada a estar abaixo dos zero graus isto vai voltar a acontecer ao motor. -----

----- Avisámos a referida comerciante que ficou muito chateada, porque diz que queria ter

mais frio em baixo, no fundo, ela queria congelar a carne, eu percebo que isso seja prático para ela, mas não é sequer legal, porque ela não o pode fazer, para congelar tem que fazer um abatimento de frio, aquilo tem regras muito específicas, não o pode fazer no mesmo sítio onde tem o resto da carne com frio, tem que o fazer numa outra arca, tem que ser uma arca de congelação, não uma arca de refrigeração e frio, que é o que ela é, que sempre foi e que já era igual à que estava lá anteriormente e foi isso que nós avisámos, não sabemos se ela fazia isso na anterior e se a anterior por ser nova aguentava isso na altura, mas a verdade, é que ela também não o podia fazer e avisámos que mesmo quando vier a nova se tiver estas práticas vai avariar como as outras arcas. -----

-----Falámos com ela, percebeu a situação, nós temos uma outra arca de frio com menor temperatura, que é uma arca grande e que é precisamente para mais volume de produtos poderem ficar durante a noite ou mais dias na semana e para aí poder ter uma refrigeração que a lei permite e condições, obviamente, de sanidade pública. -----

-----Ela pode pôr, eu percebo que ela não queira pagar o aluguer daquele espaço, mas anteriormente fazia-o, pode haver aqui uma forma de a ajudar se for esse o problema, mas não foi isso que ela nos indicou, ela diz que antes fazia mais frio, mas não fazia, porque os técnicos explicaram-nos que era impossível fazer mais frio, porque a arca era exatamente a mesma, só que era outro modelo. -----

-----Eu espero que isto fique tudo sanado quando vier a nova arca, porque já sei, através dos Serviços, que o processo, entretanto já continuou a andar e dentro de dias será a aquisição e serão entregues os novos expositores. -----

-----Foi um assunto que segui, se por algum motivo tiverem algum assunto desta temática, julgo que poderão sempre falar comigo, até porque, às vezes, há aqui algumas questões que nem sempre são explicadas e eu também quando me explicaram ao telefone não me disseram tudo e por isso é que lá fui. -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Preocupa-me, porque ela não pode abater tanto o frio, tem que ter cuidado com isso e se quiser congelar então arranja-se uma arca de congelação, mas não pode é ser naquela, era só isto que queria dizer para ficar em ata e também já o dissemos à própria. -----

----- - Quero agradecer ao Vereador Armando Soares porque hoje também fomos aos Serviços dar aquelas informações, é importante este acompanhamento dos Serviços e que eles percebam que as coisas são feitas com eles e com eles significa estarmos todos juntos numa solução comum e, por isso, agradecer também essa disponibilidade que sei que não é fácil em mais de mil funcionários conseguir ouvir quase todos.-----

----- - Deixo os habituais convites para este fim de semana destinados ao Mercado Biológico em Paço de Arcos e Algés.-----

----- No domingo, a Feira de Velharias de Oeiras passará para a zona do McDonald, uma vez que as festas de Oeiras já estão ali montadas, no domingo podem começar numa ponta e acabar na outra.”-----

15 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA JOANA BAPTISTA: -----

----- A **Senhora Vereadora Joana Baptista** iniciou o seu período de informações dando conta do seguinte: -----

----- “No dia dezanove de maio, juntamente com o Senhor Presidente e alguns Vereadores estive presente nas visitas de trabalho na Freguesia de Porto Salvo. -----

----- O primeiro ponto foi na zona de Talaíde, a qual no ano passado foi praticamente objeto de uma revolução, quem transita do Concelho de Cascais para o Concelho de Oeiras, passando em Talaíde, a zona mais velha, consegue perceber, hoje em dia, sem a introdução de qualquer sinalética, o que é o Concelho de Cascais e o que é o Concelho de Oeiras, aliás, eu há dois dias estava com munícipes de Cascais, mas que, no fundo, fazem o usufruto do seu dia no Concelho de Oeiras, diziam-me que nunca tinham visto Oeiras que não através de canas da ribeira e, hoje em dia, tudo foi revolucionado através de uma grande obra que vai continuar no

próximo ano, mas que nunca tinham visto aquela intervenção na zona da ribeira e sabem que quem faz essa intervenção não é o Município de Cascais, é o Município de Oeiras. -----

-----É fabuloso trabalharmos desta forma quando temos toda a equipa una, coesa e focada nesta missão, que é satisfazer as necessidades do território e das pessoas.-----

-----Estamos a falar de uma intervenção que já ultrapassa os quatro milhões de euros naquela zona, mas que no próximo ano, entre demolições e realojamentos e aqui uma colaboração absolutamente incessante com o Departamento de Habitação, porque não é possível requalificar uma zona velha, degradada e com construções clandestinas, sem haver um processo de realojamento, esta articulação com o Departamento de Habitação.-----

----- - Também estivemos na sede da Junta de Freguesia de Porto Salvo a fim de avaliar a necessidade de obras de ampliação do edifício, de modo a oferecer melhores condições de atendimento aos fregueses de Porto Salvo, reparem esta nossa preocupação para com os municípios.- -----

-----Temos o projeto pronto do Rossio de Porto Salvo e como sabem uma das valências desse projeto é transferir a sede da Junta para o Rossio de Porto Salvo, mas, no entanto, e porque porventura, estaremos a falar de três ou quatro anos à nossa frente, queremos dar todas as condições de segurança e conforto às pessoas e, por isso, a visita do Senhor Presidente é pensar a todo o tempo naquilo que é a melhoria das condições para os nossos municípios. -----

----- - Estivemos também no Bairro Moinho das Rolas, mas, certamente, o Senhor Presidente abordará o projeto social com que lá nos confrontámos. -----

----- - No dia vinte de maio, no âmbito da Semana da Proteção Civil, foi um dia com uma enorme dinâmica no Porto de Recreio de Oeiras, estive com o Vereador Pedro Patacho, com o Vereador Armando Soares e com a Administração da Oeiras Viva, a assistir a um simulacro multi-acidentes com três cenários distintos, um incêndio em embarcação de recreio, um incêndio urbano em equipamento hoteleiro e um acidente de viação. -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Foi possível aferir “in loco” a capacidade de trabalho dos nossos Agentes de Proteção Civil na resolução de situações desta natureza, bem como, perceber o que é necessário melhorar e é sempre necessário melhorar, porém, tenho igualmente que referir que os nossos Agentes de Proteção Civil são dos mais bem equipados a nível nacional, se não, eventualmente, os melhores.

----- A Vereadora Carla Rocha dizia que, porventura, não fez a devida comunicação do desfile que aconteceu no dia seguinte, porque o desfile supera o território.-----

----- Temos um território de quarenta e seis quilómetros quadrados, temos a Polícia Municipal, o Serviço Municipal de Proteção Civil, a Polícia de Segurança Pública, temos sete corpos de Bombeiros, mas aquilo que demonstrámos naquele desfile é uma resposta não para os quarenta e seis quilómetros, é uma resposta a nível nacional e esta é a perspetiva do nosso território, é beneficiar o nosso, naturalmente primeiro, mas também beneficiar aquilo que é o País, porque Oeiras ajuda o País e não é por acaso que nós em Oeiras, neste pequeno território, somos a segunda economia do País, é com o contributo de todos. -----

----- - Também no dia vinte e dois de maio e porque é um tema cada vez mais pujante, todos os dias ganha força e músculo a questão da Mobilidade e Transportes, Oeiras sendo e estando, é uma localização, eu já nem vou para o campo da subjetividade, objetivamente Oeiras é o centro da Área Metropolitana de Lisboa e, por isso, tem aqui uma responsabilidade acrescida, naquilo que é a área da mobilidade, garantir melhores acessos, garantir melhores transportes à área da Grande Lisboa. -----

----- Todas as semanas e desde a apresentação do PMUS (Plano de Mobilidade Urbana Sustentável) eu não me canso de dizer isto em reuniões de Câmara e da Assembleia Municipal, Oeiras tem liderado reuniões, seja no caso do SATUO (Sistema Automático de Transporte Urbano de Oeiras), seja no caso do BRT (Bus Rapid Transit), seja no caso do LIOS (Linha Intermodal Sustentável) e no caso em concreto no dia vinte e dois de maio, tive uma reunião com o Presidente do Metropolitano de Lisboa, no que respeita à proposta de traçado alternativo e no

que respeita também à instalação de um parque de manutenção e viaturas na Unidade de Execução dos Barrinhos.-----

----- - No dia vinte e quatro de maio, tivemos a visita da CCDRLVT (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo), a Presidente Teresa Almeida, juntamente com a Comissária Europeia numa visita ao Palácio Marquês de Pombal, para aferir os trabalhos executados, no âmbito dos trabalhos que acabaram de ser finalizados quanto à recuperação das fachadas, cantarias e ordenamento e, no fundo, foi ao abrigo de uma comparticipação financeira, no âmbito do Portugal Vinte Vinte, estamos a falar de um investimento de um milhão e duzentos mil euros, mas dizer que este investimento não foi isolado, desde o ano dois mil e treze a Câmara Municipal de Oeiras tem retirado uma fatia muito significativa do seu orçamento para recuperar património um pouco por todo o Concelho. -----

-----Este é emblemático, é icónico, é a nossa joia da coroa, o Palácio, mas desde o ano dois mil e treze que os investimentos têm sido significativos e não vão terminar agora com esta intervenção que ficou finalizada, vamos continuar a intervencionar as fontes e lagos que estão por baixo do Jardim dos Buxos, do Pátio das Araucárias, os Azulejos, no fundo, é uma intervenção incessante, certamente que este músculo teve que ser mais intenso nos últimos seis meses naquilo que foi a sequência das intempéries, porque deixou os nossos jardins de uma forma lastimável e aqui um total agradecimento à Divisão de Gestão de Espaços Verdes e à Divisão de Gestão Ambiental, porque voltámos a estar nas festas, é quase como dizer que todos anos há bolo-rei e todos os anos à festa nesta altura e quisemos congratular as pessoas com o que há de melhor em Oeiras, os nossos jardins. -----

----- - Respondendo a algumas questões colocadas pela Vereadora Carla Castelo, mas fazendo aqui um enquadramento. -----

-----Esta Administração, Senhora Vereadora, bem como toda a estrutura que está à nossa frente e que, no fundo, representam dois mil e oitocentos colaboradores, trabalham trinta a trinta



Câmara Municipal
de Oeiras

e um dias por mês de forma incessante, damos o melhor de nós próprios, superamo-nos, às vezes toca quase ao ponto de sermos, para além de humanos, para conseguirmos concretizar a nossa missão.-----

----- A Senhora Vereadora, vem grosso modo em média dois dias por mês às reuniões de Câmara, para depois não nos apelar de Vereadores ou ao Senhor Presidente de arrogantes, prepotentes, eu ia-lhe pedir o favor com toda a humildade, quando estamos a falar Senhora Vereadora, até porque nós em Oeiras gostamos de pessoas, mas gostamos também de estabelecer relações empáticas.-----

----- Eu quando estou a falar tenho o maior do gosto que a Adelaide esteja a olhar para mim e me esboce um sorriso, a Vereadora Susana, aliás, estão quase todos a olhar para mim e a esboçar um sorriso, é isto, é porque isto é estimulante, Senhora Vereadora, tem que perceber um bocadinho de Psicologia, repare, não é só alterações climáticas, não é só a abelha, que eu sei que lhe deu muito prazer na apresentação do trabalho da biodiversidade, mas também são as pessoas, porque nós alteramos, transformamos o território e, portanto, Senhora Vereadora para depois não dizer nas redes sociais que é onde não se deve dizer.-----

----- O relacionamento político não deve ser trabalhado nas redes sociais, deve ser trabalhado aqui, olhos nos olhos, com urbanidade, cordialidade, simpatia, porque mesmo sendo Vereadora da oposição pode construir. -----

----- Agora, atenção ao comportamento, porque quando o comportamento não tende à construção acaba por destruir paulatinamente o relacionamento humano, isso não é bom para Oeiras Senhora Vereadora e não é bom para a oposição, a sua, que deve ser construtiva. -----

----- Porque é que eu quis fazer este preâmbulo? -----

----- Muito estranho que a Senhora Vereadora marque presença no gueto do clima um evento que foi da iniciativa e organização do Município de Cascais e bolas, nunca vai a nenhum evento ou iniciativa de Oeiras, será que Oeiras não tem eventos, não tem iniciativas, não tem

inaugurações, não há mérito na ação política?-----

-----Oiça é a nossa ação política que determinou uma maioria absoluta.-----

-----Hoje tivemos uma iniciativa que já foi apelidada de forma desconstrutiva ou desinformativa de carros voadores. -----

-----Quisemos puxar para Oeiras a vanguarda da mobilidade urbana, estabelecemos um acordo, uma parceria que é de se aplaudir e nem isso é aplaudido nesta reunião, parabéns Oeiras, conseguiu acolher no nosso território um projeto absolutamente inovador, boas práticas que estão espalhadas por esse mundo fora.-----

-----Postos de carregamento elétrico, faz algum sentido vir para aqui dizer que o estacionamento da Rua Dom Pedro Quinto não tem postos de carregamento elétricos, quando o Município de Oeiras já é o quinto Município a responder à União Europeia no que respeita a esta matéria, Senhora Vereadora, um bocadinho de humildade, sensatez, razoabilidade na condução da política, repare, é sermos verdade com a verdade. -----

-----Centro de Saúde de Algés, a competência da despesa era do Senhor Presidente, nem tinha que vir aqui à Câmara, mas face à simbologia política tivemos o cuidado de trazermos a abertura do procedimento, portanto, não há nenhum Vereador que não tenha conhecimento de que foi adjudicado bem há pouco tempo a obra de intervenção no Centro de Saúde Algés que permitirá a reabertura e vem perguntar o que é que está a acontecer no entretanto?-----

-----A Senhora Vereadora sabe, pode não ter aprovado, pode-se ter absterido ou ter votado contra, mas não pode dizer que não conhece uma adjudicação recente, naturalmente, depois acontece a habilitação de documentos, a consignação e o empreiteiro entrou esta semana em obra.-----

-----O que é que aconteceu na semana passada? -----

-----Houve uma tarde com enorme pluviosidade na zona de Algés e Dafundo e como o Centro de Saúde ainda não foi intervencionado o estacionamento alagou.-----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Para quando a desativação do Centro de Saúde de Algés? -----

----- Se calhar, teremos que pensar na desativação da habitação, comércio, serviços de toda a baixa de Algés, toda a baixa Pombalina, toda a baixa do Porto, muito bem, isto é que é fazer política de forma construtiva, é levantar estas questões que não são questões, nós estamos aqui para resolver problemas. -----

----- Houve um problema que aconteceu na sequência de uma intempérie, está a breve trecho de ser resolvido, eu quero crer que em setembro com algum contributo do empreiteiro, o Centro de Saúde de Algés será reaberto.-----

----- - Estacionamento provisório em Algés, é estacionamento provisório, é provisório enquanto o projeto das Portas de Algés não estiver concluído, se é provisório durante seis meses, um ano, dois anos ou três anos, não sei Senhora Vereadora, não lhe posso responder com essa assertividade, porque eu sou uma mulher assertiva, mas a Senhora Vereadora muitas vezes confunde assertividade com arrogância e eu hoje estou a ter toda a cautela no tom em que lhe digo as coisas, portanto, provisório sim Senhora Vereadora até que o projeto das Portas de Algés esteja concluído e nem lhe reviro os olhos Senhora Vereadora. -----

----- - Sacadura Cabral, o empreiteiro, a Teixeira Duarte, está em campo conforme sabem, estamos a falar de um investimento de um milhão e meio de euros que saiu do orçamento de dois mil e vinte e três da Câmara Municipal de Oeiras, a obra está praticamente concluída no mês de julho, segundo o empreiteiro está concluída, mas se a Senhora Vereadora passar no Dafundo consegue perceber o decurso das obras. -----

----- - Ciclovia no Terraplano de Algés, também mais uma infraestrutura que foi danificada no âmbito das intempéries, que vai ser corrigida, o valor da empreitada era pouco significativo e, portanto, não veio a reunião de Câmara, mas já foi lançado e a breve trecho será adjudicado. -----

----- - Passagem Superior no Dafundo, tivemos enormes vicissitudes com este projeto,

com esta obra, se não me engano foi lançada três vezes e à terceira vez surpreendentemente foi adjudicada em janeiro de dois mil e vinte e dois, mas entre o empreiteiro demorar a entregar documentos, entre o terminar o contrato de urbanização e quatro vezes o Tribunal de Contas ter solicitado esclarecimentos ao Município de Oeiras, o que é certo é que chegámos a um compasso em que o empreiteiro não tem interesse em realizar a obra, portanto, o que vai neste momento acontecer é o Município ver-se na contingência de lançar novamente esta empreitada. -----

-----Está lá um painel, é verdade que está lá um painel, porque continua a ser objetivo e decisão estratégica do Município de Oeiras manter aquela obra, tivemos estas vicissitudes com o empreiteiro, mas como ainda não sabemos quando é que vai ser realizada à obra estamos neste impasse, mas isto significa desinformação Senhora Vereadora? -----

-----Claro que não.-----

-----Novas vias, é importante voltar sempre a dizer o mesmo em todas as reuniões, já foi dito e subscrito no Plano de Mobilidade Urbana Sustentável que não há uma nova via em Oeiras ou uma via que não seja requalificada que não pense em duas dimensões, mobilidade suave e transporte público, todas as novas vias têm corredores dedicados Senhora Vereadora, portanto, que esse não seja um “karma”, nem um problema na sua vida, porque o Município de Oeiras tem subjacente essas preocupações. -----

-----Eu espero ter respondido, mas caros Dirigentes e Técnicos, eu fiz o melhor que sei que foi esclarecer a Senhora Vereadora, mas não significa que amanhã o Senhor Presidente não seja surpreendido com cinquenta requerimentos da Senhora Vereadora a questionar as mesmas questões que eu hoje elucidei, é isto que é fazer política de forma, no nosso caso, construtiva.” --

16 - INFORMAÇÕES - SR. VICE-PRESIDENTE: -----

-----O **Senhor Vice-Presidente** informou a Câmara do seguinte: -----

-----“No dia dezanove, acompanhei o Senhor Presidente nas visitas ao Concelho, nomeadamente em Porto Salvo, e também estive presente na abertura das Festas de Nossa



Câmara Municipal
de Oeiras

Senhora da Rocha com o Senhor Presidente da União de Freguesias, é a mais antiga festividade do Concelho.-----

----- - No dia vinte e quatro, assisti à inauguração após obras de requalificação do edifício de habitação municipal do Bairro Laveiras/Caxias, cheguei um pouco antes, gosto sempre de chegar mais cedo e fui a um dos cafés do bairro em que as senhoras me diziam para dar os parabéns ao Senhor Presidente pela escolha da cor, que era fina, estavam os moradores muito contentes e perguntaram-me se iríamos pintar os prédios deles, eu disse-lhes que sim que o bairro ia ser todo requalificado, podiam estar descansadas e pediram para pintar também com cores finas, ficaram muito contentes com a paleta da escolha das cores que está atualmente a ser usada pelo Município.-----

----- - No dia vinte e cinco, recebi uma missão técnica do Município de Guarapuava, no Paraná, que teve lugar no Salão Nobre do Palácio Marquês de Pombal, liderado por corpos técnicos e dirigentes que pretendiam conhecer a experiência e o desenvolvimento urbanístico e o desenvolvimento empresarial económico do Concelho de Oeiras das últimas décadas, exatamente pelo êxito do mesmo.-----

----- - Também nessa manhã, fiz a abertura do Congresso Internacional de Emergência Médica da Ocean Medical, no Taguspark.-----

----- - Estive presente em mais um Conselho Metropolitano de Lisboa, desta vez em Vila Franca de Xira e recebi a Senhora Secretária Regional dos Assuntos Sociais e Capital Humano do Governo Regional do Príncipe, doutora Fátima Cassandra, por indicações do Senhor Presidente e a pedido do Senhor Presidente do Governo Regional do Príncipe.-----

----- - No dia vinte e seis, representei o Senhor Presidente e a Câmara na inauguração do novo “Tech Hub AUTODOC”, no Lagoas Park, para quem não conhece a AUTODOC é a maior empresa mundial de comércio de peças automóveis “online” e abriu o seu Departamento de Desenvolvimento de Tecnologia, no Lagoas Park, porque eles vivem de tecnologia.-----

-----Curiosamente, eu acho que já disse isto ao Senhor Presidente, depois de eu ter falado com um dos funcionários da empresa, que pediu para falar comigo, levou-me à janela da sede da empresa, estava muito emocionado, era um morador da Ribeira da Laje, cresceu na Ribeira da Laje com algumas dificuldades um antigo jovem aqui do Concelho de Oeiras, estudou sempre com bolsa, terminou a sua licenciatura no Instituto Superior Técnico e quando acabou o curso imediatamente foi convidado para ir trabalhar para a Google e agora volta para Portugal na AUTODOC como Diretor de Desenvolvimento Ecológico da maior empresa do mundo de comércio de peças “online”.-----

----- - No dia vinte e oito, estive presente na “Street Stage”, no fundo é uma especial de estrada do “FIVA World Rally Portugal dois mil e vinte e três”, a mais importante prova do Campeonato da Federação Internacional de Veículos Antigos, tive oportunidade de abrir e fechar esta “Street Stage”, é bastante curioso o êxito, particularmente, nas redes sociais deste evento, nós em setenta e duas horas tínhamos mais de quinze mil visualizações, foi um enorme sucesso e uma prova com grande impacto, até internacional, porque tem muitos seguidores internacionais que seguiram através das redes sociais do Concelho de Oeiras. -----

----- - Também no dia vinte e oito, estive a acompanhar o Senhor Presidente na cerimónia de entrega dos prémios desta prova. -----

-----Sobre as Festas do Concelho e a Senhora Vereadora Carla Rocha já aqui referiu que, nos últimos anos, as Festas do Concelho têm vindo a crescer em termos de frequência, esperamos nós da qualidade do cartaz e queria dizer que nós apenas desejamos para este ano que não haja acidentes, nem problemas de segurança, porque as Festas do Concelho nos últimos anos têm sido marcadas por terem sido, absolutamente exemplares em matéria de comportamento de quem assiste aos espetáculos, têm sido muito elogiadas, nós apenas queremos mais do mesmo, temos um aparelho de segurança e de proteção civil montado à medida daquilo que as autoridades nos dizem que é necessário, esperemos apenas que cumpram como nos últimos se cumpriu. -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Gostaria de falar de outro tema que a Senhora Vereadora Carla Rocha já trouxe, mas que eu quero referir, há alguns anos no mandato anterior eu disse ao Senhor Presidente que queria ter o melhor portal dos Municípios do País, foi isso que nós estabelecemos como padrão, poderá não ser o melhor portal do País, mas, neste momento, é o melhor portal dos Municípios grandes do País. -----

----- O estudo que a Senhora Vereadora Carla Rocha trouxe dá indicadores que de todos os Municípios grandes do País, Oeiras é o primeiro, naturalmente é mais fácil ter informação e ter serviço “online” para um Município pequeno do que para um Município da dimensão do Município de Oeiras, tenho muita pena que a Senhora Vereadora indicada pelo Bloco de Esquerda nas listas da extinta Coligação Evoluir Oeiras não esteja presente na sala, porque uma das questões que mais me perturba na relação com algumas pessoas que nos fazem oposição é não me reconhecer nas palavras deles. -----

----- Há muitas coisas que são ditas que são profundamente ofensivas, hoje, por exemplo, foram ditas mais coisas que são ofensivas como se tratássemos de forma discriminatória um munícipe ou outro, dizer que um dos pontos que foi referido neste estudo e a Senhora Vereadora Carla Rocha, certamente por lapso não o referiu, é a questão da transparência. -----

----- O “site” do Município de Oeiras é referência nacional de todos os “sites” em matéria de transparência municipal, esta informação irá ser enviada para o DGO para que seja apreciado devidamente o relatório e o estudo feito, com o qual nós não temos nada a ver, absolutamente nada a ver, mas deixa-nos muito felizes que assim seja, que seja reconhecido o esforço que nós tivemos para termos um “site” ou um portal absolutamente transparente. -----

----- Estou a olhar para a doutora Vera Carvalho, porque sabe que foi desde o primeiro momento uma das preocupações de ter toda a informação legal, disponível no “site”, tudo o que não fosse, eu recordo-me bem da expressão, tudo o que não constitua devassa da vida privada deve estar no portal municipal. -----

-----Quando construímos o SGU (Sistema de Gestão Urbanística) a parte urbanística do portal, foi nossa preocupação que cada momento do processo, exceto os técnicos, mas toda a unidade orgânica em que o processo passa ao minuto seja dada informação a quem é dono do processo, mudámos a forma como olhávamos para os processos, passando a olhar para eles não como um processo da Câmara, que é numerado pelo Município, mas um processo que tem dono e o dono é o seu requerente e o requerente tem que ter acesso à informação do processo a cada momento e conseguimos-lo.-----

-----Vem agora este reconhecimento, agora permitam-me que vos diga isto, tantas vezes somos caricaturados, aquilo que eu dizia há pouco que não nos reconhecemos nas palavras dos terceiros, somos tantas vezes caricaturados e depois quando o trabalho é feito de modo científico e honesto o resultado é este.-----

-----O louvor não o quero recolher para mim, o louvor que foi dado ao facto do portal do Município de Oeiras ser aquele com melhor transparência ou dos melhores em transparência em Portugal, não é apenas nosso, é também de quem o construiu, portanto, à doutora Vera Carvalho, ao doutor Barreira Martins, ao doutor Nuno Martins, o elogio também aos técnicos que acompanharam parte dessas unidades orgânicas. -----

-----Por fim, dizer apenas que, no que foi dito sobre a nossa relação com os munícipes, eu gosto muito de dizer esta frase, tenho que a repetir mais uma vez, apenas lamentar e dizer que “para quem só tem martelo tudo lhe parece um prego”, eu como me recuso a ser prego não aceito que me julguem por essa bitola, cada um que fique com esses comentários.”-----

17 - INFORMAÇÕES - SR PRESIDENTE: -----

-----O **Senhor** Presidente iniciou o seu período de informações dizendo o seguinte: -----

-----“Confesso que eu adoro estas reuniões. -----

-----A dinâmica dos Senhores Vereadores, dos Dirigentes, dos Técnicos, dos Serviços que tutelo, e na realidade é um prazer enorme assistir a estas reuniões e toda a informação que é



Câmara Municipal
de Oeiras

trazida. -----

----- No dia dezassete de maio, pelas onze horas, na Praia da Torre, no âmbito da Semana da Proteção Civil, teve lugar a Exposição Estática de Meios, que é sempre frequentada por centenas de crianças das escolas e este ano mais uma vez isso ocorreu.-----

----- - No mesmo dia, pelas doze horas, ocorreu a assinatura do Protocolo Formação Mais Próxima entre a Câmara e Turismo de Portugal para facilitar a formação dos agentes turísticos da restauração hoteleira, funcionários da Câmara, etc., que lidam com as questões relacionadas com o turismo.- -----

----- - No dia dezoito, dei uma entrevista à TVI, justamente sobre habitação, respondendo às questões que foram colocadas relativamente à Proposta de Lei que o Governo aprovou recentemente e que irá ser submetida à Assembleia da República relativamente à possibilidade de construção em terrenos rústicos e exclusivamente para habitação pública, ficando, naturalmente, reserva de propriedade do Estado, o que significa que ao contrário do que alguns membros da oposição referem, não visa especulação imobiliária, porque não há especulação imobiliária com terrenos que ficam na posse do Estado, que não pode entrar no comércio, não há favorecimento a promotores imobiliários e muito menos fator de corrupção, quem diz que somos arrogantes, que ofendemos as pessoas, isto vem nas redes sociais, a propósito do Presidente da Câmara de Oeiras defender a construção em terrenos rústicos, fala-se em favorecimento de promotores e imobiliários, de corrupção, etc., quando na realidade do que se trata é de construir em terreno rústico, sendo necessário para construção de habitação pública exclusivamente na posse do Estado. -----

----- - Nesse mesmo dia, às dezassete horas foi inaugurado o Festival Gerador, que está a decorrer durante os próximos meses.-----

----- - No dia dezanove, estive presente com o Senhor Ministro da Educação e com o Vereador Pedro Patacho na Escola Sebastião e Silva a propósito das Olimpíadas da Língua

Portuguesa, que achei muito interessante, só tenho pena de não ir devidamente preparado, porque eu pensei que era para responder a perguntas dos alunos e era ao contrário, era para fazer perguntas aos alunos. -----

----- - No mesmo dia tiveram lugar as visitas ao Concelho. -----

----- - No dia vinte e um, compareci à Cerimónia e Desfile de Meios da Proteção Civil do Concelho de Oeiras, quer a Senhora Vereadora Carla Rocha, quer a Senhora Vereadora Joana Baptista reportaram bem o que representa esse desfile e é indiscutível que a força de meios que o Município de Oeiras tem, ultrapassa de longe as necessidades do Concelho. -----

----- Não é por acaso, que particularmente na época dos incêndios é vulgaríssimo ver as nossas viaturas, os nossos Bombeiros, deslocaram-se um pouco por todo o País onde há sinistros, justamente nessas ações de combate aos incêndios ajudando outros Municípios que têm mais dificuldades, ou que não têm as condições de combate aos incêndios que nós temos. Por isso é um orgulho para nós termos estas Associações de Bombeiros e estes Bombeiros que se disponibilizam para esse esforço, no qual a Câmara contribui dotando-os dos equipamentos necessários a esse combate. -----

----- - No dia vinte e três, estive presente na Sessão de Abertura da Knower Business Conference dois mil e vinte e três, organizado por uma empresa do Concelho, que começou com uma dúzia de trabalhadores em Algés e que hoje tem cinco mil, começou na área da contratação de pessoal para a construção civil, foi evoluindo e hoje trabalha na área tecnológica, na área do turismo, na área da construção civil, na área da formação profissional e, portanto, é uma grande empresa. --- -----

----- - No dia vinte e quatro, inaugurámos o primeiro prédio requalificado em Laveiras/Caxias, com a presença da Senhora Ministra da Habitação, foi uma cerimónia muito simbólica, porque representa o início da recuperação de todo o nosso património imobiliário ao nível de habitação pública, no qual devemos aplicar cerca de setenta e sete milhões de euros, na



Câmara Municipal
de Oeiras

requalificação desses prédios, aliás, eu estou certo que Oeiras irá ser o Município português que mais investimento vai fazer, no âmbito do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência), é já neste momento aquele que tem mais operações em curso e, portanto, nos próximos meses, outras serão lançadas.-----

----- - No mesmo dia reuni com o Sindicato dos Trabalhadores Locais e com o Sindicato dos Trabalhadores do Município de Oeiras, para discutir as questões relativas aos horários, turnos, etc..-----

----- - No dia vinte e seis, no Templo da Poesia decorreu uma reunião geral da JML - Jornada Mundial de Juventude com os Centros Paroquiais, com as Freguesias e outros intervenientes, justamente numa ação de sensibilização e mobilização, de reencaminhamento entre todos aqueles que, de alguma forma, irão contribuir para a boa realização da Jornada Mundial de Juventude.-----

----- - Nesse mesmo dia, pelas dezanove horas, ocorreu a “Sunset Party”, a abertura da Piscina de Oeiras, pela primeira vez com a presença de várias empresas e agentes culturais que ali estiveram presentes.-----

----- - No dia vinte e oito, teve lugar o FIVA World Rally Portugal dois mil e vinte e três, que reuniu cento e doze automóveis. É um desfile de carros antigos, muito bonitos, e à hora que ocorreu mobilizou muita gente que estava na praia para assistir à corrida.-----

----- - Nesse mesmo dia assisti à celebração do trigésimo quinto aniversário da Vila Galé, no Picadeiro Real do Museu Nacional dos Coches, que também já tem aqui a sua sede, no Parque dos Poetas, num edifício que foi construído de raiz justamente para servir de sede, além de ter o Hotel dos Arcos, o Hotel dos Poetas e esperamos que venham a ter mais.-----

----- - Dia trinta, estivemos na inauguração do Centro de Saúde Mental, no antigo Quartel dos Bombeiros Voluntários de Paço de Arcos e é uma satisfação ouvirmos os representantes do Governo, o Ministro da Saúde e não só, o Coordenador da Saúde Mental, a Administração do

Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, enfim, de todos os responsáveis da saúde a destacar o papel da Câmara Municipal nesta matéria, como o Município de referência em Portugal, dando justamente como referência este Centro inaugurado como o ideal a desenvolver por esse País fora, pois há alguns anos a esta parte, o propósito é retirar dos hospitais esta dimensão da saúde mental.-----

-----Estas instalações são espetaculares, .muito bonitas, funcionais, com doze gabinetes, e estão todos encantados e tive oportunidade de dizer que me lembrava da inauguração do Centro de Saúde Mental, no Dafundo, há vinte anos, que foi o primeiro, e recordo-me do entusiasmo dos médicos e dos profissionais de saúde, e referi isso, e no final disseram-me que estavam mais entusiasmados agora do que nessa altura. -----

----- - Hoje assinamos no Taguspark o protocolo entre o Município de Oeiras e o Consócio Magellan Quinhentos.” -----

18 - RESPOSTAS ÀS INTERVENÇÕES DOS SRS. VEREADORES: -----

-----Reportando-se às questões suscitadas pelos Senhores Vereadores o **Senhor Presidente** começou por dizer o seguinte: -----

-----“A Senhora Vereadora independente indicada pelo Bloco de Esquerda na extinta Coligação Evoluir Oeiras colocou várias questões e a maior parte já foi respondida pela Senhora Vereadora Joana Baptista, no entanto, pretendo dar mais alguns esclarecimentos. -----

-----Verifica-se uma narrativa da oposição de Oeiras, aliás, houve várias narrativas que na verdade não têm nada a ver com a realidade deste Concelho, mas pensam que com essas narrativas, que não passam de mera desinformação, que alteram o “status quo” do Município e não é por se dizer que não se atendem bem os munícipes, que isso possa ser verdade. -----

-----Os munícipes são atendidos com a cortesia que lhe é devida, mas, naturalmente que se há munícipes que porventura não respeitam o órgão onde estão, devem ser chamados à atenção, obviamente que nós temos que ter mais paciência, temos que ter mais capacidade para



Câmara Municipal
de Oeiras

ouvir, até porque as pessoas quando vêm à Câmara Municipal, é porque se sentem de alguma forma lesadas ou porque querem ver satisfeita uma determinada pretensão e muitas vezes sentem-se injustiçadas e nem sempre apresentam com a cordialidade devida o problema, mas isso não significa que da nossa parte não deva haver a prudência, a tranquilidade e a paciência necessária para ouvir, mas, às vezes, quando se ultrapassa a linha vermelha obviamente que as pessoas têm que ser chamadas à atenção.-----

----- Não é por dizerem que a Câmara tem dois pesos e duas medidas no atendimento dos munícipes, que isso passa a ser verdade, portanto, as pessoas são testemunhas e quem tem, eventualmente, alguma razão para se queixar, queixa-se, não são os Vereadores ou Membros da Assembleia Municipal que fazem juízos valorativos relativamente à forma como as pessoas são atendidas e quem tem alguma razão de queixa, com certeza que se manifesta.-----

----- Relativamente a algumas questões que a Senhora Vereadora Joana Baptista já respondeu, mas, não deixa de ser curioso que aqui na Câmara Municipal sejam expostos alguns problemas de uma forma errada, não deixa de ser estranho que só se censure aquilo que porventura está mal feito, ou a resposta que ainda não foi dada e nunca haja uma palavra de elogio aquilo que corre bem. -----

----- Uma organização como a Câmara Municipal, como já proferido com dois mil e oitocentos funcionários com uma multiplicidade de serviços, porque a resposta que a Câmara Municipal tem de dar aos cidadãos são múltiplas, são muito diversificados e, portanto, é natural que um computador avarie, o frigorífico ou a câmara frigorífica, um telhado caia no Centro de Saúde, num posto de Polícia, de uma escola, etc., e quando isso acontece a Câmara Municipal tem de intervir, e intervém de acordo com as capacidades que tem, mas não deixa de ser curioso que se peçam satisfações à Câmara Municipal em determinadas situações em vez de dizer: “Vejam se a Câmara Municipal pode intervir.”.-----

----- Não, a atitude é outra. -----

-----O que é que a Câmara tem a ver com o Centro de Saúde de Algés? -----

-----Vamos ser claros. O Centro de Saúde de Algés não é da Câmara Municipal, é do Estado.-----

-----O que é que a Câmara Municipal tem a ver com a estação dos caminhos de ferro de Algés? -----

-----É do Estado, é das Infraestruturas de Portugal, da CP (Comboios de Portugal).-----

-----Esta Câmara, por acaso, tem esta política já de há muitos anos, como já foi aqui referido. Nós não nos desculpamos com o Estado, e, por isso mesmo, habituamos as pessoas a um rigor e a uma satisfação que noutros Municípios não é vulgar, porque, na realidade, tudo aquilo que diz respeito aos cidadãos, seja a satisfazer pelo Estado, seja a satisfazer pela Câmara ou por outra entidade qualquer, nós entendemos que nos diz respeito e, portanto, nuns casos insistimos com as entidades que têm competência para resolver o problema. Noutros casos em que essas entidades não são capazes, há circunstâncias em que, em função da prioridade e da ponderação feita, que a Câmara intervém. -----

-----Se nós fizemos Centros de Saúde no Concelho, fizemo-lo, porque entendemos que era necessário, mas para fazermos os centros de saúde deixamos de fazer outras coisas da exclusiva responsabilidade da Câmara, se fizemos esquadras da Polícia é porque consideramos que era importante haver essas esquadras da Polícia, porque caso contrário não havia. -----

-----Ontem inauguramos um Centro de Saúde Mental, não é da responsabilidade da Câmara Municipal, mas, no entanto, foi financiamento exclusivo do orçamento da Câmara Municipal, mas nós inaugurámos e entregámos ao Ministério da Saúde. -----

-----Nestas situações o que entendemos é que, muitas vezes, se não houver equipamento, porque o Governo, o Estado, não tem braços para chegar a todo o lado ao mesmo tempo e também tem que definir prioridades e se nós temos condições de construir um equipamento e dizemos ao Estado metam cá os médicos, os psiquiatras e psicólogos, os assistentes técnicos e



Câmara Municipal
de Oeiras

operacionais, e a Câmara Municipal dá a instalação. -----

----- Também fazemos com escolas, por exemplo, ainda não fizemos uma Escola Secundária em Barcarena, porque o Ministério da Educação, sempre nos disse, que não vale a pena, porque nós não estamos de acordo e, portanto, nós não podemos fazer um fantasma, não podemos fazer um edifício que fica abandonado. -----

----- Mas tudo isto decorre das boas relações da parceria, do entendimento de que pode haver melhorias nas condições, na satisfação de pedidos de serviços aos cidadãos, numa colaboração entre a Câmara, o Estado e o Governo, mas isso não significa que a Câmara tenha que se substituir sistematicamente ao Estado, a Câmara construiu o Centro de Saúde e entregou-o ao Estado, a resolução de um problema que haja no Centro de Saúde é da responsabilidade do Estado, se houve inundação numa das bilheteiras da estação dos caminhos de ferro de Algés quem tem que fazer a obra, quem tem que reparar tudo isso, é a CP, são as Infraestruturas de Portugal, não é a Câmara Municipal, a Câmara não pode sistematicamente estar-se a substituir a tudo. -----

----- Mas, no caso do Centro de Saúde, a Câmara Municipal vai fazer um investimento perto dos quinhentos mil euros. Portanto, mais uma vez, vai substituir-se ao Estado.-----

----- Em vez de se elogiar a Câmara por esta atitude ativa no sentido de resolver o problema, não, critica-se a Câmara Municipal, porque ainda não está a obra a decorrer, como se não fosse necessário fazer projetos, abrir concursos, etc.. -----

----- Por outro lado, a Senhora Vereadora também incorre num erro quando questiona a Câmara Municipal, designadamente o Presidente, relativamente a promessas feitas e não cumpridas. -----

----- Não é à Senhora Vereadora que eu tenho que responder, tenho que responder aos cidadãos, aos munícipes, e quando chegarem as eleições é que vou prestar contas e, portanto, os cidadãos, nessa altura, farão a avaliação, aquilo que sempre fizeram ao longo dos diferentes

mandatos quando há eleições e, portanto, se o grupo político se propõe fazer isto ou fazer aquilo e se na campanha eleitoral, ou no seu programa eleitoral se propõe fazer esta obra, ter esta iniciativa, ou aquela, obviamente quando chegar as eleições, os cidadãos avaliam e é assim que a democracia funciona, mas eu fico desvelado pelo facto da Senhora Vereadora estar tão preocupada com o incumprimento, segundo diz, de algumas obras, quando na realidade as coisas não são assim. -----

-----Para quando a reabertura? -----

-----Esse é outro aspeto. -----

-----Hoje em dia a Câmara Municipal não pode dizer quando é que reabre um determinado equipamento, quando é que é adjudicado o equipamento, quando aquela obra começa, só quem não conhece a realidade é que não tem a noção que nós podemos estar a abrir um concurso para o projeto. Há um concorrente que reclama e altera logo tudo, estamos a fazer uma obra remete-se o contrato para o Tribunal de Contas, o Tribunal de Contas faz as perguntas que tem a fazer e pode demorar três/quatro meses para dar o visto, pode acontecer. -----

-----No caso de Oeiras e esta é a demonstração que os nossos Serviços funcionam bem, em seis anos, tivemos uma única recusa de visto em centenas de processo, a mim ninguém me ouviu a falar mal do Tribunal de Contas, eu acho que o Tribunal de Contas até funciona bem, mas a verdade é esta, pode demorar mais tempo. -----

-----Por outro lado, há situações como esta da passagem, o que é que nós vamos fazer se demorou no Tribunal de Contas, demorou noutra sítio e o empreiteiro diz que não vai fazer a obra, o que é que a Câmara vai fazer? -----

-----Abrir novo concurso, depois sabemos que há empreiteiros que são litigantes, há empreiteiros que se batem às indemnizações e fazem tudo, muitas vezes, por ganhar uma obra, mas não a querem fazer, pensando que vão receber indemnização, pelo facto de não a fazer, tentando imputar responsabilidades ao dono da obra. -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Não é possível hoje em dia estar aqui a dizer que um calendário é cumprido, podemos tentar.-----

----- Já dei orientações relativamente aos “outdoors” que são colocados a anunciar uma determinada obra, vai deixar de ter a data, para não ocorrer esse problema de dizer que a obra vai iniciar no terceiro trimestre e, depois, não se inicia no terceiro, mas no quarto, portanto, lá estão as pessoas a criticar, etc., mas, nos “outdoors” o que lá está é essencialmente informação que se dá às pessoas de que vai acontecer esta obra, mas é óbvio que não dominamos as datas.-----

----- Sobre a Sofia de Carvalho, a Senhora Vereadora sabe mais do que eu, ainda não está o projeto concluído, ainda não há revisão do projeto, não sei onde foram buscar essa ideia de que a obra não avança, porque está à espera de se candidatar a Fundos Comunitários, estamos à espera de candidatar a Fundos Comunitários, mas só podemos candidatar a Fundos Comunitários quando o projeto estiver pronto, quando estiver a revisão do projeto, nós apresentamos a candidatura, mas o projeto ainda não está revisto. -----

----- Como a questão da Avenida dos Bombeiros Voluntários de Algés. -----

----- As Portas de Algés, tudo isso foi adiado com o COVID e vamos ter uma reunião agora em breve em Algés para ouvir algumas pessoas, ouvir a população se tiverem sugestões a dar. -----

----- Já agora a propósito de algumas intervenções da Senhora Vereadora gostaria de dizer que é interessante a importância da rede viária. Estive ontem a ver, nem sempre tenho tempo para isso, as redes sociais e verifiquei que o vídeo da inauguração do ramo da CRIL está com quarenta e cinco mil visualizações, isto traduz o interesse que as pessoas têm na resolução desses problemas. -----

----- Depois há situações como o muro da Rua do Dafundo e é só passar por lá e vê-se qual é o estado da obra. -----

----- Uma obra que foi adjudicada logo na sequência, portanto dois a três dias depois, ao

abrigo de uma norma excecional de perigosidade para a população, está em curso.-----

-----Propaganda de obras que nunca mais andam, estamos esclarecidos e na altura própria eu informarei os munícipes das razões por que é que a obra A ou a obra B não avançam. -----

-----Hasta pública falhada. -----

-----A hasta pública não falhou, não teve concorrentes. Não houve interessados. Vai ser feita uma nova hasta pública. Nós somos teimosos, irá ser feita outra hasta pública e por que é que fazemos hasta pública?-----

-----Na semana passada, na última reunião, veio aqui uma proposta de aquisição de terrenos e edifícios em Talaíde para fazermos habitação pública, é ver os preços a que nós comprámos nessa zona e os preços que podemos vender aqui, nós temos que rentabilizar o património, o preço a que vendemos, vai-nos permitir comprar terrenos a metade do preço. Esta é a regra.-----

-----Relativamente à mobilidade elétrica aérea e esquecer a mobilidade, por acaso ontem na Assembleia Municipal achei muita piada aquela história do pedal. -----

-----Já tive oportunidade de dar os parabéns ao Vice-Presidente sobre a história do pedal e do negacionismo, fala-se em negacionistas nas alterações climáticas, agora há negacionistas na tecnologia, a tecnologia é responsável pelo desenvolvimento das sociedades, estamos a assistir a um salto, ainda hoje tive oportunidade de falar nisso, estamos a assistir a um salto tecnológico que vai ter transformação nas nossas vidas, como teve a Revolução Industrial do Século Dezanove.- -----

-----Agora possivelmente muito mais ainda, porque tudo hoje é mais acelerado, as coisas acontecem com muito mais rapidez. -----

-----É provável que dentro de cinco anos. Como sabem até fizeram um Polígrafo, porque a oposição de Oeiras, convenceu a SIC a fazer um Polígrafo a ironizarem e gozarem com o Presidente da Câmara de Oeiras, porque eu falava em carros voadores e depois “saiu-lhes o tiro



Câmara Municipal
de Oeiras

pela culatra”, porque da averiguação que tiveram que fazer chegaram à conclusão que até já havia disto em Singapura, em Hamburgo ou em Berlim, e dentro de cinco anos, possivelmente, tudo isto estará mais ou menos democratizado. -----

----- A verdade é esta e isto não é para sorrir Senhora Vereadora, porque continua a ser negacionista da tecnologia, por acaso dá-me uma satisfação enorme eu agora poder falar de negacionistas tecnológicos. -----

----- Por que razão é que surge aqui em Oeiras? -----

----- A Senhora Vereadora Joana Baptista há pouco dizia que Oeiras é a segunda economia nacional. Pois é, é verdade e essa é a razão porque estas coisas acontecem em Oeiras, não é por acaso, estas coisas acontecem em Oeiras, justamente, porque o tecido empresarial tecnológica é tão forte, que sejam os investigadores, sejam os promotores, de todos estes processos, encontram um ambiente fértil em Oeiras nas empresas já existentes para desenvolverem estes produtos e, portanto, já estava lá um protótipo apresentado e que tudo indica que nos próximos cinco anos, segundo me informaram, possa estar a funcionar em Portugal e isso não é incompatível com o atraso com aquilo que se fazia no passado. -----

----- A bicicleta a pedal é perfeitamente atualizada, também evoluiu. A bicicleta a pedal já não é bem uma bicicleta a pedal, e é aqui um ponto que eu divirjo do Vice-Presidente, hoje pedalar é mais fácil, porque as bicicletas já estão elétricas também e sendo elétricas, já dá para uma pessoa como eu pedalar e subir aquelas ruas de Algés, íngremes ou ir de Miraflores a Linda-a-Velha, mas a bicicleta elétrica ou a bicicleta para exercício físico, a “pasteleira” como se costumava dizer, não é incompatível com estes drones ou carros aéreos. -----

----- Nós temos de conviver com isto tudo, há lugar para tudo e nós temos que ser evoluídos e nós temos que ser abertos, aliás, o sucesso, se Oeiras é a segunda economia, deve-se ao facto de estarmos sempre abertos ao experimentalismo, estarmos abertos aos empreendedores, aceitarmos as empresas, uns falharam, outros tiveram sucesso, mas a verdade é esta, a

mobilidade multimodal, naturalmente que os carros elétricos irão fazer parte de todo o processo de mobilidade no futuro.-----

-----Por outro lado, também não posso deixar de enfatizar aqui aquilo que a Vereadora Joana Baptista já enfatizou, é uma coisa estranha a Senhora Vereadora Carla Castelo falar de eventos em Cascais a propósito da ação climática e não estar presente nos eventos da sustentabilidade e responsabilidade social, que foi realizado há pouco tempo numa empresa aqui em Oeiras, a PHC, um evento extraordinário, que reuniu dezenas e dezenas de empresas e muita gente, ativistas do ambiente, etc., mas não vi a Senhora Vereadora, aliás, nunca a vejo em nada do Concelho, tem tempo para ir às coisas de Cascais, e não tem tempo para vir às coisas de Oeiras, é curioso.-----

-----Médicos de família, a Senhora Vereadora Teresa Bacelar falou nisso.-----

-----Estão a ver como isto é uma maravilha?-----

-----Boas notícias.-----

-----Dezasseis médicos de família, o maior número de médicos de família colocados num Concelho em Portugal num concurso dos trezentos médicos e foram abertas vagas para novecentas. Há outros números interessantes, outros trezentos e seis que ficaram disponíveis após a especialidade, praticamente foram todos colocados no Serviço Nacional de Saúde e esses dezasseis vieram para Oeiras, sabem porquê?-----

-----Todos concorrem para Oeiras, porque todos querem vir para cá. Não foram tantos para a Amadora e para outros sítios porque não concorreram, mas concorrem para aqui.-----

-----Eu lembro-me que em dois mil e dezoito, nós tínhamos noventa e oito por cento de cobertura de médico de família. Entretanto, com o COVID, etc., baixou para setenta e tal, com estes dezasseis médicos já vamos ficar com oitenta e oito por cento, e vamos fazer outra inovação. Nós vamos agora dar casas a médicos. Já damos a professores e nas primeiras casas de renda acessível, vamos definir uma quota destinada a médicos para se fixarem aqui no Concelho.



Câmara Municipal
de Oeiras

Claro que terão de ficar cá X anos. -----
----- Onde fico encantado é com esta quantidade de prémios. Há poucos dias tivemos três prémios na área do ambiente.-----
----- Agora temos o Prémio da Literatura, o Prémio Amigo da Juventude e o Prémio de Gastronomia, mas sobretudo o Prémio Autarquia do Ano na Educação, na questão das Bolsas de Estudo. Mais tarde ou mais cedo, tinham que reparar nisso, estou sempre a falar disso, indiscutivelmente é um projeto inovador, um projeto que traduz o esforço do Município. Esta coisa de universalização do acesso à universidade é extraordinário, e finalmente é reconhecido e ainda bem. -----
----- É curioso, antigamente, estes prémios eram em latão. Ou era uma Taça, ou uma Chapa de Latão, agora é cortiça. -----
----- Qualquer dia as da tropa em vez da Cruz de Guerra, será uma bolota. -----
----- O Prémio Autarquia do Ano na Área da Educação e quero-vos dizer que há dias visitamos a Associação Moinho em Movimento, é uma associação que funciona no Moinho das Rolas e por razões várias e por várias vicissitudes, desde dois mil e quinze, queria montar uma cozinha e como veem, nós ouvimos as pessoas e já está praticamente montada.-----
----- A Câmara Municipal apoiou na época, depois houve ali alguns problemas. A líder do projeto a Sandra Borges esteve afastada depois voltou e eu tive oportunidade de visitar e vi o potencial que aquela Associação tem e vamos procurar quer na habitação, quer na área social fazer o enquadramento adequado e dar todo o apoio que seja necessário à Associação, mas, a dada altura uma das questões que a Presidente da Associação colocou, ela própria está a ser beneficiária da Câmara Municipal na Universidade. Não teve hipótese da bolsa, mas através do Fundo de Emergência Social, porque as nossas bolsas são até aos trinta anos de idade. Na altura a Sandra Borges chamou-nos a atenção, eu estou a falar da Sandra Borges porque as coisas nascem sempre, como foi o caso dos medicamentos, é sempre por uma situação real e ela disse que havia

pessoas que já tinham mais de trinta anos que não se podiam candidatar às bolsas da Câmara e por que é que não se candidataram?-----

-----Possivelmente na altura que terminaram o décimo segundo ano e que teriam dezanove ou vinte anos, ou não havia bolsas suficientes, ou não se candidataram, ou porque havia um limite para as bolsas e elas ficaram excluídos e então para compensar essas pessoas nós vamos alterar o regulamento e vão passar a dar bolsas até aos quarenta anos, portanto, até aos quarenta anos, toda a gente deste Concelho que queira entrar na Universidade vai ter bolsa da Câmara Municipal. -----

-----É assim que as coisas acontecem e é assim que se transforma todo este Concelho. ----

-----Mas atenção, além desses prémios todos recebi agora mais dois prémios. -----

-----Menção Honrosa do Projeto Internacional do Museu da Pólvora Negra - DREAM - Realidade Digital e Atividades Educativas em Museus – dois mil e vinte-dois mil e vinte e dois;-

-----Prémio do Projeto de Educação e Mediação Cultural do Museu da Pólvora Negra - DREAM - Realidade Digital e Atividades Educativas em Museus – dois mil e vinte-dois mil e vinte e dois. -----

-----Do Diretor Municipal de Educação, Desenvolvimento Social e Cultura recebi uma informação que diz:-----

-----“No dia vinte e seis de maio, o projeto Dream - Realidade Digital e Atividades Educativas em Museus, do Museu da Pólvora Negra, na Fábrica da Pólvora de Barcarena, foi distinguido com o Prémio Projeto de Educação e Mediação Cultural e Menção Honrosa Projeto Internacional da APOM – Associação Portuguesa de Museologia, em cerimónia que decorreu no Museu do Ar, em Pero Pinheiro. -----

-----O Projeto Dream o é uma parceria entre o Município de Oeiras e a empresa de Museologia Mapa das Ideias, é um projeto Programa Erasmus Mais na tipologia Parceria Estratégica no domínio Escolar. Teve início em agosto de dois mil e vinte com o objetivo de



Câmara Municipal
de Oeiras

desenvolver uma metodologia inovadora para ajudar professores do pré-escolar, primeiro e segundo Ciclo de Ensino Básico a fortalecer as competências-chave de consciência e expressão digital e cultural dos alunos, trabalhando com museus e organizações culturais por criar as chamadas “Museaters”.

----- As “Museaters” são visitas interativas onde professores e alunos desempenham o papel de atores, personalizando o seu caminho de descoberta do museu. Experiências imersíveis, com o auxílio de ferramentas digitais (realidade aumentada QR Codes, vídeos, efeitos sonoros, etc.) vão criar novos conteúdos ou reutilizar, reciclar os conteúdos já existentes e facultados pelo Museu.

----- Este projeto reuniu sete parceiros no desenvolvimento desta metodologia: -----

----- Museu da Pólvora Negra, Oeiras, Portugal; -----

----- Mapa das Ideias, Oeiras, Portugal; -----

----- M Nove – Museo del Novecento, Itália; -----

----- Stati Generali dell’Innovazione, Itália; -----

----- Museu Marítimo do Litoral da Croácia. -----

----- Centre of Technical Culture Rijeka, Croácia; -----

----- Postimuseo em Tampere, Finlândia. -----

----- No projeto DREAM em Oeiras, participaram dezasseis professores, oito escolas públicas do Concelho, trezentos e sessenta alunos e foram criadas seis “museaters” diferentes. ---

----- Embora o projeto tenha terminado em novembro, continua até hoje a dar frutos e a gerar parcerias entre as escolas e o Museu.

----- No passado dia vinte e cinco de maio recebemos duas turmas da Escola de São Bruno e uma turma de alunos vinda de Itália.”

----- Como é que não devemos estar satisfeitos? -----

----- Não posso deixar de louvar a disponibilidade e estabelecer aqui contraste entre o

Externato Padre António Vieira, em Linda-a-Velha, ao lado do novo edifício de habitação pública e o outro edifício de habitação pública também no antigo estaleiro da Junta de Freguesia em que, neste caso propõem-se acolher as crianças daquele prédio que tenham necessidade de educação escolar, gratuitamente, com o outro edifício em que quatro ou cinco pessoas se consideravam elas próprios da classe média alta, porque tinham adquirido por valores determinados aqueles edifícios e que o prédio da Câmara os iria desvalorizar, porque iria ter ali gente de outros estrados sociais, eu não estou a inventar, estou a dizer o que o próprio morador me transmitiu numa reunião no meu gabinete, que eram pessoas diferentes. -----

-----Curiosamente há uma reportagem muito interessante dos anos oitenta do jornalista Carlos Narciso sobre a Pedreira dos Húngaros. Na altura tinha arame, estava cercada e ele estava a fazer a entrevista a moradores da Pedreira dos Húngaros e entrevistou uma Senhora que morava ali ao lado, em Linda-a-Velha, que com uma extraordinária ingenuidade, à pergunta se falava com as pessoas da Pedreira dos Húngaros, ela respondeu: “Ah! Não, é gente de cor”. -----

-----Nos anos oitenta era assim, agora é mais sofisticado, mas como diz o outro “que os há, há”, para bom entendedor meia palavra basta. -----

-----O sítio da Câmara, em quarto lugar em trezentos e oito Municípios. -----

-----O primeiro Município com mais de cem mil habitantes e com mais habitantes, quarto lugar em trezentos e oito Municípios. Critérios, naturalmente o rigor da informação, a transparência, acessibilidade, portanto, para aqueles que com frequência enchem a boca de falta de transparência, disto e daquilo, está aqui o reconhecimento público nacional relativamente à qualidade do nosso sítio e que, provavelmente, segundo diz o Vice-Presidente irá chegar a primeiro.-----

-----Mas nenhum na Área Metropolitana ficou entre os primeiros dez. -----

-----Finalmente, uma nota relativamente à recuperação do Palácio do Marquês, agora que já foram tirados todos os andaimes já é possível verificar a qualidade das pinturas do Palácio, a



Câmara Municipal
de Oeiras

recuperação das esculturas, como sabem é uma das maiores coleções de esculturas, em mármores, do Machado de Castro. O Museu está em Coimbra, mas as esculturas estão em Oeiras. -----

----- O maior espólio de esculturas expostas ao público do Machado de Castro é aqui no Palácio do Marquês. -----

----- Não é só o Palácio, são todos os jardins devidamente recuperados, desde a Adegas, seguidamente irão ser as fontes, os tanques, a Cascata, mas é indiscutível que é uma das grandes recuperações de património do nosso País a par da Fábrica da Pólvora de Barcarena, que de acordo com os projetos, será cerca de doze milhões de euros para recuperar a Fábrica de Cima, a primeira fase cerca de sete milhões de euros está pronta e a segunda fase serão cerca de cinquenta milhões de euros, está em curso, por outro lado vai ser aberto concurso para o Mosteiro da Cartuxa, não falando na Quinta de Cima, a Casa da Pesca, já tem o telhado, foi uma obra de engenharia interessante e vai entrar em breve a recuperação dos frescos a par de outras intervenções que vão ser feitas ali.” -----

----- A **Senhora Vereadora Carla Castelo** referiu o seguinte: -----

----- “Já agora Senhor Presidente, sei que vai ficar aborrecido com aquilo que eu vou dizer, mas o Regimento que hoje traz aqui para alterar, diz que nas reuniões o período antes da ordem do dia é de uma hora, nós sistematicamente estamos a resvalar imenso para uma hora e meia, duas horas. -----

----- Pelo menos, pela minha parte tento fazer os cinco minutos. -----

----- Sei que o Senhor Presidente também gosta bastante de se ouvir e de ouvir todos os Vereadores que o elogiam, eu nos meus cinco minutos se os gastasse naquilo que não considero essencial, não tinha tempo. -----

----- Volto a falar nisto, porque realmente não faz sentido fazermos um período antes da ordem do dia tão longo quando no Regimento realmente está previsto que seja de uma hora.” -----

-----O **Senhor Presidente** argumentou:-----

-----“A Senhora Vereadora, tem razão, eu já disse uma vez, e, por isso, eu apelo aos Vereadores para que falem os cinco minutos e tragam a informação escrita, mas a Senhora Vereadora tem que dar o exemplo, porque, por exemplo, hoje, apresentou mais de quinze questões e se quiser que lhe responda, lá se vão os cinco minutos, portanto, também pode trazer as questões por escrito e será respondido por escrito, sabe que no melhor pano cai a nódoa, Senhora Vereadora não se pode apresentar quinze questões como apresentou e responder em cinco minutos, mas de qualquer maneira, uma coisa é as respostas às questões que são colocadas, outra coisa são estas informações que muitas vezes nos repetimos todos, é verdade, porque estamos todos no mesmo evento e não é necessário, eu já tinha falado disso numa ocasião, uma coisa é uma informação mais relevante e o resto pode vir numa folha para constar da ata, portanto, apelo aos Senhores Vereadores para fazer isso.”-----

19 - PROPOSTA Nº. 484/23 - DOT - ESTUDO DE AVALIAÇÃO DE RISCOS SÍSMICO E DE TSUNAMI NO CONCELHO DE OEIRAS:-----

-----I - Relativamente ao Estudo de Avaliação de Riscos Sísmico e de Tsunami no Concelho de Oeiras o **doutor Nelson Mileu**, o **Professor Jorge Proença** e a **doutora Ângela Santos** fizeram uma apresentação em “PowerPoint”, a qual fica inserida no Salão Nobre Digital.

-----O **arquitecto Luís Serpa** começou por fazer uma pequena introdução relativamente à mesma, referindo:-----

-----“A equipa que elaborou este estudo é que fará a apresentação, como já temos feito nos casos em que se trata de estudos com um grau de especialização significativo.-----

-----Este estudo foi realizado para constituir um suporte da revisão e atualização do Plano de Protecção de Emergência de Protecção Civil e também servirá de suporte a eventuais revisões e ajustamentos e alterações que venham a ser feitas dos instrumentos de gestão territorial onde quer que tenham incidência alguma das medidas que aqui possam estar contidas.-----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- O estudo refere-se aos sismos e aos riscos de “tsunamis”, os ciclos são de umas centenas de anos, mas de todo o modo, este estudo está preparado para nós podermos ter cenários hipotéticos e formas de atuação em caso de emergência, porque, a qualquer momento, pode ocorrer uma catástrofe desse tipo. -----

----- Isto foi feito pela empresa Socarto, com o Instituto Superior Técnico e com o IGOT - Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, que colaboraram neste estudo e poderão dar a explicação dos aspetos que foram tratados. -----

----- Eu vou passar a palavra a um dos coordenadores.”-----

----- O **doutor Nelson Mileu** começou por dizer o seguinte: -----

----- “Vou fazer aqui uma pequena apresentação do estudo que realizámos em dois mil e vinte em conjunto com o Instituto Superior Técnico e com o Instituto de Geografia e Ordenamento do Território.-----

----- O trabalho que produzimos é constituído por dois volumes, um tem as peças escritas onde nós temos toda a nossa análise e as conclusões e um outro onde temos as peças desenhadas que obtivemos.-----

----- Este trabalho decorreu durante um ano e cobre todas as áreas do risco como seja vulnerabilidade, exposição, perigosidade de vários elementos que foram estudados no Concelho de Oeiras. - -----

----- A equipa é composta por vários elementos, eu, o Professor Jorge Proença, que vai fazer a apresentação a seguir, o Professor João Fonseca, que está numa missão científica e, por isso, não pode estar presente, a Professora Susana Vilanova, a Professora Ana Falcão, a Professora Ângela Santos que vai fazer a parte dos “tsunamis” e a Professora Margarida Queirós.

----- Foi-nos pedido pela Câmara Municipal de Oeiras que fizéssemos dois trabalhos, a avaliação da perigosidade sísmica, em que estudámos vários aspetos como a simulação de cenários, o estudo de efeito sísmico, a cartografia do risco sísmico e fizemos também em paralelo

a avaliação da perigosidade de “tsunami” no litoral de Oeiras. -----

-----A parte do risco sísmico ficou a cargo do Instituto Superior Técnico, vou passar essa apresentação para o Professor Jorge Proença que nos pode informar se a perigosidade sísmica do Concelho de Oeiras é maior ou não do que na Turquia, para ficarmos com uma noção comparável do que aconteceu no norte da Síria e na Turquia, face ao existente na Área Metropolitana de Lisboa. -----

-----Depois vou passar a apresentação do risco de “tsunami” à Professora Ângela Santos e no final vou fazer uma pequena síntese das medidas que nós idealizámos e propusemos no estudo.”-----

-----O **Professor Jorge Proença** referiu o seguinte: -----

-----“O risco sísmico é um dos riscos que podemos considerar. -----

-----Para o caso particular do risco sísmico fala-se em perigosidade sísmica que nos dá a probabilidade de ocorrência de um sismo com determinadas características num determinado local e isso habitualmente é expresso em termos de um período de retorno que nos dá em média um intervalo de tempo entre duas ocorrências com uma ação com aquelas características ou superior.-

-----Na regulamentação internacional considera-se como aceitável que a ação seja considerada como um período de retorno de quatrocentos e setenta e cinco anos, ou seja, uma ação que em média se repete de quatrocentos e setenta e cinco em quatrocentos e setenta e cinco anos, ou que de forma equivalente tem uma prioridade de excedência de dez por cento durante um período de vida de cinquenta anos que é o período de vida de referência dos edifícios.-----

-----Temos a parte da caracterização da perigosidade sísmica, nós, neste caso, temos um modelo que identificámos diferentes fontes de geração de sismos e depois caracterizar o perfil dessas fontes e depois transportando pela propagação os efeitos do sismo para o Concelho de Oeiras, isto é um estudo de um projeto europeu que tem para a Península Ibérica a distribuição de valores de aceleração que é uma medida da severidade da ação para um período de retorno de



Câmara Municipal
de Oeiras

quatrocentos e setenta e cinco anos, na Península Ibérica as zonas de maior perigosidade são Lisboa, Algarve e aquela zona de Espanha. -----

----- Isto foi já o resultado do nosso estudo com a indicação do valor de pico de aceleração do solo, que é um indicador da severidade da ação sísmica para um período de retorno de quatrocentos e setenta e cinco ano, veem que há ali zonas que estão mais escuras e outras mais claras, as zonas mais escuras são aquelas em que o efeito de sítio faz com que a ação tenha maior severidade, que está associada a depósitos holocénicos e temos ali valores que variam entre zero três e zero quarenta e dois g, que é a aceleração da gravidade. -----

----- Verificámos também dentro dos vários cenários sísmicos que aquilo que em alguns aspetos era mais condicionante, era um sismo próximo em Portugal, nós temos um perfil de sismicidade, muito ambivalente, por um lado temos a possibilidade de um sismo muito longe a sudoeste do Algarve com magnitude muito elevada e depois temos também a possibilidade de ocorrência de sismos no interior do próprio território continental por falhas existentes no território e que estão associados a magnitudes mas baixas, mas que, digamos, pela proximidade podem ser igualmente ou até mais gravosos. -----

----- Temos então os vários cenários no mapa com a falha, Gibraltar faz a separação entre a placa euro-asiática e africana e que pode dar origem aos tais sismos de magnitude mais elevada, mas mais longe e depois temos na zona do Tejo com a possibilidade de gerar sismos de menor magnitude, mas muito próximas. -----

----- Temos a comparação entre a perigosidade sísmica em Portugal e a perigosidade sísmica na Turquia, aquela zona que está ali assinalada com o zero quarenta e cinco g foi a zona onde ocorreu o sismo em fevereiro deste ano na Turquia e norte da Síria e em que verificamos que temos ali um pico de aceleração zero quarenta e cinco g, ou seja, são zonas que são de maior perigosidade do que aquelas com o que sabemos existem no território continental português. -----

----- O que se avaliou foi a suscetibilidade aos deslizamentos, a medida através da

probabilidade de ocorrência dos deslizamentos para um determinado cenário da ação sísmica tipicamente os tais quatrocentos e setenta e cinco anos. -----

-----Também outro efeito colateral dos sismos é a liquefação que ocorre quando há presença de água e solos granulares, etc., verificámos ali as zonas com maior suscetibilidade para a liquefação, que é na zona de Algés, baixa de Algés, onde está a torre de controlo da entrada do Tejo. -----

-----No decurso do estudo ficámos com a sensação que havia uma falha aqui próximo, foi uma coincidência e chegámos a pedir para fazer uma escavação para verificar se efetivamente havia a falha, mas não foi possível concretizar esse estudo porque há muitas falhas das quais não se tem conhecimento, não estão cartografadas.-----

-----Relativamente ao edificado, um dos aspetos que foi considerado foi a avaliação dos danos no parque edificado, os edifícios foram classificados numa daquelas sete categorias que ali estão identificadas, ou seja, com base no tipo de construção, ou seja, Adobe, Taipa, Alvenaria de Pedra, vários tipos de Alvenaria, Betão Armado e depois também a correlação que tem com as épocas de regulamentos e depois houve ainda a desmultiplicação daquelas classes de acordo com o número de pisos, cada edifício foi classificado enquadrado numa daquelas categorias e depois também ao nível dos pisos.-----

-----Isto é a distribuição estatística dos edifícios, da caracterização estatística do parque edificado em Oeiras, em que se vê que há uma predominância de edifícios de betão armado, a classe mais comum são edifícios de betão armado com cinco ou mais pisos e no intervalo setenta e um a oitenta, claro que são edifícios em que uns podem ser pequenos, outros podem ser grandes e pode distorcer um pouco, só contar o número de edifícios sem entrar em linha de conta com a sua utilização. -----

-----Apresento os resultados do estudo que fizemos com a probabilidade dos vários estados de danos que é expectável ocorrerem nos vários tipos de edifícios, identificaram-se



Câmara Municipal
de Oeiras

quatro possíveis estados de danos, sem danos, ligeiros, moderados e severos ou o colapso que é o encarnado. -----

----- Em baixo, verificam-se as categorias ou tipologias, a “A” são as alvenarias, são os Adobos - Taipa e alvenaria de pedra solta, a “B” que é a alvenaria anterior a mil novecentos e sessenta, no total tínhamos cerca de cinquenta edifícios colapsados dentro do parque edificado. --

----- Aqui é a distribuição dos edifícios ou dos vários estados danos pelos edifícios, a verde são danos ligeiros, amarelo moderado, laranja severos e encarnado colapso, está identificada a localização dos edifícios que se prevê que venham a colapsar. -----

----- Também foram consideradas as infraestruturas, nomeadamente a rede de abastecimento de água, saneamento de águas residuais e rede de gás, tenho alguns indicadores sobre a dimensão do universo que foi considerado.-----

----- Interessa dizer que em qualquer destas infraestruturas, há elementos que são distribuídos geograficamente, tipicamente condutas, coletores, etc. e outras são localizadas tipo reservatórios, estações elevatórias, etc., e isso foi considerado, também temos a rede elétrica com elementos distribuídos e localizados que são PTs e subestações, rede de telecomunicações, rede rodoviária e ferroviária e aí centrámo-nos sobretudo nos elementos focalizados que são, digamos assim, as obras de arte, viadutos e aquedutos. -----

----- Na rede de abastecimento de água os danos em geral são de pequena monta, o indicador de danos é aquela variável R que é o número de roturas por quilómetro, são muito poucas. ---- -----

----- Depois, temos aqui alguns danos nos elementos localizados, estações elevatórias, etc.. -----

----- Na rede elétrica o cenário é um bocadinho mais desfavorável com ocorrência de alguns danos moderados ou severos em PTs e subestações, no pressuposto que elas não se encontram travadas, é um elemento que faz alguma diferença. -----

-----Na rede de gás também em geral danos reduzidos com exceção de danos reduzidos em dois troços de condutas que estão identificados.-----

-----A rede ferroviária não há nada a assinalar a não ser um viaduto em Barcarena que se admite poder ter danos reduzidos.-----

-----A indicação de estimativas com base nos danos físicos no edificado, como seja feridos, mortos, etc, para um cenário diurno e noturno.”-----

-----A **doutora Ângela Santos** mencionou o seguinte:-----

-----“Vou falar sobre o risco de “tsunami”, o que nos pediram foi para fazer uma modelação em termos probabilísticos e nós considerámos dezanove fontes, vocês vêm aqui a localização destas fontes que nós considerámos e o mais importante são as magnitudes elevadas de sete ponto cinquenta e cinco ou oito ponto setenta e cinco.-----

-----A rutura mais problemática foi então a rutura trezentos e cinquenta e dois que tem uma magnitude de oito ponto cinquenta e cinco e foi este o cenário que nós usámos para os nossos cálculos.-----

-----Então, este é o cenário com essa magnitude, o mais importante é que o cenário aponta que das dezanove ruturas o período mais curto de tempo da chegada da primeira onda a Oeiras é de vinte e sete minutos, portanto, a praia da Torre é a primeira a ser atingida e Caxias em cerca de trinta minutos.-----

-----Aqui em baixo está a figura da altura máxima e estima-se que é cerca de quatro metros de altura máxima ali na zona de Caxias.-----

-----Em relação à exposição da população temos que a zona de Algés, Cruz Quebrada e Dafundo são as mais problemáticas, porque têm mais residentes, em termos das praias Santo Amaro é a praia mais exposta, porque, como vocês sabem muito bem também é a praia maior e tem mais pessoas.-----

-----Em termos do edificado se calhar conhecem estas zonas melhor do que eu, portanto,



Câmara Municipal
de Oeiras

o aterro de Algés, o Forte de São Bruno, o estabelecimento Baía dos Golfinhos, Auto Caxiense, Centro de Convívio a Nossa Praia, o Forte da Giribita, o Centro Náutico de Paço de Arcos, o Estabelecimento Amarelo, o Pavilhão da Associação Desportiva de Oeiras, a base dos Escuteiros Marítimos de Oeiras, o Restaurante do Inatel e edifícios da Marina de Oeiras, são os mais vulneráveis em caso de “tsunami”, obviamente, que toda a zona das praias é inundada, mas estes são os edifícios mais vulneráveis. -----

----- Em termos das infraestruturas todas as estradas são afetadas, fizemos o detalhe dos cálculos, a marginal é bastante afetada, a linha de caminho de ferro também, mesmo uma onda que seja de vinte centímetros, arrasta pedras, há danos, essas zonas ficam totalmente intransitáveis.”-----

----- A concluir, o **doutor Nelson Mileu**, frisou: -----

----- “Perguntam, mas para que é que isto servirá? -----

----- Basicamente um documento desta tipologia é um documento estratégico que serve para definir prioridades, isto não vai fazer desaparecer o risco sísmico, não vai fazer desaparecer o risco de “tsunami”, o que vai permitir é a Câmara definir prioridades e estratégias para mitigação do risco. -----

----- Com base na análise que nós fizemos o que é que nós encontramos ou o que é que nós tentámos definir?-----

----- Tentámos definir alguns locais onde poderiam ser direcionadas essas prioridades de investimento e salvaguarda de vidas e bens, fundamentalmente, as áreas que nós identificamos como prioritárias são o aterro de Algés, em que nós identificamos que é uma zona problemática em termos de evacuação e, felizmente, na outra apresentação o arquiteto disse-me logo, está pensado já aqui uma situação para salvaguardar, eu juro que não tinha falado com o arquiteto.----

----- Depois uma outra situação que eu chamo de armadilha para quem conhece e para quem anda a pé aqui no paredão é o passeio entre a Cruz Quebrada e Caxias, porque, a partir do

momento em que estamos dentro do passeio, não há sítio para nós podermos proceder a uma evacuação com as mínimas condições e, portanto, também sem falar com o arquiteto, havia uma medida prevista que era fazer aqui umas escadas a meio, porque nós consideramos isso uma ratoeira.-----

-----Quem já passou aqui a pé sabe que às vezes as ambulâncias chegam à Cruz Quebrada e como são altas não passam por baixo do túnel, é uma zaragata, porque depois têm que ir a Caxias, isto é uma zona prioritária de investimento e, portanto, aqui considero que quando for pensado em termos de prioridade esta seria talvez a primeira prioridade.-----

-----Outra área que nós identificamos como problemática é a praia de Caxias, porque tem duas estruturas lineares muito próximas que impedem uma evacuação coordenada pela Proteção Civil, que seja minimamente ordeira, porque tem a marginal e tem logo a linha de caminho de ferro, é uma situação complexa, felizmente, também sei que a Proteção Civil está a equacionar já um conjunto de exercícios e de medidas de mitigação do risco e, portanto, estas três áreas, independentemente de nós termos identificado outras zonas de concentração de danos são as áreas que, para nós, são prioritárias nesta perspetiva de investimento e de mitigação do risco. ----

-----No estudo apresentamos um conjunto de medidas, eu não vou maçar com as medidas todas, mas, basicamente são medidas genéricas que são a inclusão destes documentos nos planos que estão a ser redigidos pela Câmara e outro conjunto de medidas específicas, muito em particular com o reforço estrutural de alguns edifícios, a deslocalização de alguns edifícios, quando se lê aqui da Universidade Atlântica, não é a Universidade, são alguns da mesma, designadamente a secretaria. -----

-----Tenho aqui esta medida que é o apoio através de incentivos fiscais, bem sei que o IMI é o mínimo, mas há outros incentivos como a isenção de taxas, por exemplo, no caso de reforços sísmicos no centro histórico, são algumas ideias que eu deixo aqui à consideração do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores.-----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Nas medidas de mitigação do “tsunami”, nós temos aqui um conjunto de medidas que eu não vos vou maçar, mas, designadamente, eu chamava a atenção para aquelas que eu falei no Passeio Marítimo.”-----

----- A **Senhora Vereadora Carla Castelo** referiu o seguinte: -----

----- “Obrigada pela apresentação e peço para que a mesma possa ficar em ata com a intervenção dos vários intervenientes, agradeço. -----

----- Falou de colapso de alguns edifícios e de danos severos noutros, esses edifícios estão perfeitamente identificados. -----

----- Do ponto de vista técnico e científico o que é que se deve fazer nesses edifícios em concreto, se uma obra de algum reforço, se simplesmente a demolição, porque não são seguros, que medidas é que preconizam para esses edifícios que estão identificados que podem colapsar, são cinquenta edifícios, esta era uma das questões. -----

----- A outra questão tem a ver com as suscetibilidades, os deslizamentos e liquefação com zonas onde há maior probabilidade, nomeadamente da Cruz Quebrada até Algés, nós temos na Câmara um projeto que felizmente está parado até por questões judiciais que é o Porto Cruz de construção de torres naquela zona. -----

----- Gostaria de saber também do ponto de vista técnico e científico se devemos construir em zonas com esta perigosidade, criando vulnerabilidade a quem reside nesses edifícios. -----

----- Relativamente às medidas, sei que elas são imensas, umas que requerem investimento outras que requerem apenas organização, tendo feito o trabalho há dois anos ainda, enfim, não temos essas medidas, também gostaria de saber se consideram que parte destas medidas são medidas que se tomam facilmente com pouco tempo ou se todas elas requerem muito tempo, muito estudo, muita maturação para serem tomadas.”-----

----- O **Professor Jorge Proença** esclareceu: -----

----- “Os tais cinquenta edifícios que têm colapso foram identificados, são geralmente

edifícios de construção mais antiga em zonas ribeirinhas e não só, diria que alguns se justifica o seu foro sísmico, é uma possibilidade, pessoalmente acompanhei o foro sísmico das escolas do ensino secundário, haverá edifícios cujo valor patrimonial não justifica, mas isso agora é uma avaliação que terá que ser feita por outros, mas acho que sim, até porque muitos deles são em zonas históricas que interessa provavelmente manter. -----

-----A segunda questão, tinha que ver com a liquefação e deslizamento de terrenos, há que ver que são os edifícios que já estão implantados nessas zonas, o que é que se faz? -----

-----Futuras possibilidades de construção em zonas de liquefação é desaconselhável, isso devia de ser considerado nos planos diretores, não sei exatamente os instrumentos que dispõem, também é possível reforçar os terrenos que tenham suscetibilidade à liquefação, só se justifica para investimentos muito elevados, por exemplo, a zona do Oceanário também foi sujeita a um tratamento de vibro flutuação, precisamente para eliminar a suscetibilidade de liquefação, era um edifício de grande valor patrimonial.-----

-----Depois terá que se ver ou se proíbe a construção naquelas zonas ou então introduzem-se algumas condições.”-----

-----A **doutora Ângela Santos** explicou as restantes questões colocadas pela Senhora Vereadora Carla Castelo: -----

-----“A Câmara já tem prevista a passagem aérea na zona de Algés, já está planeado, essa é uma medida, é investimento, mas já têm isso planeado, portanto, é só continuar a avançar, sei que com o COVID se atrasou bastante, essa é uma das opções. -----

-----Uma opção onde nós já estamos a trabalhar é fazer um simulacro de “tsunami” na praia de Caxias, em colaboração com a Proteção Civil, já estamos a trabalhar nisso, atrasou-se um bocadinho, mas estamos a planear e mediante os resultados do simulacro depois tomamos mais medidas e dá mais sugestões ou não, portanto, há sempre coisas que se podem fazer a curto e a longo prazo, umas mais caras do que outras e umas mais realistas do que outras.-----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Estas duas medidas para já são as tais zonas que o doutor Nelson Mileu falou que são as prioritárias neste momento.” -----

----- De novo no uso da palavra a **Senhora Vereadora Carla Castelo** frisou: -----

----- “Se são medidas importantes estas de criar, por exemplo, pontos de encontro, criar vias de evacuação, as pessoas devem ter esse conhecimento, serem envolvidas e terem informação.” -----

----- Atalhando a **doutora Ângela Santos**: -----

----- “É importantíssimo, até porque como sabem Oeiras tem muitas praias, são bastante populosas, não só pelos residentes, mas por pessoas que não residem em Oeiras, é importantíssimo a curto e a longo prazo colocarmos sinalética não só nas praias, mas em zonas que são potencialmente inundadas e indicar os caminhos de evacuação. -----

----- Com o simulacro pretende-se que com a participação da população e, por isso, é que se atrasou um bocadinho, porque uma grande participação e, evidentemente que é com o envolvimento das pessoas, é testado para já, porque ainda não está nada instalado, testar precisamente as rotas e eventual colocação de sinalética, eu sei que estamos em Oeiras, mas se calhar sabem que Cascais já tem e Setúbal também já tem e eu colaborei com Setúbal e continuo com eles, temos uma estreita relação e tem que ser sempre com vocês, cientistas e a população.” -

----- A **Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho** referiu: -----

----- “Quero dar os parabéns a esta equipa por aqui ter trazido este estudo de avaliação de riscos sísmico e de “tsunami” no Concelho de Oeiras, mas também dar os parabéns à equipa da Câmara que está a trabalhar estas questões. -----

----- Isto revela como é importante termos tempo para os planos serem feitos, para podermos trabalhá-los e para podermos implementar as políticas no terreno, não tenho a mínima dúvida de que este trabalho já está a ser iniciado e em breve começaremos a ver os frutos daquilo que é este trabalho conjunto que está a ser feito e que é fundamental para a população.” -----

-----A **Senhora Vereadora Susana Duarte** mencionou o seguinte: -----

-----“Agradecer por terem vindo, acho que nos enriquece o facto de terem feito a apresentação e dizer-vos que ficamos, pelo menos, o PSD fica muito tranquilo em perceber que há esta intenção de parceria entre o Município, cientistas e população, essa vertente para nós é fundamental e faz todo o sentido que agora todas as ações sejam desenvolvidas nesse âmbito, fazendo também todo o sentido que primeiro se teste para perceber se aquelas rotas iniciais já pensadas por vós fazem sentido ou até outras poderão ser outras hipóteses no terreno para depois implementar a sinalização e todas as outras medidas de mitigação, por isso, fica ansiosa pelos envolvimento e agradeço o vosso esforço e empenho.”-----

-----O **Senhor Presidente** alegou o seguinte: -----

-----“Esses estudos seja de risco de “tsunami” ou de alterações climáticas se são feitos não é para deitar no caixote do lixo, é que às vezes fazem-se certas perguntas que dá a impressão que se fazem estudos por fazer.-----

-----A Câmara encomendou este estudo de risco sísmico e de “tsunami”, como ao nível das alterações climáticas irá acontecer a mesma coisa, justamente para integrar aquilo que são recomendações destes estudos no planeamento do território. -----

-----Quando se fala da subida do nível das águas do mar, obviamente, que qualquer construção que venha a ser feita deve de ter em atenção os riscos da subida das águas do mar decorrente das alterações climáticas.-----

-----De maneira que eu pergunto, o empreendimento do Porto Cruz que foi a questão que a Senhora Vereadora Carla Castelo colocou, fica impedido de ser construído pelos indicadores que tem esse estudo? -----

-----Este estudo é para isso ou é para integrar os projetos devidamente?-----

-----Quer dizer, há medidas mitigadoras e é para isso que nós encomendamos o estudo, há medidas mitigadoras e preventivas e em função daquilo que é a previsão de um eventual



Câmara Municipal
de Oeiras

“tsunami” há ou não condições de salvaguardar, de criar as condições de segurança adequadas para que determinados empreendimentos possam ser realizados? -----

----- É uma pergunta que eu deixo aqui.-----

----- É obvio, que na sequência deste estudo relativamente a eventual “tsunami” é claro que a Câmara Municipal tem que desenvolver nessa altura a indicação, a sinaléticas, etc., adequadas para que as pessoas no caso de “tsunami” e que estejam nessas zonas saibam que quando lá estiverem e se isso acontecer a escapatória de fuga é por aqui ou por além, isto é óbvio, é o que decorre do estudo. -----

----- Eu estou a falar nesta questão para dizer que esses estudos são sérios e que são para levar a sério pela Câmara Municipal, não é para depois não fazer nada, é justamente para fazer, que não se diga depois que a Vereadora Carla Castelo é que esteve a dizer aqui que tem que se fazer a sinalética, porque daqui a pouco só falta dizer que a Vereadora Carla Castelo é que encomendou este estudo.-----

----- Este estudo foi encomendado pela Câmara Municipal, não se ria Senhora Vereadora, aliás, fica-lhe mal rir-se desta maneira quando estamos a falar de um assunto sério, os dois sabemos do que estamos a falar, portanto, pergunto-lhes, risco sísmico, “tsunami”, quais são os cuidados que devem ser tidos, justamente, para fazer o enquadramento adequado de projetos e esse do Porto Cruz é um deles, gostaria de ouvir a vossa opinião sobre isso, porque a pergunta que a Senhora Vereadora fez é maliciosa, há um contencioso, a Senhora Vereadora é muito litigante, gosta de litigar, aqui temos que ser claros, façam favor se conseguirem responder a esta questão.”-- -----

----- O **doutor Nelson Mileu** esclareceu:-----

----- “O estudo como vos disse há pouco é um documento estratégico, é para definir prioridades de mitigar o risco, não é um documento que enquadra o licenciamento urbanístico.---

----- O licenciamento que está a falar e que eu não sei qual é, de certeza que não está

enquadrado na lei, a lei prevê o estudo de riscos, nesse licenciamento se eu for lá agora procurá-lo de certeza que tem lá algo que enquadra a componente sísmica e todas as outras componentes de risco, ponho as mãos no fogo.”-----

-----O **Senhor Presidente** disse: -----

-----“Estou esclarecido.”-----

-----A **Senhora Vereadora Carla Castelo** referiu: -----

-----“Eu não faço questões maliciosas, eu faço questões legítimas que me parecem importantes para esclarecer os munícipes e os eleitores, nomeadamente, aqueles que também me elegeram, mas todos os munícipes de Oeiras têm todo o direito de conhecer esta informação, aliás, mais de dois anos depois de ter recebido o estudo ele é, finalmente, trazido à Câmara para apreciação e na realidade é um estudo estratégico e deve como tal ser incluído, deve esta informação científica ser incluída, ou nos instrumentos de planeamento da Câmara, nomeadamente no Plano Diretor Municipal e quando eu pergunto relativamente àquele projeto em concreto, é porque em concreto há questões científicas que se levantam ali, não só ao nível do risco de “tsunami”, mas também do risco sísmico. -----

-----Para nós parece-nos, enfim, essencial divulgarmos publicamente junto da população e envolver a população neste estudo, o Senhor Presidente diz que não encomenda estudos para ficarem na gaveta ou na prateleira, ainda bem, porque isso seria muito má despesa pública e eu realmente recorde que há quatro meses fiz um requerimento em que perguntava quando seria disponibilizado o estudo no “site” do Município para os cidadãos terem conhecimento, porque, repare, não é só agora este estudo ser integrado nos instrumentos de planeamento do Município, é o próprio estudo que foi pago com o dinheiro de todos os munícipes, e bem, este estudo deve ser disponibilizado como tal na página do Município para as pessoas poderem ler, poderem ler, por exemplo, que medidas é que são preconizadas no estudo e que medidas é que depois o Município põe ou não em prática, dependendo depois da decisão política. -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Há dados muito importantes para as pessoas que vivem no Município, nomeadamente pessoas que estão muito mais vulneráveis, como vimos ali em Algés, a este tipo de situação e é muito importante envolvermos as pessoas e disponibilizarmos esta informação publicamente.”-----

----- Atalhando o **Senhor Presidente**:-----

----- “Nisso estamos de acordo, obviamente que irá ser disponibilizado, aliás, como já foi aqui referido o nível de transparência deste Concelho é tanto que ocupamos o quarto lugar e o primeiro nos Municípios com mais de cem mil habitantes, foi divulgado agora, ocupamos o quarto lugar de cada um dos Municípios na “internet”, somos o primeiro dos Municípios com mais de cem mil habitantes, somos o primeiro na Área Metropolitana de Lisboa e o quarto a nível nacional dos trezentos e oito Municípios, julgo que está tudo dito, quanto à argumentação da Senhora Vereadora, é óbvio, que também será disponibilizado. -----

----- Os meus parabéns pelo vosso estudo, pelo vosso trabalho, o qual vai ser um contributo importante para todos os nossos programas de planeamento daqui do Concelho, no que diz respeito a toda esta zona ribeirinha.” -----

----- II - Por proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, a Câmara tomou conhecimento do Estudo de Avaliação de Riscos Sísmico e de Tsunami no Concelho de Oeiras, a ter em consideração como contributo para a revisão do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Oeiras, cujos resultados serão ponderados na sua incidência no ordenamento do território, nos novos Instrumentos de Gestão Territorial, em especial na revisão do Plano Diretor Municipal. -----

----- Nos termos da Lei número vinte e sete, de dois mil e seis, de três de julho. -----

----- Decreto-Lei número oitenta, de dois mil e quinze, de catorze de maio, artigos décimo terceiro e septuagésimo primeiro.-----

20 - PROPOSTA N.º. 427/23 - DPOC - RATIFICAÇÃO DA 9.ª. ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL

PERMUTATIVA:-----

-----A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e voto contra da Senhora Vereadora Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vice-Presidente**, ratificar o despacho de dez de maio de dois mil e vinte e três exarado na informação INT-CMO/dois mil e vinte e três/nove mil setecentos e cinco, referente à nona Alteração Orçamental Permutativa de dois mi e vinte e três, no valor movimentado de um milhão duzentos e cinco mil quarenta e seis euros e cinquenta e três cêntimos, na despesa.-----

-----Nos termos do ponto oito ponto três ponto um ponto cinco, das considerações técnicas anexas ao Decreto-Lei número cinquenta e quatro-A, de noventa e nove, de vinte e dois de fevereiro.-----

-----Alínea d), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

21 - PROPOSTA N.º. 428/23 - DPU - ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º. 2/2003, LOCALIZADO JUNTO À ESTRADA DE LEIÃO: -----

-----Esta proposta, por decisão do **Senhor Presidente** que mereceu a concordância da Câmara, foi retirada da agenda. -----

22 - PROPOSTA N.º. 429/23 - DPU - PROC.º. N.º. P180/2021 - ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º. 5/1998, EM CAXIAS:-----

-----A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e abstenção da Senhora Vereadora Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar a alteração ao alvará de loteamento número cinco, de mil novecentos e



Câmara Municipal
de Oeiras

noventa e oito, sito na Rua das Eiralvas, números catorze e dezasseis. -----

----- A comunicação ao requerente. -----

----- Nos termos do artigo vigésimo terceiro e número oito, do artigo vigésimo sétimo, do Decreto-Lei número quinhentos e cinquenta e cinco, de noventa e nove, de dezasseis de dezembro. -----

23 - PROPOSTA Nº. 430/23 - SIMAS - RELATÓRIO E CONTA 2022 - PD Nº. 69/SIMAS/2023: ---

----- I - A **Senhora Vereadora Susana Duarte** fez a seguinte intervenção: -----

----- “O PSD felicita o facto de a Certificação Legal das Contas estar, desta vez, assinada e datada. Contudo o Relato sobre a Auditoria das Demonstrações Financeiras, conclui que as recomendações do ano passado não foram tidas em conta, uma vez que este ano o Auditor Externo volta a alertar para os incumprimentos do ano anterior e acresce mais indicações a esses alertas. --- -----

----- É fundamental que os SIMAS tenham em conta a opinião dos seus Auditores Externos e que vão ao encontro das suas recomendações, sobretudo, estando “em falta a apresentação do Mapa de Alterações Orçamentais e ao PPI, Operações de Tesouraria, Contratação Administrativa e Transferências e Subsídios” do ano de dois mil e vinte e dois, estes documentos são fundamentais para uma análise clara e transparente das contas dos SIMAS por parte dos Revisores Oficiais de Contas, coibindo assim, que exista uma confiança nas contas apresentadas pelos SIMAS. -----

----- Assim, tendo em conta estas e as demais questões levantadas, o PSD propõe uma Auditoria ao SIMAS para que as reservas do ROC sejam esclarecidas, sendo que iremos abster-nos nesta proposta.” -----

----- Seguidamente, usou da palavra a **Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho**: -----

----- “Eu saúdo os SIMAS no sentido de terem feito este esforço de nos conseguirem trazer aqui um documento com as contas certificadas e a certificação assinada pelo ROC e não

em “draft”, como nós dissemos para nós é importante manter esta boa prática.-----

-----Obviamente que também nos preocuparam os alertas que ali vêm, esperamos e confiamos que os SIMAS irão trabalhar para dirimir as questões que estão apontadas naquele relatório do ROC. -----

-----Confiamos que os SIMAS irão fazer, é isso que esperamos para o próximo ano.” -----

-----Interveio a **Senhora Vereadora Carla Castelo:** -----

-----“O relatório mantém-se inalterado, finalmente há a certificação, mas, desde logo a nossa oposição à falta de esclarecimentos aos acionistas e aos clientes dos SIMAS quanto à necessidade e oportunidade da denominada reexpressão das contas dos SIMAS em dois mil e vinte e um e dois mil e vinte e dois, mantém-se, portanto, vamos votar contra.” -----

-----Esclareceu a **Senhora Vereadora Joana Baptista:** -----

-----“Eu tenho aqui a equipa técnica dos SIMAS, doutor Luís Lopes, Diretor Financeiro, a minha assessora, doutora Catarina Dão, mas de qualquer das formas quero partilhar convosco, de facto, finalmente, apareceu a certificação legal de contas devidamente subscrita, assinada e datada pelo ROC, foi essa a posição que Oeiras sempre defendeu em regime do Conselho de Administração, mas, não obstante estar devidamente subscrita, há alertas e recomendações que os ROC fazem. -----

-----Naturalmente, os Senhores Vereadores fazem muito bem alertar para essas recomendações. -----

-----Essas recomendações, Vereadora Susana Duarte, são devidamente acompanhadas e monitorizadas pelo Município de Oeiras, através da minha pessoa na Administração dos SIMAS e, no que respeita à primeira questão, que é o incumprimento da estrutura do anexo às demonstrações orçamentais, estando em falta a apresentação dos Mapas de Alterações Orçamentais e PPI, Operações de Tesouraria, Contratação Administrativa e Transferências e Subsídios, esta questão foi enviada no dia nove de fevereiro para o ROC. -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Porventura não acautelaram aqui como resolvido, mas o que é certo é que foi enviado e, portanto, eu nem dei muita importância a este alerta, porque foi devidamente salvaguardado pelo Departamento Financeiro dos SIMAS, mas também alerta para o seguinte: este é um documento oficial que não pode perder a sua isenção e a sua imparcialidade e, razão pela qual está aqui este documento, porque, na realidade, no Conselho de Administração foi apresentado um memorando assinado pelo Diretor Financeiro que, no fundo, acabava por corrigir, melhorar e valorizar os alertas e as recomendações por parte do ROC, mas estamos a falar de um documento interno dos SIMAS, que, no fundo, acautela o trabalho, a valorização e as melhorias que devem ser feitas internamente. -----

----- No que respeita à falta de reflexo SNC-AP do registo e monitorização das cauções recebidas implementado para garantia da plenitude das mesmas, o que acontece é que, neste momento, estamos a viver nos SIMAS uma alteração do ERP da Rocail para a AIRC e isto é uma situação que acontece nos SIMAS, mas também já aconteceu no próprio Município de Oeiras quando fez essa transição do ERP. -----

----- É uma situação que temos consciência que estamos a alterar, mas que faz parte das regras de transição entre dois ERP que são, naturalmente, distintos. -----

----- Classificação despesas em rubricas menos apropriadas, mas dentro do mesmo agrupamento. São despesas que não estão na rubrica mais correta, mas que também já estão a ser corrigidas. -----

----- A falta de registo tempestivo de compromissos e obrigações, nomeadamente dívidas de saneamento e dos CTT. Quanto aos CTT, nós estamos a ter um problema, esse procedimento foi impugnado e, portanto, estamos a aguardar que o Tribunal se pronuncie, portanto também esta vicissitude do ponto de vista financeiro e orçamental. -----

----- Por outro lado, no que respeita às dívidas do saneamento, não se registaram no mês de dezembro, mas já estão acauteladas e registadas no mês de janeiro. Isso acontece, eu direi,

quase sempre.-----

-----No que respeita à reconciliação bancária, tem que haver uma migração do sistema comercial, o valor está identificado e em análise, portanto, todas as salvaguardas e alertas do ROC estão a ser devidamente acompanhadas e monitorizadas pela estrutura técnica dos SIMAS, naturalmente, com o acompanhamento do Conselho de Administração. -----

-----Podem votar contra ou absterem-se, mas é aquilo que é a vida financeira e orçamental que tem respetiva dinâmica e que é incontornável.”-----

-----Concluiu o **Senhor Presidente**:-----

-----“Eu quero-vos dizer que voto a favor deste relatório, é um documento técnico, com a relevância que o ROC aqui coloca e que nos dão conhecimento da situação. -----

-----Esperemos que seja corrigido no próximo ano. Espero que estas anomalias que não decorram, julgo que são questões mais de natureza técnica, de qualquer problema de deficiente funcionamento dos próprios Serviços Municipalizados.”-----

-----II - A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, voto contra da Senhora Vereadora Carla Castelo e abstenção da Senhora Vereadora Susana Duarte, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar o Relatório e Conta do exercício de dois mil e vinte e dois. -----

-----A submissão posterior do Relatório e Conta de dois mil e vinte e dois a aprovação das Assembleias Municipais de Oeiras e Amadora. -----

-----A publicitação dos documentos de prestação de contas no sítio da “internet” das respetivas Câmaras Municipais. -----

-----Nos termos do artigo décimo terceiro, alínea e) e artigo décimo sexto, número três, da Lei número cinquenta, de dois mil e doze, de trinta e um de agosto. -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Artigo centésimo quinquagésimo terceiro, número um, do Código de Procedimento Administrativo.-----

----- Artigo vigésimo quinto, número dois, alínea l), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.-----

----- III - A **Senhora Vereadora Susana Duarte** fez a seguinte declaração de voto:-----

----- “O PSD felicita o facto de a Certificação Legal das Contas estar desta vez assinada e datada. Contudo o Relato sobre a Auditoria das Demonstrações Financeiras, conclui que as recomendações do ano passado não foram tidas em conta, uma vez que este ano o Auditor Externo volta alertar para os incumprimentos do ano anterior e acresce mais indicações a esses alertas. --- -----

----- É fundamental que o SIMAS tenha em conta a opinião dos seus Auditores Externos e que vá ao encontro das suas recomendações. Sobretudo, estando “em falta a apresentação do mapa de Alterações Orçamentais e ao PPI, Operações de tesouraria, contratação Administrativa e Transferências e Subsídios” do ano de dois mil e vinte e dois, estes documentos são fundamentais para uma análise clara e transparente das contas do SIMAS por parte das revisões Oficiais de Contas, coibindo assim, que exista uma confiança nas contas apresentadas pelo SIMAS. --- -----

----- Assim, tendo em conta estas e as demais questões levantadas, o PSD propõe uma Auditoria ao SIMAS para que as reservas do ROC sejam esclarecidas, sendo que iremos abstermos nesta proposta.”-----

24 - PROPOSTA Nº. 431/23 - USG - Pº. 523/DCP/2023 - PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO, COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL, PARA AQUISIÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, HIGIENE E DESINFECÇÃO DE EDIFÍCIOS E EQUIPAMENTOS MUNICIPAIS, NA MODALIDADE DE FORNECIMENTO CONTÍNUO - DECISÃO DE CONTRATAR - APROVAÇÃO DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO E PEÇAS DO

PROCEDIMENTO: -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vice-Presidente**, aprovar a adoção de um procedimento por concurso público com publicidade internacional para a prestação de serviços de limpeza, higiene e desinfeção dos edifícios e equipamentos municipais, na modalidade de fornecimento contínuo.-----

-----O preço base total de um milhão e setecentos e cinquenta e cinco mil euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

-----As peças do procedimento.-----

-----A composição do júri do procedimento e a respetiva delegação de competências. -----

-----Nos termos dos artigos trigésimo sexto, número um, trigésimo oitavo, quadragésimo, número um, alínea c) e número dois, sexagésimo sétimo, número um e sexagésimo nono, número dois, do Código dos Contratos Públicos e artigo décimo oitavo, número um, alínea b), do Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de Junho, aplicável por força do artigo décimo quarto, número um, alínea f), “in fine” do preâmbulo do Código dos Contratos Públicos, conjugado com o artigo trigésimo terceiro, número um, alínea f), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

-----Alínea c), do artigo quadragésimo sétimo, da Lei número noventa e oito, de noventa e sete, de vinte e seis de agosto, com as alterações introduzidas pelas Leis números quarenta e oito, de dois mil e seis, de vinte e nove de agosto, trinta e cinco, de dois mil e sete, de treze de agosto, três-B, de dois mil e dez, de vinte e oito de abril, sessenta e um, de dois mil e onze, de sete de dezembro, dois, de dois mil e doze, de seis de janeiro, vinte, de dois mil e quinze, de nove de março, quarenta e dois, de dois mil e dezasseis, de vinte e oito de dezembro, vinte e sete-A, de



Câmara Municipal
de Oeiras

dois mil e vinte, de vinte e quatro de julho e doze, de dois mil e vinte e dois, de vinte e sete de junho. -----

25 - PROPOSTA Nº. 432/23 - DPU - ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO 5/2004, SITO EM ALGÉS: -----

----- I - A **Senhora Vereadora Carla Castelo** referiu o seguinte: -----

----- “Eu tenho aqui algumas questões. Desde logo nós não compreendemos que sendo o edifício da antiga Fábrica de Cerâmica de Montargila, publicitado para uma clínica dentária, se mantenha com licença de construção para habitação, a não ser que haja alguma fundamentação legal, que não estejamos a ver, mas gostaríamos de perceber isso. -----

----- Ou seja, esta licença de construção para habitação é para ser alterada para a licença de atividade comercial depois de feita a obra e depois de se certificarem que mantém todas as características arquitetónicas originais? -----

----- Porque na realidade na placa que ainda lá está, ainda que se calhar um bocadinho desbotada pelo tempo, está construção para habitação.” -----

----- O **arquitecto Luís Baptista Fernandes** explicou o seguinte: -----

----- “O edifício originalmente poderá ter tido uma licença de habitação, porque acho que era um edifício de habitação e sede do proprietário da Cerâmica de Montargila, é o edifício de tijolo. -----

----- O Plano de Pormenor por sua vez, diz que aquilo podia ser reconvertido em comércio, serviços ou equipamentos, no âmbito do alvará assim ficou, portanto, é provável que exista uma licença de habitação antiga, mas o edifício não é nada destinado a habitação.” -----

----- A **Senhora Vereadora Carla Castelo** questionou: -----

----- “Na placa da obra está construção para habitação e está a dizer-me que é um erro que lá está há vários anos?” -----

----- O **arquitecto Luís Baptista Fernandes** respondeu: -----

-----“Deve ser um erro, porque nunca aprovámos habitação nenhuma para lá, mas eu posso confirmar isso com toda a certeza.” -----

-----A **Senhora Vereadora Carla Castelo** voltou: -----

-----“Era importante porque está na via pública essa informação.” -----

-----O **Senhor Presidente** referiu: -----

-----“Senhora Vereadora Carla Castelo, aquilo já vem há muito tempo, recordo-me daquela construção, do alvará daquela zona, eu achava aquele edifício bonito, porque é todo em tijolo, eu recordo-me de ter perguntado e o que me foi dito é que tinha de ser para equipamento.”

-----O **arquiteto Luís Baptista Fernandes** disse: -----

-----“E o próprio alvará de loteamento diz comércio e serviços e a clínica está aprovada.”

-----O **Senhor Presidente** atalhou: -----

-----“Mas se for diferente, informam a Senhora Vereadora Carla Castelo.” -----

-----O **arquiteto Luís Baptista Fernandes** referiu: -----

-----“Justamente pela nova natureza da atividade é que vem aqui esta alteração ao alvará, porque sendo uma clínica médica tem alguns dispositivos, alguns equipamentos de apoio que não conseguiria fazer com tanta facilidade e tanto à vontade se não fosse à custa de um pequeno aproveitamento de um piso em cave, um desvão que lá está e é isso que aqui vem, porque o alvará não previa essa utilização em cave, portanto o uso já é de comércio e serviços no Alvará de Loteamento e, a alteração prende-se com a introdução de cave para arrumos decorrente do uso para Clínica Dentária. -----

-----Conforme me foi transmitido pelos projetistas a Placa de Obra tem efetivamente registo de habitação e a Câmara Municipal passou Licença de Habitação, entretanto a Câmara Municipal já retificou com a renovação de nova Licença de Obras, conforme referido pelo projetista, mas o empreiteiro ainda não tinha substituído a Placa de Obra.” -----

-----II - A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do



Câmara Municipal
de Oeiras

Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e abstenção da Senhora Vereadora Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar a alteração ao regulamento do alvará de loteamento número cinco, de dois mil e quatro, sito em Algés. -----

----- A comunicação ao requerente. -----

----- Nos termos do artigo vigésimo terceiro, do Decreto-Lei número quinhentos e cinquenta e cinco, de noventa e nove, de dezasseis de dezembro. -----

----- III - A **Senhora Vereadora Carla Castelo** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “Não tendo tido nós ainda acesso ao alvará do loteamento, e estando efetivamente um aviso com o licenciamento da obra em que está que o uso autorizado é habitação, não podemos votar favoravelmente esta proposta, que nos parece razoável e que aprovaríamos, sendo este ponto clarificado, mantendo-se a expressão arquitetónica geral de um edifício importante do ponto de vista do património cultural do local.” -----

26 - PROPOSTA N.º. 433/23 - DPU - PROC.º. N.º. P2/2014/2 - ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º. 6/1989, PAÇO DE ARCOS:-----

----- I - A **Senhora Vereadora Carla Castelo** referiu o seguinte:-----

----- “Realmente não compreendemos como é que uma proposta desta importância vem aqui à reunião de Câmara sem as plantas, sem uma imagem de um plano geral, sem escala para apreciação, sem nada de relevante, porque na realidade parece que estamos a tentar descobrir aquele jogo das diferenças e que é realmente difícil descobri-las. -----

----- Como é que se pretende intervir sobre uma área de encosta que tem uma enorme importância e, aliás, na área de proteção à Casa Lino Gaspar, e não vêm as plantas? -----

----- Seria muito importante ter uma planta do que era também a vegetação prevista a preservar ou a conservar no alvará e o que realmente resta ali na prática. Não só não temos isso

como também não temos um alçado, portanto, só temos um resumo, muito resumidinho, do que se pretende ali fazer.-----

-----Sugerimos que esta proposta seja retirada para voltar com mais elementos, com todos os elementos que permitam analisar o que está em causa, porque nós não temos elementos para analisar.-----

-----Lembro-me que à volta da obra foram colocadas placas de memória do património que ali em tempos existiu e, recentemente, a Direção-Geral do Património Cultural fez uma atualização desta Zona Especial Proteção - ZEP, ao monumento que é a Casa Lino Gaspar, mas já percebi que a informação anexa que a Câmara considerou, no fundo, é irrelevante. -----

-----É importante sabermos o que é que ali está realmente previsto.-----

-----Estamos a promover uma alteração numa área de proteção especial, sem consulta às entidades que regulam a zona de especial proteção, é isso que estamos a fazer?-----

-----Parece-me que não deveria ser assim, por isso mesmo proponho que seja retirada.” --

-----O **Senhor Presidente** disse o seguinte: -----

-----“Pelo que leio aqui, trata-se da junção de dois lotes, do qual resulta em síntese na redução do lote no global da operação, sem alteração ao nível de usos, número de fogos, volumetria, área bruta de construção acima e abaixo do solo, áreas de cedências ou qualquer outro parâmetro edificativo. Isto é, não há nenhuma alteração a não ser o facto de dois lotes serem transformados num.-----

-----É a razão pela qual não vieram as plantas.” -----

-----O **arquiteto Luís Baptista Fernandes** esclareceu o seguinte: -----

-----“Senhor Presidente, isto é uma alteração administrativa, não é uma alteração urbanística, ou seja, aquilo que foi aprovado há alguns anos é exatamente aquilo que está lá e o que se pretende é apenas a alteração de um limite administrativo, ou seja, tínhamos dois lotes, é como se tivéssemos dois prédios autónomos encostados numa rua e alguém quis unir num único



Câmara Municipal
de Oeiras

lote, portanto, não há alteração, não há que suscitar pareceres a ninguém, é um limite administrativo.-----

----- Não há qualquer expressão diferente daquela que foi aprovada, é a alteração de um limite administrativo, não há nada de natureza urbanística ou arquitetónica que mude em relação à versão base.”-----

----- A **Senhora Vereadora Carla Castelo** questionou o seguinte:-----

----- Nem daquilo que é a vegetação à volta daquela que está mesmo junto à Casa Lino Gaspar? --- -----

----- O **arquiteto Luís Baptista Fernandes** respondeu o seguinte:-----

----- “Nada, se houvesse alguma alteração, nem que fosse um projeto de alterações de arranjos exteriores tinha que suscitar parecer da Direção-Geral do Património Cultural.-----

----- O projeto é o mesmo, por exemplo, em vez de existirem dois edifícios cada um com oito fogos, há um edifício com dezasseis fogos, portanto, há uma alteração administrativa, daí a ausência de elementos, porque não havia nada para mostrar.-----

----- É uma linha imaginária administrativa, que diz que o lote tem esta configuração e agora tem esta configuração maior, mas o edifício é o mesmo, a única, e exclusiva, alteração ao Alvará de Loteamento prende-se com a anulação de limite físico entre lotes, supressão de extrema entre lotes, sem qualquer outra alteração.”-----

----- II - A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e abstenção da Senhora Vereadora Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar a alteração ao alvará de loteamento número seis, de mil novecentos e oitenta e nove, sito na Quinta das Giestas, em Paço de Arcos, com incidência nos lotes dezasseis AB e dezasseis C daquela operação. solicitada por LAGOALTO - Construção, Compra e Venda de

Imóveis, Limitada, na qualidade de proprietária.-----

-----A comunicação à requerente. -----

-----Nos termos do artigo vigésimo terceiro e do número oito, do artigo vigésimo sétimo, do Decreto-Lei número quinhentos e cinquenta e cinco, de noventa e nove, de dezasseis de dezembro. - -----

-----III - A **Senhora Vereadora Carla Castelo** fez a seguinte declaração de voto:-----

-----“Quando a proposta diz que a alteração irá eliminar fronteiras artificiais entre os dois lotes e permitir a gestão unificada da Quinta das Giestas, particularmente ao nível da preservação da sua encosta, com benefício para a fruição futura do Plano Paisagístico proposto, seria muito importante ter uma planta do que era a vegetação prevista “a conservar” no alvará e o que realmente resta na prática, em Zona Especial de Proteção à Casa Lino Gaspar. Só não votámos contra porque foi garantido pelo Senhor Diretor do Departamento de Ordenamento do Território e Planeamento Urbano que se trata de uma alteração administrativa, não urbanística, e que também não terá implicações ao nível da vegetação. Mas nunca teríamos aprovado este empreendimento, que consideramos um grave erro urbanístico e paisagístico, com impacto muito negativo no local e na envolvente.” -----

27 - PROPOSTA N.º. 434/23 - DGSH - ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NA RUA SIDÓNIO PAIS, N.º. 3, 3.º. ESQ.º., NO BAIRRO DO POMBAL: -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Carla Rocha**, aprovar a atribuição do fogo T Dois, sito na Rua Sidónio Pais, número três, terceiro esquerdo, no Bairro do Pombal.-----

-----A fixação da renda, em regime de arrendamento apoiado, no valor de quarenta e seis



Câmara Municipal
de Oeiras

euros e trinta e quatro cêntimos, a partir de maio de dois mil e vinte e três. -----

----- A elaboração de contrato de arrendamento apoiado. -----

----- Nos termos do artigo trigésimo terceiro, número um, alínea g), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com o Decreto-Lei número oitenta e cinco-A, de dois mil e vinte e dois, de vinte e dois de dezembro. -----

----- Lei número oitenta e um, de dois mil e catorze, de dezanove de dezembro, na redação da Lei número trinta e dois, de dois mil e dezasseis, de vinte e quatro de agosto.-----

----- Regulamento da Habitação em Regime de Arrendamento Apoiado do Município de Oeiras. ---- -----

28 - PROPOSTA Nº. 435/23 - DGSH - TRANSFERÊNCIA DE HABITAÇÃO PARA O FOGO SITO NA AV. INFANTE SANTO, Nº. 26, 2º. DTO., NO BAIRRO DO CASAL DA MEDROSA:----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Carla Rocha**, aprovar a atribuição do fogo T Três, sito na Avenida Infante Santo, número vinte e seis, segundo direito, no Bairro do Casal da Medrosa. -----

----- A elaboração de contrato de arrendamento apoiado. -----

----- A fixação da renda mensal no valor de duzentos e setenta e dois euros e quarenta e um cêntimos, aferida de acordo com os rendimentos atualizados.-----

----- Nos termos do artigo trigésimo terceiro, número um, alínea g), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com o Decreto-Lei número oitenta e cinco-A, de dois mil e vinte e dois, de vinte e dois de dezembro. -----

----- Lei número oitenta e um, de dois mil e catorze, de dezanove de dezembro, na redação da Lei número trinta e dois, de dois mil e dezasseis, de vinte e quatro de agosto.-----

-----Regulamento da Habitação em Regime de Arrendamento Apoiado do Município de Oeiras. -----

29 - PROPOSTA Nº. 436/23 - DGSH - ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NO LARGO MESTRE DE SANTA AUTA, Nº. 3, 1º. DTO., NO BAIRRO QUINTA DA POLITEIRA: -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Carla Rocha**, aprovar a atribuição da habitação T Três, sita no Largo Mestre de Santa Auta, número três, primeiro direito, no Bairro Quinta da Politeira. -----

-----A fixação da renda mensal no valor de doze euros e oitenta e nove cêntimos. -----

-----A elaboração de contrato de arrendamento apoiado. -----

-----Nos termos do artigo trigésimo terceiro, número um, alínea g), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com o Decreto-Lei número oitenta e cinco-A, de dois mil e vinte e dois, de vinte e dois de dezembro. -----

-----Lei número oitenta e um, de dois mil e catorze, de dezanove de dezembro, na redação da Lei número trinta e dois, de dois mil e dezasseis, de vinte e quatro de agosto. -----

-----Regulamento da Habitação em Regime de Arrendamento Apoiado do Município de Oeiras. -----

30 - PROPOSTA Nº. 437/23 - DGSH - TRANSFERÊNCIA DE HABITAÇÃO PARA O FOGO SITO NA RUA JOAQUIM MATIAS, Nº. 46, 1º. A, NO BAIRRO RIBEIRA DA LAGE:-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Carla Rocha**, aprovar a



Câmara Municipal
de Oeiras

atribuição do fogo T Um, sito na Rua Joaquim Matias, número quarenta e seis, primeiro A, no Bairro Ribeira da Lage.-----

----- A elaboração de contrato de arrendamento apoiado. -----

----- A fixação da renda mensal no valor de nove euros e sessenta e dois cêntimos, aferida de acordo com os rendimentos atualizados.-----

----- Nos termos do artigo trigésimo terceiro, número um, alínea g), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com o Decreto-Lei número oitenta e cinco-A, de dois mil e vinte e dois, de vinte e dois de dezembro. -----

----- Lei número oitenta e um, de dois mil e catorze, de dezanove de dezembro, na redação da Lei número trinta e dois, de dois mil e dezasseis, de vinte e quatro de agosto.-----

----- Regulamento da Habitação em Regime de Arrendamento Apoiado do Município de Oeiras. ---- -----

31 - PROPOSTA Nº. 438/23 - DGSH - ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NA RUA DR. ALBERTO OSÓRIO DE CASTRO, Nº. 1, 3º. A, NO BAIRRO DE SÃO MARÇAL: -----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Carla Rocha**, aprovar a atribuição da habitação T Três, sita na Rua Doutor Alberto Osório de Castro, número um, terceiro A, no Bairro de São Marçal.-----

----- A fixação da renda mensal apoiada no valor cento e vinte e três euros. -----

----- A celebração de novo contrato de arrendamento apoiado.-----

----- Nos termos do artigo trigésimo terceiro, número um, alínea g), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com o Decreto-Lei número oitenta e cinco-A, de dois mil e vinte e dois, de vinte e dois de dezembro. -----

-----Lei número oitenta e um, de dois mil e catorze, de dezanove de dezembro, na redação da Lei número trinta e dois, de dois mil e dezasseis, de vinte e quatro de agosto. -----

-----Regulamento da Habitação em Regime de Arrendamento Apoiado do Município de Oeiras. -----

32 - PROPOSTA Nº. 439/23 - DGSH - TRANSFERÊNCIA DE HABITAÇÃO PARA O FOGO SITO NA RUA AZEREDO PERDIGÃO, Nº. 7, 2º. DTO., NO BAIRRO DO POMBAL: -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Carla Rocha**, aprovar a atribuição do fogo T Dois, sito na Rua Azeredo Perdigão, número sete, segundo direito, no Bairro do Pombal. -----

-----A elaboração de contrato de arrendamento apoiado. -----

-----A fixação da renda mensal no valor de oitenta e quatro euros e cinco cêntimos, aferida de acordo com os rendimentos atualizados.-----

-----Nos termos do artigo trigésimo terceiro, número um, alínea g), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com o Decreto-Lei número oitenta e cinco-A, de dois mil e vinte e dois, de vinte e dois de dezembro. -----

-----Lei número oitenta e um, de dois mil e catorze, de dezanove de dezembro, na redação da Lei número trinta e dois, de dois mil e dezasseis, de vinte e quatro de agosto. -----

-----Regulamento da Habitação em Regime de Arrendamento Apoiado do Município de Oeiras. -----

33 - PROPOSTA Nº. 440/23 - DGSH - TRANSFERÊNCIA DE HABITAÇÃO PARA O FOGO SITO NA RUA FRANCISCO MANUEL MELO, Nº. 26, 1º. ESQ., NO BAIRRO BENTO DE JESUS CARAÇA:-----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Carla Rocha**, aprovar a atribuição do fogo T Um, sito na Rua Francisco Manuel Melo, número vinte e seis, primeiro esquerdo, no Bairro Bento de Jesus Caraça. -----

----- A elaboração de contrato de arrendamento apoiado. -----

----- A fixação da renda mensal no valor de cinquenta e nove euros e quatro cêntimos, aferida de acordo com os rendimentos atualizados. -----

----- Nos termos do artigo trigésimo terceiro, número um, alínea g), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com o Decreto-Lei número oitenta e cinco-A, de dois mil e vinte e dois, de vinte e dois de dezembro. -----

----- Lei número oitenta e um, de dois mil e catorze, de dezanove de dezembro, na redação da Lei número trinta e dois, de dois mil e dezasseis, de vinte e quatro de agosto. -----

----- Regulamento da Habitação em Regime de Arrendamento Apoiado do Município de Oeiras. -----

34 - PROPOSTA Nº. 441/23 - DGSH - TRANSFERÊNCIA DE HABITAÇÃO PARA O FOGO SITO NA RUA INDIVERI COLUCCI, Nº. 5, R/C DTO., NO BAIRRO DO ALTO DA LOBA: -----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Carla Rocha**, aprovar a atribuição do fogo T Um, sito na Rua Indiveri Colucci, número cinco, rés-do-chão direito, no Bairro Alto da Loba. -----

----- A elaboração de contrato de arrendamento apoiado. -----

-----A fixação da renda mensal no valor de quarenta euros e cinquenta e dois cêntimos, aferida de acordo com os rendimentos atualizados.-----

-----Nos termos do artigo trigésimo terceiro, número um, alínea g), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com o Decreto-Lei número oitenta e cinco-A, de dois mil e vinte e dois, de vinte e dois de dezembro. -----

-----Lei número oitenta e um, de dois mil e catorze, de dezanove de dezembro, na redação da Lei número trinta e dois, de dois mil e dezasseis, de vinte e quatro de agosto. -----

-----Regulamento da Habitação em Regime de Arrendamento Apoiado do Município de Oeiras. -----

35 - PROPOSTA Nº. 442/23 - DGSH - TRANSFERÊNCIA DE HABITAÇÃO PARA O FOGO SITO NA RUA ANTÓNIO GOMES LEAL, Nº. 1, 1º. DTO., NO BAIRRO DE SÃO MARÇAL: -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Carla Rocha**, aprovar a atribuição do fogo T Um, sito na Rua António Gomes Leal, número um, primeiro direito, no Bairro de São Marçal. -----

-----A elaboração de contrato de arrendamento apoiado. -----

-----A fixação da renda mensal no valor de nove euros e sessenta e dois cêntimos.-----

-----Nos termos do artigo trigésimo terceiro, número um, alínea g), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com o Decreto-Lei número oitenta e cinco-A, de dois mil e vinte e dois, de vinte e dois de dezembro. -----

-----Lei número oitenta e um, de dois mil e catorze, de dezanove de dezembro, na redação da Lei número trinta e dois, de dois mil e dezasseis, de vinte e quatro de agosto. -----

-----Regulamento da Habitação em Regime de Arrendamento Apoiado do Município de



Câmara Municipal
de Oeiras

Oeiras. -----

36 - PROPOSTA N.º. 443/23 - SIMAS - AD (AQ) 5/2023/28 - ADJUDICAÇÃO DO PROCEDIMENTO PARA O FORNECIMENTO CONTÍNUO DE COMBUSTÍVEIS LÍQUIDOS - GASÓLEO, PARA A FROTA DOS SIMAS DE OEIRAS E AMADORA, ATRAVÉS DE DEPÓSITO AÉREO EXISTENTE EM LECEIA, POR 36 MESES, COM INÍCIO EM MAIO DE 2023, COM RECURSO AO ACORDO QUADRO DA CENTRAL NACIONAL DE COMPRAS MUNICIPAIS CONNECT - PD N.º. 99/SIMAS/2023: -----

----- A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e abstenção da Senhora Vereadora Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar o teor da proposta de deliberação do Conselho de Administração da reunião de vinte e dois de maio de dois mil e vinte e três, na qual deliberou aprovar a adjudicação do procedimento por ajuste direto, para o fornecimento contínuo de combustíveis líquidos - gasóleo, para a frota dos SIMAS de Oeiras e Amadora, através de depósito aéreo existente em Leceia, com recurso ao Acordo Quadro da Central Nacional de Compras Municipais CONNECT, pelo valor de trezentos e vinte e quatro mil euros, acrescido de IVA, com o prazo de execução de trinta e seis meses, com início em maio de dois mil e vinte e três, e demais atos nela referenciados. -----

----- Nos termos do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro. -----

----- Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de junho. -----

----- Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro. -----

----- Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

37 - PROPOSTA N.º. 444/23 - SIMAS - CP 20168/2020 - APROVAÇÃO DE TRABALHOS

COMPLEMENTARES CONTRATUAIS E NÃO CONTRATUAIS, DE NOVA PRORROGAÇÃO DE PRAZO E DOS NOVOS PLANOS DE TRABALHOS, DE EQUIPAMENTOS, DE MÃO DE OBRA E FINANCEIRO, NO ÂMBITO DA EMPREITADA DE “CONSTRUÇÃO DO NOVO RESERVATÓRIO DO ALTO DE SANTA CATARINA” - 3.º ADICIONAL - PD Nº. 100/SIMAS/2023:-----

-----A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e abstenção da Senhora Vereadora Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar o teor da proposta de deliberação do Conselho de Administração da reunião de vinte e dois de maio de dois mil e vinte e três, na qual deliberou aprovar a execução dos trabalhos complementares, no montante de noventa e seis mil quatrocentos e sessenta e cinco euros e quarenta e nove cêntimos constantes da Listagem de Trabalhos Complementares referentes a:-----

-----Quarenta mil trezentos e trinta e oito euros e cinquenta e oito cêntimos - espécie prevista no contrato;-----

-----Cinquenta e seis mil cento e vinte e seis euros e noventa e dois cêntimos - espécie não prevista no contrato.-----

-----A prorrogação do prazo da empreitada para mais cento e trinta e oito dias de calendário, passando o prazo de conclusão para o dia trinta e um de julho de dois mil e vinte e três.-----

-----Os novos planos de trabalhos, de pagamentos, de mão-de-obra e de equipamentos, ajustados.-- -----

-----A minuta do terceiro adicional ao contrato número trinta e seis, de dois mil e vinte e um.-----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Nos termos da alínea a), do número um, do artigo tricentésimo décimo primeiro, artigo tricentésimo décimo segundo, número um, do artigo tricentésimo septuagésimo, artigo tricentésimo septuagésimo quarto, artigo tricentésimo septuagésimo quinto e número um, do artigo tricentésimo septuagésimo oitavo, do Código dos Contratos Públicos. -----

----- Artigo décimo terceiro, do Decreto-Lei número seis, de dois mil e quatro, de seis de janeiro. -----

----- Número dois, do artigo quadragésimo sétimo, da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas. -----

38 - PROPOSTA N.º 445/23 - SIMAS - PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DESTINADOS À HIGIENE E LIMPEZA DAS INSTALAÇÕES DOS SIMAS DE OEIRAS E AMADORA PARA OS ANOS DE 2021 A 2024 - REPOSIÇÃO DO EQUILÍBRIO FINANCEIRO DO CONTRATO N.º 94/2021, EM FUNÇÃO DA ATUALIZAÇÃO DA REMUNERAÇÃO MÍNIMA MENSAL GARANTIDA - REVISÃO DO PREÇO CONTRATUAL PARA O ANO 2023 - PD N.º 101/SIMAS/2023: -----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar o teor da proposta de deliberação do Conselho de Administração da reunião de vinte e dois de maio de dois mil e vinte e três, na qual deliberou aprovar a revisão do preço, para reposição do equilíbrio financeiro do contrato celebrado com a empresa Eurofacilities - Serviços Integrados, Limitada, no âmbito do contrato de prestação de serviços destinados à higiene e limpeza das instalações dos SIMAS de Oeiras e Amadora para os anos de dois mil e vinte e um a dois mil e vinte e quatro, em função da atualização da remuneração mínima mensal garantida (RMMG) para o ano de dois mil e vinte e

três e, conseqüentemente, o pagamento a título de revisão do preço contratual, da quantia global de sessenta e três mil cento e oitenta e um euros e trinta cêntimos, acrescido de IVA.-----

-----Nos termos do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro.-----

-----Artigo décimo oitavo, do Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de junho. -----

-----Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro. -----

-----Artigo trigésimo terceiro, número um, alínea f), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

39 - PROPOSTA N.º. 446/23 - SIMAS - 4ª. ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL PERMUTATIVA DA DESPESA CORRENTE, CAPITAL E PPI DE 2023 - PD N.º. 102/SIMAS/2023: -----

-----A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e abstenção da Senhora Vereadora Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar o teor da proposta de deliberação do Conselho de Administração da reunião de vinte e dois de maio de dois mil e vinte e três, na qual deliberou aprovar a quarta alteração orçamental permutativa da despesa corrente, capital e PPI de dois mil e vinte e três, no valor de seiscentos e cinquenta e sete mil cento e setenta e nove euros. -----

-----Nos termos da Norma vinte e seis do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) e no ponto oito ponto três ponto um (não revogado) do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais. -----

40 - PROPOSTA N.º. 447/23 - SMPC - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA PARA PAGAMENTO DAS PROPINAS RELATIVAS À FORMAÇÃO DOS BOMBEIROS NA UNIVERSIDADE ATLÂNTICA - ANO LETIVO 2022/2023, MESES DE JUNHO A AGOSTO



Câmara Municipal
de Oeiras

INCLUSIVE: -----

----- Nesta votação não participaram os **Senhores Vereadores Armando Soares, Ana Filipa Laborinho e Susana Duarte** devido a ausência momentânea.-----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Joana Baptista**, aprovar o pagamento das propinas dos onze bombeiros relativas aos meses de junho a agosto de dois mil e vinte e três inclusive, à Universidade Atlântica, no valor total de dez mil seiscentos noventa e dois euros, a ser utilizado mediante apresentação de faturas. -----

----- Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea j) e trigésimo terceiro, número um, alínea u), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, conjugados com o artigo segundo, número um, da Lei número trinta e dois, de dois mil e sete, de dezoito de agosto e do artigo sétimo, da Lei número noventa e quatro, de dois mil e quinze, de treze de agosto. -----

41 - PROPOSTA N.º. 448/23 - SMPC - ATRIBUIÇÃO DE MEDALHA MUNICIPAL DE MÉRITO A AGENTES DE PROTEÇÃO CIVIL, NO ÂMBITO DAS FESTAS DO CONCELHO DE OEIRAS: -----

----- Esta proposta, por decisão do **Senhor Presidente** que mereceu a concordância da Câmara, foi retirada da agenda. -----

42 - PROPOSTA N.º. 449/23 - UPGO - P.º. 2021/150-DGEP - “CICLOVIA DA RUA DA FONTE, VILA FRIA - LECEIA” - APROVAÇÃO DOS RELATÓRIOS PRELIMINAR E FINAL E CONSEQUENTE ADJUDICAÇÃO - APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO E NOMEAÇÃO DO GESTOR DO CONTRATO: -----

----- I - A **Senhora Vereadora Joana Baptista** referiu o seguinte: -----

-----“Nós nas reuniões de Câmara muitas vezes agradecemos a uns, agradecemos a outros e há bocado eu levei o reparo por parte dos juristas e dizia-me o doutor Andrea Gattini, que é da Divisão de Contratação Pública, que muitas vezes estão na sombra da lua, e para sanar aquilo que porventura é uma lacuna ou uma omissão inconsciente por parte da Administração da Câmara, gostaria de dizer que estamos muito gratos por via daquilo que é o expediente da Contratação Pública nesta casa, no caso em concreto deste procedimento de empreitada entre o lançamento e a adjudicação, ainda vai ser visado pelo Tribunal de Contas, mas estamos a falar de três meses, portanto, por trás destas propostas e por trás muitas vezes de obras, estão equipas que estão na sombra da lua, mas que têm visibilidade através do bom trabalho que aqui fazem, portanto, muito grata por este expediente ser tão célere. -----

-----Doutor Andrea Gattini, afinal está à luz da lua e não na sombra.”-----

-----II - A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Joana Baptista**, aprovar os relatórios preliminar e final e conseqüente adjudicação da execução da empreitada de obra pública denominada “Ciclovía da Rua da Fonte, Vila Fria - Leceia - processo dois mil e vinte e um/cento e cinquenta-DGEP”, ao concorrente Protecnil, Sociedade Anónima, no valor de um milhão cento e quarenta e oito mil seiscentos e onze euros e dezassete cêntimos, acrescido do IVA à taxa legal de seis por cento e prazo de execução de duzentos e quarenta dias. -----

-----A minuta do contrato.-----

-----A nomeação do gestor do contrato.-----

-----Nos termos dos artigos septuagésimo sexto, número um, septuagésimo sétimo, números um e dois, centésimo quadragésimo oitavo, nonagésimo oitavo e octogésimo oitavo, número um, alínea a), do Código dos Contratos Públicos e ainda prevista nos artigos vigésimo



Câmara Municipal
de Oeiras

terceiro e trigésimo terceiro, número um, alínea f) e alínea bb), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com o artigo décimo oitavo, do Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de junho (“ex-vi” do artigo décimo quarto, número um, alínea f), “in fine” do preâmbulo do Código dos Contratos Públicos) e artigo ducentésimo nonagésimo-A, do Código dos Contratos Públicos. -----

43 - PROPOSTA Nº. 450/23 - DGSH - ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NA RUA ALBERTO OSÓRIO DE CASTRO, Nº. 36, 2º. ESQ., NO BAIRRO DE SÃO MARÇAL: -----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Carla Rocha**, aprovar a elaboração do contrato de arrendamento apoiado. -----

----- Manter a renda mensal no valor de oito euros e oitenta e seis cêntimos. -----

----- Nos termos do artigo trigésimo terceiro, número um, alínea g), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com o Decreto-Lei número oitenta e cinco-A, de dois mil e vinte e dois, de vinte e dois de dezembro. -----

----- Lei número oitenta e um, de dois mil e catorze, de dezanove de dezembro, na redação da Lei número trinta e dois, de dois mil e dezasseis, de vinte e quatro de agosto. -----

----- Regulamento da Habitação em Regime de Arrendamento Apoiado do Município de Oeiras. ---- -----

44 - PROPOSTA Nº. 451/23 - DPS - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO DE APOIO À BANDA DO CENTRO DE CULTURA E DESPORTO (CCD): -----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla

Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Armando Soares**, aprovar a atribuição do subsídio de apoio à Banda do Centro de Cultura e Desporto no montante de cinquenta mil euros. -----

-----Nos termos da alínea p), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, com Declarações de Retificação números cinquenta-A, de dois mil e treze, de onze de novembro e quarenta e seis-C, de dois mil e treze, de um de novembro, conjugada com os artigos quarto e quinto, do Decreto-Lei número treze, de dois mil e onze, de vinte e cinco de janeiro. -----

-----Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, na redação da Lei número vinte e dois, de dois e quinze, de dezassete de março, regulamentada pelo Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho, na redação do Decreto-Lei número noventa e nove, de dois mil e quinze, de dois de junho.

45 - PROPOSTA N.º. 452/23 - DPS - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AO CENTRO DE CULTURA E DESPORTO (CCD) DE APOIO À ESTRUTURA, REFERENTE AO 2.º SEMESTRE DO ANO DE 2023: -----

-----I - A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Armando Soares**, aprovar a atribuição do subsídio de apoio à estrutura do Centro de Cultura e Desporto (CCD) - Organização Social dos Trabalhadores da Câmara Municipal de Oeiras e Serviços Municipalizados, no montante de cento e sessenta e quatro mil duzentos e trinta e nove euros e sessenta cêntimos, referente ao segundo semestre do ano de dois mil e vinte e três. -----

-----Que as transferências para o CCD deverão ser efetuadas mensalmente. -----

-----Nos termos da alínea p), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número



Câmara Municipal
de Oeiras

setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, com Declarações de Retificação números cinquenta-A, de dois mil e vinte e três, de onze de novembro e quarenta e seis-C, de dois mil e treze, de um de novembro, conjugada com os artigos quarto e quinto, do Decreto-Lei número treze, de dois mil e onze, de vinte e cinco de janeiro. -----

----- Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, na redação da Lei número vinte e dois, de dois e quinze, de dezassete de março, regulamentada pelo Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho, na redação do Decreto-Lei número noventa e nove, de dois mil e quinze, de dois de junho.

----- II - A **Senhora Vereadora Carla Castelo** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “Votamos a favor pelo mérito da proposta, mas alertamos para que as declarações de não dívida da Autoridade Tributária e da Segurança Social estão caducadas e devem ser substituídas.”-----

46 - PROPOSTA Nº. 453/23 - DPS - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AO CENTRO DE CULTURA E DESPORTO (CCD) PARA APOIO ÀS COLÓNIAS DE FÉRIAS 2023:-----

----- I - A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Armando Soares**, aprovar a atribuição do subsídio de apoio às colónias de férias do Centro de Cultura e Desporto (CCD) - Organização Social dos Trabalhadores da Câmara Municipal de Oeiras e Serviços Municipalizados, referente ao ano de dois mil e vinte e três, no montante de vinte e sete mil e quinhentos euros.-----

----- Nos termos da alínea p), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, com Declarações de Retificação números cinquenta-A, de dois mil e vinte e três, de onze de novembro e quarenta e seis-C, de

dois mil e treze, de um de novembro, conjugada com os artigos quarto e quinto, do Decreto-Lei número treze, de dois mil e onze, de vinte e cinco de janeiro. -----

-----Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, na redação da Lei número vinte e dois, de dois e quinze, de dezassete de março, regulamentada pelo Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho, na redação do Decreto-Lei número noventa e nove, de dois mil e quinze, de dois de junho.

-----II - A **Senhora Vereadora Carla Castelo** fez a seguinte declaração de voto:-----

-----“Aprovamos a proposta, alertando, no entanto, para que as declarações de não dívida da Autoridade Tributária e da Segurança Social estão caducadas e devem ser substituídas.”-----

47 - PROPOSTA Nº. 454/23 - DCH - Pº. 11/DCH/2023 - REQUALIFICAÇÃO DOS EDIFÍCIOS DA RUA ABEL FONTOURA DA COSTA, Nº. 2 E Nº. 4, DO BAIRRO MOINHO DAS ROLAS, EM PORTO SALVO - AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO, DE DESPESA, DAS PEÇAS PROCEDIMENTAIS E DE DESIGNAÇÃO DO JÚRI:-----

-----I - A **Senhora Vereadora Susana Duarte** referiu o seguinte:-----

-----“O PSD felicita a proposta do Senhor Vereador Nuno Neto, apoiamos a requalificação destes bairros sociais e de todos os outros, questionávamos só, porque nesta proposta apenas vêm dois edifícios, se serão ainda para este ano as requalificações e se estão previstas neste bairro, sendo que nós temos a noção que o bairro em geral precisa.”-----

-----O **Senhor Presidente** disse o seguinte:-----

-----“Como já disse à Senhora Vereadora Carla Castelo, não é possível responder a isso.”

-----O **Senhor Vereador Nuno Neto** atalhou:-----

-----“Senhor Presidente eu posso responder a isso.”-----

-----O **Senhor Presidente** salientou:-----

-----“Pode responder, desde que depois não se arrependa.”-----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- O **Senhor Vereador Nuno Neto** esclareceu:-----

----- “Senhor Presidente, com a devida cautela e tomando boa nota daquilo que nos recomenda dizer à Vereadora para que esta pergunta não se faça mais. -----

----- Tomámos uma atitude que foi de grande coragem política há um ano e meio, dois anos, porque enquanto muitos Municípios escolheram e seleccionaram, muito bem, aquilo que seriam as habitações municipais a requalificar, no âmbito do PRR, nós sem medo de uma possível crítica da oposição, classificámos quase todas as habitações municipais, à exceção do Bairro da Politeira, que tinha tido obras, com a classificação de indignidade. Fizemos conscientes da possível crítica, mas para possibilitar que pudéssemos candidatar todo o parque habitacional classificado a verbas de requalificação do PRR. Isto permite-nos atualizar edifícios com trinta anos que ganham nova qualidade e nova vida útil.-----

----- Em concreto, o Moinho das Rolas, a informação que tenho, estamos a desenvolver as peças e queremos lançar o concurso para mais edifícios em outubro deste ano, para que as obras possam ocorrer no verão do próximo ano, se tudo correr bem.” -----

----- A **Senhora Vereadora Susana Duarte** disse o seguinte:-----

----- “Gostaria de dizer ao Senhor Vereador que pode estar descansado da parte do PSD, isso nunca será uma oposição, porque vemos com bons olhos que se faça a requalificação de todos os bairros municipais, até porque sabemos que muitas das vezes em outros Municípios acontece que há a construção e depois há de vir alguma coisa para repará-los.-----

----- Sabemos que neste Município assim não acontece, há uma persecução da continuidade do acompanhamento, não só das famílias, mas também daquilo que é a vida física nos bairros.”-----

----- II - A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte

e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Nuno Neto**, aprovar o projeto de execução e sua revisão. -----

-----A decisão de contratar e a abertura do procedimento por concurso público sem publicidade internacional e respetiva autorização de despesa, para a adjudicação da empreitada de obras públicas com a designação “processo número onze/DCH/dois mil e vinte e três - Requalificação dos Edifícios da Rua Abel Fontoura da Costa, número dois e número quatro, do Bairro Moinho das Rolas, em Porto Salvo”. -----

-----O preço base de setecentos e sessenta e três mil quatrocentos e cinquenta e um euros, acrescido de IVA à taxa legal de seis por cento, com o prazo de execução da empreitada de cento e oitenta dias. -----

-----As peças do procedimento, constituídas por Programa de Procedimento, Caderno de Encargos e demais elementos técnicos. -----

-----A despesa e respetivo cronograma financeiro. -----

-----A composição do júri do procedimento e respetiva delegação de competências. -----

-----Nos termos do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro, alínea c), do número um e alínea a), do número dois, do artigo décimo sexto, alínea b), do artigo décimo nono, artigo trigésimo sexto, artigo trigésimo oitavo, alínea c), do número um e número dois, do artigo quadragésimo, alínea a), do número dois, do artigo quadragésimo sexto-A, número três, do artigo quadragésimo sétimo, número um, do artigo sexagésimo sétimo, número dois, do artigo sexagésimo nono, número seis, do artigo septuagésimo, número um, do artigo septuagésimo quarto, artigo centésimo trigésimo e números um e dois, do artigo centésimo quadragésimo oitavo. -----

-----Lei número noventa e oito, de noventa e sete, de vinte e seis de agosto, alínea g), do número um, do artigo quadragésimo sétimo. -----

-----Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, alínea f), do



Câmara Municipal
de Oeiras

número um, do artigo trigésimo terceiro. -----

----- Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de junho, artigo décimo oitavo, número um, alínea b), aplicável por força do artigo décimo quarto, número um, alínea f), “in fine” do preâmbulo do Código dos Contratos Públicos. -----

48 - PROPOSTA Nº. 455/23 - DCH - Pº. 37/DPCHM/2022 - CONSTRUÇÃO DO EMPREENDIMENTO HABITACIONAL PARQUE DA JUNÇA, 16 FOGOS E 4 FRAÇÕES COMERCIAIS, LINDA-A-VELHA - SUBSTITUIÇÃO DO GESTOR DO CONTRATO: -----

----- I - A **Senhora Vereadora Carla Castelo** questionou o seguinte:-----

----- “A que se deve esta alteração do gestor do contrato desencadeada assim pouco antes do início da obra? -----

----- Gostava de perceber.” -----

----- O **Senhor Vereador Nuno Neto** esclareceu:-----

----- “É um funcionário que sai do Departamento de Habitação e, portanto, temos que o substituir por outro. Vai à vida dele.” -----

----- Volveu a **Senhora Vereadora Carla Castelo**: -----

----- “Só mais uma coisa, então mantém-se um funcionário da Câmara como gestor do contrato?-- -----

----- O **Senhor Vereador Nuno Neto** esclareceu:-----

----- “Sim.” -----

----- II - A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Nuno Neto**, aprovar a designação do novo gestor de contrato Souza Medeiros - Gestão e Fiscalização de Projetos e Obras, Limitada, por substituição e alteração da correspondente cláusula quarta do contrato de

empreitada de obra pública número dezassete, de dois mil e vinte três. -----

-----A minuta de adicional ao contrato.-----

-----Nos termos dos artigos trigésimo sexto, número um, trigésimo oitavo, quadragésimo, número dois e ducentésimo nonagésimo-A, do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro.-----

-----Artigo centésimo septuagésimo terceiro, do Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro.-----

-----Artigo trigésimo terceiro, número um, alínea bb), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.-----

49 - PROPOSTA Nº. 456/23 - UPGO - Pº. 2022/84-DEM - “CONSTRUÇÃO DO PÓLO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL E AGÊNCIA DE EMPREENDEDORES SOCIAIS, EM CARNAXIDE” - APROVAÇÃO DOS RELATÓRIOS PRELIMINAR E FINAL E CONSEQUENTE ADJUDICAÇÃO - APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO E NOMEAÇÃO DO GESTOR DO CONTRATO:-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Joana Baptista**, aprovar os relatórios preliminar e final e, consequente adjudicação da execução da empreitada de obra pública denominada “Construção do Pólo de Formação Profissional e Agência de Empreendedores Sociais, em Carnaxide” - processo número dois mil e vinte e dois/oitenta e quatro-DEM, ao concorrente Schmid - Construções, Limitada, no montante de dois milhões trezentos e oitenta e nove mil seiscentos e nove euros e vinte e um cêntimos, acrescido do IVA à taxa legal de seis por cento e prazo máximo de execução de setecentos e trinta dias.-----

-----A minuta do contrato.-----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- A nomeação do gestor do contrato. -----

----- Nos termos dos artigos septuagésimo sexto, número um, septuagésimo sétimo, números um e dois, nonagésimo oitavo e centésimo quadragésimo oitavo, do Código dos Contratos Públicos e ainda prevista nos artigos vigésimo terceiro e trigésimo terceiro, número um, alíneas f) e bb), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com o artigo décimo oitavo, do Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de junho (“ex-vi” do artigo décimo quarto, número um, alínea f), “in fine” do preâmbulo do Código dos Contratos Públicos).-----

----- Artigo ducentésimo nonagésimo-A, também do Código dos Contratos Públicos. -----

----- Artigos quadragésimo sexto, número um, alínea b) e quadragésimo oitavo, da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas.-----

50 - PROPOSTA Nº. 457/23 - DCS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À UNIÃO DE FREGUESIAS DE ALGÉS, LINDA-A-VELHA E CRUZ QUEBRADA/DAFUNDO, PARA DAR RESPOSTA À MERCEARIA SOCIAL:-----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**, aprovar a atribuição de uma comparticipação financeira, no montante de vinte e cinco mil euros, à União de Freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo, para aquisição de produtos alimentares para resposta da Mercearia Social.-----

----- A minuta de contrato. -----

----- Submeter à aprovação da Assembleia Municipal. -----

----- Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea h) e vigésimo quinto, número um, alínea j), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, na

redação da Lei número sessenta e nove, de dois mil e quinze, de dezasseis de julho. -----

-----Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, na redação da Lei número vinte e dois, de dois e quinze, de dezassete de março e artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho, na redação do Decreto-Lei número noventa e nove, de dois mil e quinze, de dois de junho.-----

-----Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e do Processo Tributário e artigo centésimo nonagésimo oitavo, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social. -----

51 - PROPOSTA Nº. 458/23 - DCS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA AO CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE NOSSA SENHORA DE PORTO SALVO, PARA APOIO ÀS ATIVIDADES DE VERÃO 2023:-----

-----I - A **Senhora Vereadora Carla Castelo** referiu o seguinte:-----

-----“Eu gostaria de saber se já equacionaram o pagamento de refeições, eu sei que é normal os miúdos gostarem de hambúrgueres, mas sabemos que também não é muito saudável, portanto, se já equacionaram o pagamento de refeições noutros estabelecimentos que não o McDonald’s, tendo em vista esta questão da promoção da saúde e dos hábitos de alimentação saudável.” - -----

-----A **Senhora Vereadora Teresa Bacelar** disse o seguinte: -----

-----“No meio da Colónia, há um dia que eles vão à piscina e vão ao McDonald’s, por opção da instituição, não é a Câmara Municipal que tem que dizer que nesse dia as crianças não podem comer McDonald’s.” -----

-----A **Senhora Vereadora Joana Baptista** salientou:-----

-----“Mas mesmo no McDonald’s há comida saudável, há sopas e saladas.”-----

-----II - A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho,



Câmara Municipal
de Oeiras

Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**, aprovar a atribuição da comparticipação financeira ao Centro Social e Paroquial de Nossa Senhora de Porto Salvo, no montante de quatrocentos euros para apoio à realização das atividades de Verão e, concretamente, para custear o aluguer de autocarro, de Porto Salvo para a Piscina Oceânica de Oeiras. -----

----- A minuta de termo de aceitação que enquadrará este apoio. -----

----- Nos termos das alíneas d), f) e h), do número dois, do artigo vigésimo terceiro e alíneas u) e v), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

----- Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, regulamentada pelo Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho. -----

----- Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Decreto-Lei número quatrocentos e trinta e três, de noventa e nove, de vinte e seis de outubro e artigo ducentésimo décimo terceiro, alínea e), do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social. ---

----- Artigos ducentésimo e ducentésimo décimo segundo, do Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro, que remetem para a alínea c), do número quatro, do artigo quinto e ducentésimo septuagésimo oitavo e seguintes, do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro. -----

----- Artigos segundo, números um e dois, terceiro, número um, quarto, quinto, números um e dois e nono, número um, da Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto. -----

52 - PROPOSTA N.º. 459/23 - DCS - REFORÇO DE VERBA A ENTIDADE PARCEIRA DO FUNDO DE EMERGÊNCIA SOCIAL - CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE SÃO JULIÃO

DA BARRA:-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**, aprovar a atribuição de comparticipação financeira ao Centro Social e Paroquial São Julião da Barra, no montante de trinta mil euros.-----

-----O compromisso do Município em:-----

-----Proceder à monitorização e avaliação do apoio concedido, designadamente verificando da correta aplicação da verba;-----

-----A não aplicação, no todo ou em parte, da comparticipação financeira aprovada, concede ao Município, o direito de revogar o apoio concedido.-----

-----A minuta de termo de aceitação.-----

-----Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea h) e trigésimo terceiro, número um, alínea u), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. --

-----Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, regulamentada pelo Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho.-----

-----Alínea c), do número quatro, do artigo quinto, do Código dos Contratos Públicos.----

-----Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e do Processo Tributário e artigo centésimo nonagésimo oitavo, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social.-----

-----Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto.-----

-----Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto.-----

53 - PROPOSTA N.º 460/23 - DCS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À



Câmara Municipal
de Oeiras

**ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO DOS NAVEGADORES PARA APOIO AO
DESENVOLVIMENTO DO PROJETO BAIRRO FELIZ E DESIGNAÇÃO DE GESTOR DO
CONTRATO:-----**

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**, aprovar a atribuição de uma comparticipação financeira à Associação de Moradores do Bairro dos Navegadores com vista a apoiar o desenvolvimento do Projeto Bairro Feliz, no valor de vinte mil quinhentos e dezassete euros e trinta e seis cêntimos, correspondente a cerca de noventa e oito por cento do total da verba inscrita no orçamento da entidade para este projeto.-----

----- A minuta de contrato de comparticipação financeira a celebrar com a Associação de Moradores do Bairro dos Navegadores. -----

----- A designação como gestor do contrato de Técnico Superior do Departamento de Desenvolvimento Social/Divisão de Coesão Social, de modo a acompanhar permanentemente a sua execução. -----

----- Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea h) e trigésimo terceiro, número um, alínea u), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.---

----- Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro e artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho. -----

----- Alínea c), do número quatro, do artigo quinto e artigo ducentésimo nonagésimo-A, do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro. -----

----- Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e Processo Tributário e do artigo centésimo nonagésimo oitavo, do Código dos Regimes Contributivos do

Sistema Previdencial de Segurança Social. -----

-----Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e três de agosto. -----

-----Artigo trigésimo sexto, número um, conjugado com o artigo terceiro, da Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto.-----

54 - PROPOSTA N.º. 461/23 - DCS - APLICAÇÃO DE COMPARTICIPAÇÕES ECONÓMICAS AOS PARTICIPANTES NO PROGRAMA TURISMO SÉNIOR: -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**, aprovar a aplicação das comparticipações mínimas, correspondentes a vinte e cinco por cento do custo total unitário fixando-se em: -----

-----Évora e Monsaraz - setenta e um euros e oito cêntimos; -----

-----Guimarães e Braga - quarenta e cinco euros e oitenta e dois cêntimos; -----

-----Ilha da Madeira - duzentos e sessenta euros; -----

-----Aveiro - sessenta e seis euros e dezoito cêntimos.-----

-----Nos termos da alínea h), do artigo vigésimo terceiro e alínea e), do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

55 - PROPOSTA N.º. 462/23 - DCS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO DOS NAVEGADORES PARA A REALIZAÇÃO DA FASE II DO PROJETO “LITERACIA INFORMÁTICA”:-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**, aprovar a



Câmara Municipal
de Oeiras

atribuição de apoio financeiro no valor de mil cento e vinte e cinco euros, para a realização da Fase Dois - formação em competências digitais para membros da Associação e residentes do Bairro dos Navegadores. -----

----- A minuta do termo de aceitação a estabelecer entre o Município de Oeiras e a Associação de Moradores do Bairro dos Navegadores. -----

----- Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea h) e trigésimo terceiro, número um, alíneas o) e u), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. - -----

----- Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro e artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho. -----

----- Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e Processo Tributário e artigo centésimo nonagésimo oitavo, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social.-----

----- Artigos segundo, números um e dois, terceiro, número um, quarto, quinto, números um e dois e nono, número um, da Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto. -----

----- Alínea c), do número quatro, do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro.-----

----- Artigo trigésimo sétimo, número um, da Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto, regulamentada pela Portaria número duzentos e trinta e três, de dois mil e dezoito, de vinte e um de agosto. -----

56 - PROPOSTA Nº. 463/23 - DCS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA AO CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE SÃO ROMÃO DE CARNAXIDE PARA APOIO À DESLOCAÇÃO DO GRUPO “OS TRAQUINAS” A ESPANHA (BARCELONA E MADRID):-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**, aprovar a atribuição da comparticipação financeira ao Centro Social e Paroquial de São Romão de Carnaxide, no montante de oito mil e trezentos euros para apoio à deslocação do grupo “Os Traquinas” a Espanha (Madrid e Barcelona), entre um e seis de julho de dois mil e vinte e três, para atuarem junto da comunidade de portugueses residentes nas cidades indicadas.-----

-----A minuta de termo de aceitação que enquadrará este apoio.-----

-----Nos termos das alíneas d), f) e h), do número dois, do artigo vigésimo terceiro e alíneas u) e v), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.-----

-----Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, regulamentada pelo Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho.-----

-----Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Decreto-Lei número quatrocentos e trinta e três, de noventa e nove, de vinte e seis de outubro.-----

-----Artigos ducentésimo e ducentésimo segundo, do Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro, que remetem para a alínea c), do número quatro, do artigo quinto e ducentésimo septuagésimo oitavo e seguintes, do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro.-----

-----Artigos segundo, números um e dois, terceiro, número um, quarto, quinto, números um e dois e nono, número um, da Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto.-----

57 - PROPOSTA N.º. 464/23 - DCS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À



Câmara Municipal
de Oeiras

LIGA DOS COMBATENTES - NÚCLEO DE OEIRAS/CASCAIS, PARA APOIO A ATIVIDADES SOCIAIS: -----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**, aprovar a atribuição de uma comparticipação financeira à Liga dos Combatentes - Núcleo de Oeiras/Cascais, no montante de treze mil e quinhentos euros para apoio às atividades sociais que desenvolvem em prol dos ex-combatentes que apoiam.-----

----- O termo de aceitação. -----

----- Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea h) e trigésimo terceiro, número um, alíneas u) e v), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. - -----

----- Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro e artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho. -----

----- Alínea c), do número quatro, do artigo quinto, do Código dos Contratos Públicos. ----

----- Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código de Procedimento e Processo Tributário, e artigo centésimo nonagésimo oitavo, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social.-----

----- Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e três de agosto. -----

----- Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto.-----

58 - PROPOSTA N.º 465/23 - UGPS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À ALZHEIMER PORTUGAL - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE FAMILIARES E AMIGOS DE DOENTES DE ALZHEIMER PARA APOIO AO FUNCIONAMENTO DO GABINETE

CUIDAR MELHOR, DE OEIRAS: -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**, aprovar a atribuição de uma comparticipação financeira à Alzheimer Portugal- Associação Portuguesa de Familiares e Amigos de Doentes de Alzheimer, no valor de vinte mil quinhentos e seis euros e oitenta e cinco cêntimos, para apoio ao funcionamento do Gabinete Cuidar Melhor, de Oeiras, no ano de dois mil e vinte e três. -----

-----Que na eventualidade de o apoio não ser executado na totalidade e havendo necessidade de redução do cabimento, o Serviço informará o Departamento de Finanças e Património sobre o montante a reduzir. -----

-----Nos termos das alíneas d), g) e h), do número dois, do artigo vigésimo terceiro e alíneas o), u) e v), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

-----Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, conjugados com o artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho. -----

-----Artigos centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e de Processo Tributário e centésimo nonagésimo oitavo e ducentésimo décimo terceiro, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social. -----

-----Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto, regulamentada pela Portaria número duzentos e trinta e três, de dois mil e dezoito, de vinte e um de agosto.-- -----

-----Artigos ducentésimo e ducentésimo segundo, do Decreto-Lei número quatro, de dois



Câmara Municipal
de Oeiras

mil e quinze, de sete de janeiro, que remetem para a alínea c), do número quatro, do artigo quinto e ducentésimo septuagésimo oitavo e seguintes, do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro. -----

----- Artigos segundo a quinto e nono, da Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto. -----

59 - PROPOSTA Nº. 466/23 - DCS - APOIO ÀS JUNTAS E UNIÕES DE FREGUESIAS PARA A OPERACIONALIZAÇÃO DE APOIO AOS CUSTOS OPERACIONAIS DA IMPLEMENTAÇÃO DA INTERVENÇÃO E APOIO SOCIAL AOS MUNÍCIPES MAIS VULNERÁVEIS: -----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**, aprovar a atribuição de uma comparticipação financeira no montante global de cinquenta mil euros, para apoio aos custos operacionais da implementação da intervenção e apoio social aos munícipes mais vulneráveis e concretamente: -----

----- União de Freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo - dez mil euros;----- -----

----- União de Freguesias de Carnaxide e Queijas - dez mil euros; -----

----- União de Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias - dez mil euros;- -----

----- Junta de Freguesia de Barcarena - dez mil euros;-----

----- Junta de Freguesia de Porto Salvo - dez mil euros. -----

----- A minuta de termo de aceitação que enquadra esse apoio. -----

----- Submeter à aprovação da Assembleia Municipal. -----

----- Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea h) e vigésimo quinto,

número um, alínea j), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, na redação da Lei número sessenta e nove, de dois mil e quinze, de dezasseis de julho. -----

-----Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, na redação da Lei número vinte e dois, de dois e quinze, de dezassete de março e artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho, na redação do Decreto-Lei número noventa e nove, de dois mil e quinze, de dois de junho.-----

-----Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e do Processo Tributário e artigo centésimo nonagésimo oitavo, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social. -----

60 - PROPOSTA Nº. 467/23 - DCS - ACERTOS RELATIVOS AO PROCESSO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA ÀS UNIÕES DE FREGUESIA E À JUNTA DE FREGUESIA DE PORTO SALVO PARA FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS DE INFÂNCIA - 1º. TRIMESTRE DE 2023:-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**, aprovar a atribuição da comparticipação financeira à União das Freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo, no valor de oito mil quatrocentos e setenta e sete euros e trinta e oito cêntimos e à União das Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias, no valor de trezentos e onze euros e sessenta e dois cêntimos, uma vez que há um défice face ao montante atribuído para o primeiro trimestre de dois mil e vinte e três.-----

-----A reposição, por parte da União das Freguesias de Carnaxide e Queijas, do valor de doze mil duzentos e setenta e nove euros e oitenta e três cêntimos e da Junta de Freguesia de Porto Salvo, do valor de seis mil cento e quarenta e quatro euros e oitenta e três cêntimos, uma



Câmara Municipal
de Oeiras

vez que há valores pagos em excesso, face ao montante atribuído para o primeiro trimestre de dois mil e vinte e três. -----

----- Submeter à aprovação da Assembleia Municipal. -----

----- Nos termos da alínea h), do número dois, do artigo vigésimo terceiro e alínea j), do número um, do artigo vigésimo quinto, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, na redação da Lei número cinquenta, de dois mil e dezoito, de dezasseis de agosto. ---- -----

----- Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, na redação da Lei número vinte e dois, de dois e quinze, de dezassete de março e artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho, na redação do Decreto-Lei número noventa e nove, de dois mil e quinze, de dois de junho. -----

----- Alínea c), do número quatro, do artigo quinto, do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro, na redação do Decreto-Lei número cento e setenta, de dois mil e dezanove, de quatro de dezembro. -----

----- Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e Processo Tributário. -----

61 - PROPOSTA Nº. 468/23 - DCS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À KMT - ASSOCIAÇÃO MOREIRA TEAM PARA 2023, PARA FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DE INTEGRAÇÃO SOCIAL DE CRIANÇAS E JOVENS PERTENCENTES A AGREGADOS FAMILIARES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE: -----

----- Esta proposta, por decisão do **Senhor Presidente** que mereceu a concordância da Câmara, foi retirada da agenda. -----

62 - PROPOSTA Nº. 469/23 - GCI - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA PARA O “CLUSTER” DAS INDÚSTRIAS DA AERONÁUTICA, DO ESPAÇO E DA DEFESA AO ABRIGO DO PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO

**CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO E A ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA PARA O
“CLUSTER” DAS INDÚSTRIAS DA AERONÁUTICA, DO ESPAÇO E DA DEFESA:-----**

-----I - A **Senhora Vereadora Carla Castelo** referiu o seguinte:-----

-----“Eu gostaria de perceber, diz no protocolo que a organização tem ainda como objetivo da promoção recíproca de ambos os outorgantes. -----

-----O que eu gostaria de perceber é, este protocolo, esta comparticipação, no fundo dinheiros públicos, qual é a vantagem para o Município? -----

-----A comparticipação nem sequer é muito elevada. -----

-----Isto tem a ver com a mobilidade aérea que o Município agora tem em marcha essa ideia? -----

-----Também não sabemos nessa questão da mobilidade aérea e do contrato com a Magellan Quinhentos...” -----

-----Interrompendo o **Senhor Presidente**: -----

-----“É sem custos para ambas as partes, isto é outra coisa.”-----

-----O **Senhor Vereador Pedro Patacho** explicou o seguinte: -----

-----“Tentando ir ao encontro das questões da Senhora Vereadora Carla Castelo, começaria por dizer-lhe que ainda há pouco, na interrupção dos trabalhos desta reunião de Câmara, aproveitei a oportunidade para enviar dois “emails” a duas pessoas que estiveram presentes nos AED Days, um empreendedor suíço e um empreendedor japonês, que manifestaram interesse em sediar as suas “startups” em Oeiras, no Taguspark, e nessa sequência em enviei-lhes agora um “email” de “follow up” para nos mantermos em contacto nas próximas semanas.-----

-----Dou este exemplo para dizer que, num Concelho como Oeiras, com aproximadamente quinhentas e trinta empresas por quilómetro quadrado, com vinte e sete mil milhões de euros de volume de negócios, com uma presença fortíssima nos setores económicos



Câmara Municipal
de Oeiras

da biotecnologia e das tecnologias de informação e comunicação, com uma grande quantidade de empresas a crescerem e a prestarem serviços na área da ciber-segurança, da criação de “software” e de muitos outros serviços de IT. -----

----- É de toda a relevância atrair para o Concelho eventos de grande dimensão que chamam ao nosso território os principais “players” internacionais e nacionais em determinados setores económicos, é o caso dos AED Days, os AED Days são a maior conferência nacional sobre a aeronáutica, espaço e defesa, que são áreas de grande pujança e desenvolvimento económico consideradas prioritárias pelas agendas estratégicas do Governo português e pelas agendas mobilizadoras da Europa e, portanto, esse protocolo visou criar condições para fixação no nosso território durante cinco anos, dessa grande conferência. -----

----- O interesse é manifesto naquilo que é o contributo de um evento desses para o aceleramento e para o desenvolvimento das dinâmicas empresariais do nosso Concelho, para a atração de mais organizações empresariais, mais emprego, mais investimento para o nosso Concelho e isto que aconteceu nesta edição, tem acontecido todos os anos, ou seja, todos os anos o GATPI, o meu Gabinete, o Gabinete da Ciência e Inovação e o Taguspark são contactados por novas “startups” e por empresas que visitam os AED Days e que manifestam interesse em criar condições para se fixarem no nosso território, de resto, o Município tem no âmbito da sua estratégia para a Ciência e dentro dela o Plano de Ação para a Aeronáutica, Espaço e Defesa que foi apresentado no mandato anterior, numa reunião de Câmara, tem vindo a trabalhar numa ação âncora que é a criação de um centro de inovação colaborativa em aeronáutica espaço e defesa a sediar no Taguspark, que tem como parceiros lançadores, o Instituto Superior Técnico, o Instituto de Soldadura e Qualidade e algumas empresas do nosso Concelho e também no contexto do desenvolvimento desse projeto é extraordinariamente importante estarmos próximos dos agentes económicos, no sentido de os mobilizar para essa agenda de inovação colaborativa que vamos desenvolver através desse Centro de Inovação.” -----

-----II - A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Pedro Patacho**, aprovar a atribuição de comparticipação financeira no montante de vinte e nove mil setecentos euros e oitenta um cêntimos, à Associação Portuguesa para o “Cluster” das Indústrias da Aeronáutica, do Espaço e da Defesa. -----

-----Nos termos das alíneas d), e) e m), do número dois, do artigo vigésimo terceiro e alíneas o) e u), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

-----Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro e no artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho. -----

-----Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e do Processo Tributário e artigo centésimo nonagésimo oitavo, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social. -----

-----Artigos segundo, números um e dois, terceiro, número um, quarto, quinto, números um e dois e nono, número um, da Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto. -----

-----Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto.-----

63 - PROPOSTA Nº. 470/23 - GCI - CONTRATO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA ENTRE O MUNICÍPIO DE OEIRAS E A UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA RELATIVO À CONSTRUÇÃO/INSTALAÇÃO DOS LABORATÓRIOS DO “CATÓLICA BIOMEDICAL RESEARCH CENTRE (CBR)”, NO PISO 3 DO EDIFÍCIO DA BIBLIOTECA DO INSTITUTO GULBENKIAN DE CIÊNCIA (IGC):-----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- I - A **Senhora Vereadora Susana Duarte** fez a seguinte intervenção: -----

----- “O PSD não põe em causa a importância destes laboratórios e saudamos o apoio à ciência e tecnologia até porque o Vereador já pôde aqui referir o que o próprio Município tem feito, no entanto, temos aqui uma questão, que já falámos disso noutra reunião de Câmara e nós sabemos que está em marcha a fusão entre o Instituto Gulbenkian de Ciência e o Instituto de Medicina Molecular, questionamos se este investimento que agora é feito que visa o IGC se significa que não irá sair deste espaço em Oeiras e que os edifícios, apesar de a tal fusão irão continuar a ser utilizados para o desenvolvimento destas mesmas atividades.” -----

----- O **Senhor Vereador Pedro Patacho** esclareceu o seguinte:-----

----- “Eu gostaria só de dizer que as decisões das instituições para onde é que vão, onde é que ficam e com quem é que se fundem ou não se fundem, são questões internas das instituições, eu queria recordar que o ITQB Nova foi incubado no IGC, a Fundação Champalimaud foi incubada no IGC e o que aqui está agora em causa é a incubação da Escola de Formação Avançada em Biomedicina, da Católica, no IGC ou seja, o “Biomedical Institute Research”.-----

----- É um processo que se prevê que seja desenvolvido num período de quatro a cinco anos, mais ou menos, após o qual se prevê que libertem as instalações, mas permaneçam no Concelho de Oeiras. -----

----- Este apoio do Município de Oeiras à incubação deste Centro de Investigação e Formação Avançada tem, conforme está escrito na proposta, uma contrapartida para o Município de serviços prestados pela Universidade Católica ao longo de quatro anos, de valor económico equivalente à participação que se está a propor e não está desligado de uma outra coisa muitíssimo importante que já foi noticiada na comunicação social, mas que será apresentada com maior detalhe em breve, que é a recente aprovação no Programa Time da Comissão Europeia de um financiamento à volta de dezassete milhões de euros para a criação de uma nova unidade orgânica da Universidade Nova em Biomedicina que tem o “match funding” do Governo

Português de igual valor, o que significa um volume de investimento de trinta e cinco milhões de euros, para criar essa nova escola, há trabalho nesse sentido, que será criada aqui em Oeiras, havendo já entendimento entre a Universidade Católica e a Universidade Nova de Lisboa no sentido do futuro “Biomedical Católica Research Institute” vir a integrar esse programa da Nova e acrescentar valor a essa criação de massa crítica em Biomedicina, portanto, o que nós estamos aqui a fazer é a apoiar o processo de incubação, dando um determinado período de tempo, tem uma contrapartida em serviços prestados igual ao valor da participação que está a apoiar a incubação na perspetiva já acordada entre a Universidade Nova e Universidade Católica, de esta a integrar o reforço do “cluster” em Ciências da Vida, na Quinta de Cima com esse investimento previsto de trinta e cinco milhões de euros. “-----

-----A **Senhora Vereadora Carla Castelo** questionou o seguinte:-----

-----“Que tipo de serviços é que a Universidade Católica vai prestar? -----

-----Eu compreendo que sejam as universidades, enfim, as instituições a tomar decisão sobre se ficam ou não num terminado Concelho, mas a Câmara já questionou o Instituto Gulbenkian da Ciência sobre isso e se há realmente essa intenção de saída?-----

-----Pelos vistos, pelo que disse agora, depois uma entrada com essa nova escola aqui em Oeiras e já agora também gostava de saber em que zona está a ser pensada a criação dessa escola.”-----

-----O **Senhor Vereador Pedro Patacho** acrescentou:-----

-----“Conforme consta na proposta de deliberação, a dada altura diz: “...O plano de ação-contrapartidas proposto, delinea um conjunto de atividades a serem organizadas e implementadas pelo “CBR - Católica Biomedical Research”, durante três anos letivos conforme Anexo V, portanto, estão explicitadas no anexo cinco da proposta de deliberação e que implicam coisas como, por exemplo, no Eixo um da nossa Agenda Estratégica para a Ciência vários programas de trabalho como: “Eu sou STEAM: Programa de Literacia Académica”; “Mind



Câmara Municipal
de Oeiras

Dates: Programa de Mentoria para alunos pré-universitário”; “Job Shadowing: Quem faz Ciência?”; “Workshop de Ilustração Científica”; “Hands-on & Minds-on: Kits experimentais para alunos do ensino secundário”; “Café com Saúde - Seminários de Educação para a Saúde”. --

----- O programa dedicado ao Eixo três - Ciência e Internacionalização, que visa apoiar a internacionalização da ciência e inovação que se faz em Oeiras e promover intensamente o Concelho e a Região na área da ciência e inovação, compreende: “Palestras TRAILBLAZER em Desafios Globais” ”, que trarão ao nosso Concelho várias individualidades a nível mundial na área das Ciências Biomédicas e dos grandes desafios do futuro, enfim, um conjunto vasto de atividades em vários eixos de desenvolvimento para vários públicos, incluindo de forma muito expressiva o público escolar dos vários níveis de ensino nesta grande Área das Ciências da Vida e das Ciências Biomédicas, atividades essas que se nós tivéssemos de ir buscar a parceiros no mercado teriam esse valor.” -----

----- A **Senhora Vereadora Carla Castelo** observou: -----

----- “Não sei se podem responder às outras duas questões.-----

----- Se realmente já falaram com a Instituto Gulbenkian de Ciência relativamente à saída do Concelho. -----

----- E a outra, como o Senhor Vereador disse que seria criada aqui em Oeiras essa nova escola com a Universidade Católica e a Nova, se já há um local pensado para a criação dessa escola aqui em Oeiras.” -----

----- O **Senhor Presidente** esclareceu: -----

----- “Não há nenhuma informação rigorosa relativamente ao Instituto Gulbenkian de Ciência. Uns dizem que sai, outros dizem que não sai. Há pessoas da Gulbenkian de Ciência que consideram que o Instituto devia ser integrado no Instituto de Medicina Molecular da Universidade de Lisboa. Há outros que entendem que deve ficar onde está e outros entendem que deve sair de onde está, porque está obsoleto o edifício e deve ser construído um edifício novo. ---

-----Ainda não há muitos meses, o Administrador veio ter comigo para ver se arranjávamos um terreno onde eles pudessem construir, foi-lhes indicado um terreno na Estação Agronómica Nacional, porque este edifício que ali está não corresponde às necessidades atuais, é a razão, porque a Universidade Católica tem que fazer obras para se instalar, portanto, até agora, não há nada.-----

-----Se o Instituto Gulbenkian de Ciência sair de Oeiras, desaparece enquanto Instituto Gulbenkian de Ciência, na realidade é do que estamos a falar, se sair de Oeiras acabou, é porque a Gulbenkian deixou de investir nessa área e, portanto, a ser integrado no Instituto de Medicina Molecular acabou o Instituto Gulbenkian de Ciência, mas não há informações sobre essa matéria.

-----Relativamente à outra Universidade julgo que é a MS, não sei se é assim que se chama.”-----

-----O **Senhor Vereador Pedro Patacho** referiu o seguinte:-----

-----“Senhor Presidente estamos a falar de um novo Instituto criado no contexto do Programa da Nova. -----

-----Deixe-me só dizer Senhora Vereadora, porque há pouco juntou as duas coisas. É um projeto da Nova, uma nova Instituição da Nova, a Universidade Católica será parceira, não haverá fusão dos projetos, quer ser parceira no mesmo local, mas são projetos diferentes.”-----

-----II - A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e abstenção da Senhora Vereadora Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Pedro Patacho**, aprovar a revogação da deliberação tomada, por unanimidade, na reunião de Câmara do passado dia vinte e oito de setembro de dois mil e vinte e dois, a coberto da proposta de deliberação número oitocentos e vinte e cinco, de dois mil e vinte e dois, pelo qual foi aprovada a minuta do Memorando de Entendimento que institui a plataforma base de



Câmara Municipal
de Oeiras

entendimento, coordenação e colaboração entre a Universidade Católica Portuguesa e o Município de Oeiras. -----

----- A celebração do Contrato de Participação Financeira entre o Município de Oeiras e a Universidade Católica Portuguesa, relativo à construção/instalação dos Laboratórios do “Católica Biomedical Research Centre”, no piso três, do edifício da Biblioteca do Instituto Gulbenkian de Ciência, em Oeiras.-----

----- A atribuição da participação financeira no montante global de um milhão seiscentos e quarenta mil setecentos e sessenta e dois euros e cinquenta e seis cêntimos, a disponibilizar da seguinte forma: -----

----- Vinte e quatro vírgula quatro por cento, ou seja, quatrocentos mil euros na data da assinatura do contrato;-----

----- Trinta e seis vírgula seis por cento, ou seja, seiscentos mil euros, até trinta de junho de dois mil e vinte e quatro; -----

----- Os restantes trinta e nove por cento, ou seja, seiscentos e quarenta mil e setecentos e sessenta e dois euros e cinquenta e seis cêntimos, até trinta de junho de dois mil e vinte e cinco. -

----- Submeter a aprovação da Assembleia Municipal, que a despesa a realizar tenha a seguinte repartição plurianual: -----

----- Quatrocentos mil euros, a executar durante o ano de dois mil e vinte e três; -----

----- Seiscentos mil euros, a executar durante o ano de dois mil e vinte e quatro; -----

----- Seiscentos e quarenta mil e setecentos e sessenta e dois euros e cinquenta e seis cêntimos, a executar durante o ano de dois mil e vinte e cinco.-----

----- Designar o Chefe de Divisão do Gabinete de Ciência e Inovação, como gestor deste contrato. -- -----

----- Remeter a presente deliberação, conjuntamente com o contrato aprovado, ao Tribunal de Contas. -----

-----Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alíneas d), e) e m) e trigésimo terceiro, número um, alíneas o) e u), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, na redação da Lei número cinquenta, de dois mil e dezoito, de dezasseis de agosto.-

-----Alínea e), do número um, do artigo terceiro, da Lei número trinta e sete, de dois mil e treze, de vinte e dois de agosto.-----

-----Alíneas b) e c), do número um e número dois, do artigo quadragésimo sexto e artigo quadragésimo oitavo, da Lei de Organização e Processo no Tribunal de Contas.-----

-----Artigos quinto, sexto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro e artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho, na redação do Decreto-Lei número noventa e nove, de dois mil e quinze, de dois de junho.-----

-----Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e do Processo Tributário e artigo centésimo nonagésimo oitavo, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social. -----

-----Artigos segundo, números um e dois, terceiro, número um, quarto, quinto, números um e dois e nono, número um, da Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto. -----

-----Artigo ducentésimo nonagésimo-A, do Código dos Contratos Públicos. -----

-----III - A **Senhora Vereadora Susana Duarte** fez a seguinte declaração de voto: -----

-----“O PSD não põe em causa a importância destes laboratórios, até porque saudamos o apoio à Ciência e Tecnologia que o Município tem feito. -----

-----Contudo esta proposta suscitou-nos uma questão que já aqui expressamos e que não obtivemos resposta. Tendo em conta que esta em marcha a fusão do Instituto Gulbenkian de Ciência com o Instituto de Medicina Molecular, questionamos se este investimento agora feito significa que o IGC não irá sair deste espaço em Oeiras e que estes edifícios apesar da fusão iram



Câmara Municipal
de Oeiras

continuar a ser utilizados para o desenvolvimento destas atividades?” -----

64 - PROPOSTA Nº. 471/23 - GCI - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA (ITQB-NOVA) E À FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN (IGC), NO ÂMBITO DA EOCT 2020-25: -----

----- I - A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Pedro Patacho**, aprovar a atribuição da comparticipação financeira no montante de duzentos e sessenta e um mil novecentos e vinte e um euros e cinquenta cêntimos, à Fundação Calouste Gulbenkian (FCG) - Instituto Gulbenkian de Ciência (IGC) correspondente ao primeiro semestre de dois mil e vinte e três. -----

----- A atribuição da comparticipação financeira no valor de duzentos e dezoito mil trezentos e noventa euros e cinquenta cêntimos, à Universidade Nova de Lisboa - Instituto de Tecnologia Química e Biológica António Xavier (ITQB NOVA) correspondente ao primeiro semestre de dois mil e vinte e três, cujas finalidades se enquadram nos Eixo um - Ciência, Educação e Sociedade, Eixo dois - Ciência e Inovação e Eixo três - Ciência e Internacionalização inseridos na estratégia Oeiras Ciência e Tecnologia. -----

----- Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alíneas d), e) e m) e trigésimo terceiro, número um, alíneas o), u) e ff), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, na redação da Lei número sessenta e seis, de dois mil e vinte, de quatro de novembro. -----

----- Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, na redação da Lei número vinte e dois, de dois e quinze, de dezassete de março, regulamentada pelo Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de

junho, na redação do Decreto-Lei número noventa e nove, de dois mil e quinze, de dois de junho.

-----Alínea c), do número quatro, do artigo quinto, do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro.-----

-----Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e do Processo Tributário e artigo centésimo nonagésimo oitavo, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social.-----

-----Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto, regulamentada pela Portaria número duzentos e trinta e três, de dois mil e dezoito, de vinte e um de agosto.--

-----Artigos segundo, números um, dois e três, alínea c), terceiro, número um, quarto, quinto, números um e dois e nono, número um, da Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto.-----

-----II - A **Senhora Vereadora Carla Castelo** fez a seguinte declaração de voto:-----

-----“Votamos a favor pelo mérito da proposta, não deixando de alertar para que está em falta o documento de Registo Central de Beneficiários Efetivos da Entidade Beneficiária: Universidade Nova de Lisboa (Instituto de Tecnologia Química e Biológica António Xavier - ITQB NOVA).”-----

65 - PROPOSTA N.º. 472/23 - UJ - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À ASSOCIAÇÃO PROATLÂNTICO, PARA REALIZAÇÃO DE INTERCÂMBIOS DE JOVENS EM ESPANHA:-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Pedro Patacho**, aprovar a atribuição de comparticipação financeira à Associação Proatlântico, no valor de mil e



Câmara Municipal
de Oeiras

quatrocentos euros, destinada a apoiar o intercâmbio (com Espanha) de dezoito jovens residentes e/ou estudantes no Concelho de Oeiras e dois animadores.-----

----- A atribuição de comparticipação financeira à Associação Proatlântico fica condicionada à prova por esta a realizar de que os jovens inscritos no intercâmbio são residentes ou estudantes no Concelho de Oeiras. -----

----- Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alíneas f) e h) e trigésimo terceiro, número um, alíneas o) e u), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.-----

----- Alínea c), do número quatro, do artigo quinto, do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro. -----

----- Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, na redação da Lei número vinte e dois, de dois e quinze, de dezassete de março e artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho, na redação do Decreto-Lei número noventa e nove, de dois mil e quinze, de dois de junho.-----

----- Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e do Processo Tributário e artigo centésimo nonagésimo oitavo, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social.-----

----- Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto, regulamentada pela Portaria número duzentos e trinta e três, de dois mil e dezoito, de vinte e um de agosto.- -----

----- Artigos segundo, números um, dois e três, alínea c), terceiro, número um, quarto, quinto, números um e dois e nono, número um, da Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto. -----

66 - PROPOSTA Nº. 473/23 - DE - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À ASSOCIAÇÃO ANTÓNIO RAMALHO BOXING SPIRIT, PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO

“PROJETO APRENDE E CONSTRÓI-TE”, NA OPERAÇÃO INTEGRADA LOCAL (OIL) DE CARNAXIDE E QUEIJAS, NO ÂMBITO DO PRR:-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Pedro Patacho**, aprovar a atribuição de comparticipação financeira à Associação António Ramalho Boxing Spirit, no valor de setenta e quatro mil e novecentos euros, para a implementação do “Projeto Aprende e Constrói-te” na Operação Integrada Local de Carnaxide e Queijas, constituindo uma despesa plurianual com os seguintes efeitos financeiros: -----

-----Para o ano dois mil e vinte e três: -----

----- - Dezasseis mil seiscentos e quarenta e quatro euros e cinquenta cêntimos, correspondente a cinquenta por cento do valor anual, com a assinatura do contrato-programa; ----

----- - Dezasseis mil seiscentos e quarenta e quatro euros e cinquenta cêntimos, correspondente a cinquenta por cento do valor anual, com a entrega do primeiro relatório financeiro semestral.-----

-----Para o ano dois mil e vinte e quatro:-----

-----Doze mil quatrocentos e oitenta e três euros e cinquenta cêntimos, correspondente a cinquenta por cento do valor anual, com a entrega do segundo relatório financeiro semestral; ----

-----Doze mil quatrocentos e oitenta e três euros e cinquenta cêntimos, correspondente a cinquenta por cento do valor anual, com a entrega do terceiro relatório financeiro semestral.-----

-----Para o ano dois mil e vinte e cinco:-----

-----Oito mil trezentos e vinte e dois euros, correspondente a cinquenta por cento do valor anual, com a entrega do quarto relatório financeiro semestral; -----

-----Sete mil quatrocentos e oitenta e nove euros e oitenta cêntimos, correspondente a



Câmara Municipal
de Oeiras

quarenta e cinco por cento do valor anual, com a entrega do quinto relatório financeiro semestral;

----- Oitocentos e trinta e dois euros e vinte cêntimos, correspondente a cinco por cento do valor anual, com a entrega do relatório final do projeto. -----

----- A minuta do contrato programa. -----

----- A designação de Chefe da Divisão de Desenvolvimento da Política Educativa, como gestor do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste contrato.-----

----- Nos termos do Decreto-Lei número vinte e nove-B, de dois mil e vinte e um, de quatro de maio. -----

----- Portaria número cinquenta e três-A, de dois mil e vinte e dois, de vinte e quatro de janeiro.-----

----- Portaria número cento e noventa e três, de dois mil e vinte e um, de quinze de setembro. - -----

----- Artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea h) e trigésimo terceiro, número um, alíneas d), r) e u), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

----- Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro e artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho. -----

----- Artigos segundo, números um e dois, terceiro, número um, quarto e quinto, números um e dois e nono, número um, da Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto. -----

----- Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e do Processo Tributário e artigos centésimo nonagésimo oitavo e ducentésimo décimo terceiro, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social. -----

----- Artigos ducentésimo e ducentésimo segundo, do Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro.-----

-----Código dos Contratos Públicos, artigo quinto, número quatro, alínea c).-----

-----Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto, regulamentada pela Portaria número duzentos e trinta e três, de dois mil e dezoito, de vinte e um de agosto.-- -----

67 - PROPOSTA N.º 474/23 - DPOC - RATIFICAÇÃO DA 10.ª. ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL PERMUTATIVA:-----

-----I - A **Senhora Vereadora Carla Castelo** referiu o seguinte:-----

-----“Fala-se nesta alteração da despesa com a restituição das condições prévias ao aterro de Porto Salvo, aquele aterro que foi construído em área de Reserva Ecológica Nacional. -----

-----Certamente, não será a única razão para esta alteração orçamental, mas considerando que houve uma substancial alteração do preço, o preço base posto a concurso foi de quatrocentos e oitenta e nove mil euros e passou para trezentos e oitenta mil euros, qual é a justificação para a necessidade de haver trabalhos complementares? -----

-----Já agora, gostaria de saber quando é que as condições prévias ao aterro serão garantidas e nunca chegámos a saber, além da zona do Alto da Montanha, que já verificámos que alguma está a ser colocada ali, para onde é que aquela terra está a ser levada.”-----

-----O **Senhor Presidente** esclareceu o seguinte:-----

-----“De acordo com a informação que tenho, são necessários esses trabalhos complementares, porque inicialmente de acordo com os estudos feitos, previa-se a remoção de terras até a uma determinada altura, e entendeu-se ir mesmo à base, retirar todas as terras que ali estavam, ficando apenas um depósito suficiente para as plantações, portanto, foi-se mais além do que aquilo que estava previsto, é essa a razão dos trabalhos complementares, e eu julgo que, se bem me lembro, terá sido informada a CCDR que havia aqui um atraso de um mês.”-----

-----A **Senhora Vereadora Joana Baptista** atalhou o seguinte:-----

-----“Foi informada a CCDR e foi aprovada a prorrogação de prazo.”-----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- A **Senhora Vereadora Carla Castelo** questionou o seguinte: -----

----- “E as terras estão a ser levadas para onde?” -----

----- O **Senhor Presidente** respondeu o seguinte: -----

----- “As terras estão a ser levadas para o Alto da Montanha onde a Câmara Municipal teria que fazer um aterro correspondente e, curiosamente, ia comprar as terras, porque não as tinha lá, portanto, como veem, é uma coisa extraordinária, há males que vêm por bem, pelos vistos, porque aproveitámos aquelas terras para colocar no local, porque tínhamos de comprar terras para fazer a planimetria do parque urbano, onde vai nascer o parque urbano com cerca de doze hectares.”-----

----- A **Senhora Vereadora Carla Castelo** perguntou o seguinte: -----

----- “A Câmara tinha de fazer um aterro no Alto da Montanha para fazer um parque urbano? --- -----

----- O **Senhor Presidente** respondeu o seguinte: -----

----- “Sim, com deposição de terras, porque caso contrário ficava com uma ribanceira que não era utilizada por ninguém. -----

----- Para fazer o projeto do plano do parque urbano tinha de ter um depósito de terras, aliás, que é vulgar, nós vamos fazer um parque, está o projeto também avançado, no Taguspark, vamos ter que fazer um grande depósito de terras. -----

----- Por exemplo, no Taguspark já sabemos que vamos ter que encontrar terras para fazer uma deposição de terras para tapar um buraco que está lá, um acidente que há lá, justamente, para fazerem a planimetria para o parque urbano do Instituto Superior Técnico. -----

----- Aliás, na Câmara Municipal até temos de começar a pensar, já deveríamos ter pensado, em ter um espaço, um terreno, onde possamos acolher dois tipos de terras, terras inertes, normais, e terra vegetal, de maneira que, quando é preciso depositar e fazer um aterro em qualquer lado, utiliza-se as terras inertes propriamente dito e depois temos de ter terra vegetal

para fazer um revestimento de quarenta ou cinquenta centímetros para poder fazer plantações. ---

-----As pessoas nem têm a noção da quantidade de terra vegetal que às vezes, em certas construções que há por aí, terra vegetal que vai para as pedreiras de Sesimbra e depois a Câmara Municipal tem que estar a comprar terra vegetal em Sintra ou noutros sítios, porque é em Sintra que estão os maiores produtores de terra vegetal.-----

-----Por exemplo, a relva vem muito de Alvalade, do Sado, onde fazem muitas plantações, a relva que vai para os campos de futebol e para os jardins, quando temos pressa, em vez de estar a semear, planta-se a relva e fica logo ótima.-----

-----Não se tem às vezes a noção da terra vegetal que é misturada com inertes e que se perde e depois temos que andar a comprar terra vegetal, portanto, isto é como as “rulotes”, temos de pôr as “rulotes” todas a mexer, que estão a ocupar espaço, quando deviam lá estar automóveis.”-----

-----II - A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e voto contra da Senhora Vereadora Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vice-Presidente**, ratificar o despacho de vinte e cinco de maio de dois mil e vinte e três exarado na informação número INT-CMO/dois mil e vinte e três/onze mil cento e quarenta e oito, referente à décima alteração orçamental permutativa de dois mil e vinte e três, no valor movimentado de um milhão duzentos e noventa e três mil duzentos e noventa e oito euros e cinquenta e quatro cêntimos, na despesa.-----

-----Nos termos do ponto oito ponto três ponto um ponto cinco, das considerações técnicas anexas ao Decreto-Lei número cinquenta e quatro-A, de noventa e nove, de vinte e dois de fevereiro.-----

-----Alínea d), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco,



Câmara Municipal
de Oeiras

de dois mil e treze, de doze de setembro.-----

----- III - A **Senhora Vereadora Carla Castelo** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “Não podemos deixar de votar contra esta ratificação que revela claramente que a Câmara lançou o concurso por um determinado valor, que depois reduziu bastante, e agora como aliás era facilmente previsível não é suficiente e temos trabalhos complementares. A Câmara Municipal de Oeiras deveria ter orçamentado devidamente a retirada das terras, para depois não ter de vir fazer alterações orçamentais.” -----

68 - PROPOSTA N.º. 475/23 - DTGE - FEIRA DAS FESTAS DE OEIRAS 2023 - RECONHECIMENTO DE BENEFÍCIO TRIBUTÁRIO DE REDUÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXA DEVIDA PELA OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO: -----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vice-Presidente**, aprovar e submeter à Assembleia Municipal:-----

----- A aceitação da redução da cobrança, através da redução da área, a favor do requerente com o restaurante “Quinito”, com o valor final de cinco mil quinhentos e noventa e quatro euros e quarenta cêntimos; -----

----- O desconto de vinte por cento sobre a taxa da ocupação do espaço público e aceitação do pagamento faseado em duas tranches, a favor do requerente com o divertimento “Mini Montanha O Dragão”, com o valor final de onze mil dezasseis euros e oitenta e sete cêntimos; - -----

----- O desconto de vinte por cento sobre a taxa da ocupação do espaço público, a favor do requerente com o divertimento “Wonderland”, com o valor final de três mil cento e cinquenta e dois euros e setenta e quatro cêntimos; -----

-----O desconto de vinte por cento sobre a taxa da ocupação do espaço público, a favor do requerente com o bar “Gaivota”, com o valor final de cinco mil trezentos e setenta euros e sessenta e dois cêntimos; -----

-----A aceitação do pagamento do valor de dois mil quinhentos e dezassete euros e quarenta e oito cêntimos, faseado em duas tranches, a favor do requerente com o bar “Bar do Tó”, “Progress Summer Unipessoal, Limitada”; -----

-----A aceitação do pagamento do valor de mil duzentos e sessenta e seis euros e quarenta e um cêntimos, faseado em duas tranches, a favor do requerente com o divertimento “Funworld Superblocks”.-----

-----Nos termos do artigo trigésimo oitavo, do Regulamento de Permissões Administrativas, Taxas e Outras Receitas do Município de Oeiras, conjugado com os artigos vigésimo quinto, número um, alínea c), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro e artigos décimo quinto, alínea d) e décimo sexto, número dois, da Lei número setenta e três, de dois mil e treze, de três de setembro, na redação da Lei número quarenta e dois, de dois mil e dezasseis, de vinte e oito de dezembro. -----

-----Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e do Processo Tributário.- -----

69 - PROPOSTA Nº. 476/23 - DTGE - “FESTIVAL NOS ALIVE 2023” - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA, APOIO LOGÍSTICO E ISENÇÃO DE TAXAS:-----

-----I - A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e voto contra da Senhora Vereadora Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vice-Presidente**, aprovar a atribuição de comparticipação financeira para a realização do evento “Festival NOS Alive”, no valor de trezentos e quarenta e nove mil euros, cujo destino é a



Câmara Municipal
de Oeiras

comparticipação nos custos com a organização do festival. -----

----- O pagamento da ocupação do terrapleno de Algés à Administração do Porto de Lisboa, no valor estimado de setenta e nove mil euros, mais IVA. -----

----- A emissão das licenças camarárias necessárias e isenção das taxas municipais cuja estimativa se cifra nos treze mil novecentos e dezasseis euros e sessenta cêntimos e a remessa da proposta de isenção de taxas para aprovação da Assembleia Municipal de Oeiras. -----

----- Assegurar os apoios logísticos ao nível da preparação prévia do recinto (terraplanagem, compactação e desmatação), limpeza urbana prévia e posterior ao evento, disponibilização de contentores, recolha de lixo, apoio da equipa “Jovens em Movimento”, disponibilização de mil e quatrocentas baias, plantas e apoio à comunicação. -----

----- O pagamento dos consumos e contadores de água à Luságua e reembolso posterior por parte do promotor cuja estimativa é de dezanove mil euros. -----

----- Garantir o serviço de apoio dos Bombeiros Voluntários de Algés e do Dafundo e cuja estimativa é de vinte mil euros. -----

----- A minuta do protocolo de colaboração a celebrar entre o Município de Oeiras e a “Everything is New, Limitada”. -----

----- A designação de técnico superior da Divisão de Turismo e Gestão de Eventos (DTGE) como gestor do contrato, com a função de acompanhar, permanentemente, a execução deste protocolo. -----

----- Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alíneas e) e f), vigésimo quinto, número um, alínea c) e trigésimo terceiro, número um, alíneas o), u) e ccc), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

----- Artigos décimo quinto, alínea d) e décimo sexto, número dois, da Lei número setenta e três, de dois mil e treze, de três de setembro. -----

----- Artigo trigésimo oitavo e artigo trigésimo nono, do Regulamento de Permissões

Administrativas, Taxas e Outras Receitas do Município de Oeiras, publicado pelo Regulamento número trezentos e sessenta e quatro, de dois mil e doze, no Diário da República, segunda série, número cento e cinquenta e sete, de catorze de agosto de dois mil e doze, sem prejuízo do previsto no artigo quadragésimo primeiro do mesmo Regulamento.-----

-----Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro e artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho.-----

-----Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código de Procedimento e de Processo Tributário e artigo centésimo nonagésimo oitavo, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social. -----

-----Artigos ducentésimo e ducentésimo décimo segundo, do Código do Procedimento Administrativo e artigos quinto, número quatro, alínea c) e ducentésimo septuagésimo oitavo e seguintes, do Código dos Contratos Públicos.-----

-----Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto, regulamentada pela Portaria número duzentos e trinta e três, de dois mil e dezoito, de vinte e um de agosto.-- -----

-----Artigos segundo, números um e dois, terceiro, número um, quarto, quinto, números um e dois e nono, número um, da Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto. -----

-----II - A **Senhora Vereadora Carla Castelo** fez a seguinte declaração de voto:-----

-----“É positivo haver festivais de música em Oeiras e o Grupo Evoluir Oeiras é a favor da existência de iniciativas culturais de grande dimensão ou mais pequenas, mas esta participação é excessiva sem reais contrapartidas para a população de Algés. Há quinze anos que o NOS Alive se realiza em Algés. A Câmara quando apoia desta forma um evento deve solicitar à empresa promotora do evento contrapartidas para a localidade onde este se realiza.



Câmara Municipal
de Oeiras

Tendo em conta os avultados contributos financeiros, logísticos e de recurso internos da Câmara que o Município tem dado e perante as reclamações de munícipes de Algés, relacionadas com o ruído, os resíduos, o congestionamento, entre outras, seria natural que houvesse alguma contrapartida pelo transtorno sentido pelos moradores.”-----

----- Neste momento saiu definitivamente da sala o **Senhor Vereador Pedro Patacho**. ---

70 - PROPOSTA Nº. 477/23 - DFP - REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE BENEFÍCIOS FISCAIS APLICÁVEIS A IMPOSTOS DO MUNICÍPIO DE OEIRAS - APROVAÇÃO FINAL: --

----- I - A **Senhora Vereadora Carla Castelo** mencionou o seguinte: -----

----- “Antes de mais só podemos lamentar a não inclusão da proposta que a Associação Evoluir Oeiras enviou na consulta pública, fui eu que enviei em representação da Associação Evoluir Oeiras e também lamentar que tendo nós participado nessa consulta pública, nunca nos foi remetido o relatório da dita consulta pública, isto é recorrente em Oeiras e fazer consultas públicas assim, enfim, aliás, primeiro devia vir aqui o relatório de ponderação da consulta pública e só depois a proposta de aprovação do regulamento. -----

----- Relativamente ao que é dito para não incluir aquilo que foi a nossa proposta neste regulamento de isenções e benefícios fiscais:-----

----- - Sobre o ponto A, na verdade, caberia à própria Câmara analisar o impacto na receita, sendo que os benefícios fiscais têm outras vantagens para os Municípios, interesse público, combate às alterações climáticas, aumento de eficiência energética, porque nem tudo se resume pura e simplesmente à receita. -----

----- - Sobre o ponto B, o facto de ser cumulável não o torna redundante, pois, refere-se a benefícios fiscais aplicados exclusivamente pelos Municípios, se assim fosse, mais valia então os Municípios não terem esta competência e se o fundo ambiental financia, não aplica benefícios fiscais, é um benefício, no fundo, que se prolonga no tempo este dos benefícios fiscais que o Município poderia dar. -----

----- - Sobre o ponto C, se é possível provar a eficiência energética, o mesmo também é possível verificar nos termos em que apresentamos a proposta, desde logo, por exemplo, porque a criação de uma comunidade de energia renovável está sujeita a licenciamento e o mesmo para a produção de energia solar, portanto, consideramos que a nossa proposta era válida, poderíamos em vez de criar um novo artigo, podíamos incluí-la no artigo oito de forma a complementar a questão da eficiência energética, mas consideramos que era válida e lamentamos que não tenha sido tida em conta e, para além disso, nem sequer tenhamos recebido o relatório da ponderação da consulta pública.” -----

-----O **Senhor Presidente** disse: -----

-----“Eu recebi a vossa proposta e, por acaso, a minha primeira reação até despachei, está lá o despacho, em que eu remeto para os Serviços para aceitarem a vossa proposta, porque também me pareceu razoável, pareceu-me que era uma boa proposta e eu da minha parte aceitei a proposta e disse, considerem esta proposta, porque me parece correta e mandei para o Gabinete Jurídico, só que, entretanto, os Serviços analisam globalmente esta medida, têm que o fazer de uma forma integrada e chegaram à conclusão que era uma redundância, que não fazia sentido.” --

-----A **doutora Paula Saraiva** esclareceu: -----

-----“A questão principal que nos suscitou a sua proposta é uma questão de abrangência, ou seja, nós não podíamos nunca considerar um qualquer equipamento, porque qualquer equipamento que se comprasse por cem ou duzentos euros no “Leroy”, por exemplo, aliás, estou a usar as palavras do Diretor Financeiro que até se deu ao trabalho de ir ao “Leroy” ver o tipo de equipamentos que há e o preço deles suscetíveis de enquadrarem a sua proposta, que é tão abrangente que não sabemos o que estava lá.-----

-----Primeiro, esses equipamentos até dão luz no jardim e davam logo uma isenção ou uma redução fiscal significativa. -----

-----Que tipo de equipamento é que consideraríamos?-----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- A sua proposta era de uma abrangência que nós não conseguimos avaliar.-----

----- Essa foi a primeira questão que nos suscitou, foi a abrangência da sua proposta que não a compreendemos. -----

----- Segundo, bastava uma fatura? -----

----- Eu vou ao “Leroy” comprar um equipamento desses apresento a fatura ao Município e isso vai dar logo direito a isenção ou redução do meu IMI, eu era a primeira a fazê-lo de certeza, quem é que ia fiscalizar se houve mais eficiência energética, seriam os Serviços do Urbanismo? -----

----- Disseram logo, mas nós não temos competência para isso. -----

----- Outro argumento, qual era o impacto na receita, nem era o mais importante, a Senhora Vereadora começou por aí, foi um dos nossos argumentos, não seria, se calhar, o mais importante. -----

----- Terceiro, no âmbito do mesmo regulamento, já estão previstas isenções e reduções do IMI precisamente com este objetivo. -----

----- Fizemos um trabalho mais profundo, até foi o Diretor Financeiro, foi ver que outros regulamentos davam isenção nos termos em que a Senhora Vereadora propunha, que vinha com um despacho favorável do Senhor Presidente, mas um despacho favorável que nós nem percebemos a proposta, é de uma abrangência enorme. -----

----- O Diretor Financeiro disse que não há ninguém que o faça nos termos com esta abrangência, há subsídios às comunidades, etc., mas isso é uma coisa mais complicada, acabámos por convencer o Senhor Presidente que lhe queria dar razão, mas que era uma má solução e eu aqui, peço desculpa, mas fui eu que tomei a liderança nesse processo, foi o que aconteceu.”-----

----- **A Senhora Vereadora Carla Castelo** frisou: -----

----- “Doutora Paula Saraiva, no fundo, era tão simples, era perguntarem-nos o que é que

nós entendíamos, aliás, porque é muito simples, são equipamentos de produção de energia solar e evidente produção de energia elétrica solar e aquecimento de águas, estava lá também. -----

-----É evidente que é com a instalação, a compra e instalação, isto não é nenhuma bizzarria, isto é uma coisa muito simples que devíamos, quanto a mim, todos acarinhar, porque devemos o mais possível optar pela produção elétrica descentralizada ao nível das renováveis, sobretudo do solar para as cidades, para as localidades, porque, eólico é mais complicado, mas também podíamos ter falado sobre isso e nós certamente com apoio técnico poderíamos ter dito, era uma proposta, eventualmente, um bocadinho abrangente, mas as propostas podem-se afinar, sem dúvida.”-----

-----Volvendo a **doutora Paula Saraiva**:-----

-----“Senhora Vereadora primeiro, conhece o problema da fiscalização, quem é que ia fiscalizar as instalações todas que cabiam em.... -----

-----Segundo, vou dar uma resposta um bocadinho política, que não me cabe, mas dá-me ideia que quem ia aproveitar da isenção do IMI era quem tivesse moradias, quem fosse mais rico, se calhar, isso não me compete, mas também me compete enquanto técnica, enquanto cidadã, mas lá está continuo na dúvida Senhora Vereadora da abrangência da sua proposta, que tentou esclarecer agora, parece-me de uma abrangência tal e como é que era fiscalizável, era a fatura, que serviços temos nós para ir a todas as casas, a todas as moradias que instalassem?”-----

-----A **Senhora Vereadora Carla Castelo** disse:-----

-----“As pessoas inscrevem-se e, relativamente a ser só nas moradias, não, porque nós temos um bom exemplo em Telheiras de prédios, porque há condomínios que estão a apostar no solar.”-----

-----Dizendo a **doutora Paula Saraiva**:-----

-----“Há subsídios para isso.”-----

-----O **Senhor Presidente** interrompeu:-----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- “Deixem-me interromper, mas devo dizer que depois desta discussão que tivemos, procurei falar com algumas pessoas que conhecem a situação e algumas pessoas disseram-me que já havia financiamentos e subsídios que sobravam para essas coisas, que isto era mais uma redundância, uma duplicação, mas vou dizer onde é que fiquei convencido. -----

----- Estive na inauguração da AstraZeneca, que foi inaugurada há pouco tempo, achei interessante, porque no discurso o Administrador desta empresa disse que tinham instalado um sistema de produção de energia fotovoltaica e que estavam a fornecer o Hospital Amadora-Sintra e pensei, de Oeiras é que estão a fornecer este hospital e perguntei porque é que não devia ser uma instituição de Oeiras e explicaram-me que podem fornecer o que sobra a uma instituição que não fique a mais de dois quilómetros de distância da fonte geradora, mas disseram mais e estava lá um fornecedor, por sinal o indivíduo que instalou, que a energia nestas condições, hoje, é um grande negócio e, portanto, quem instala tem para consumo, vai poupar energia, tem toda a vantagem em ter energia fotovoltaica e se lhe sobrar pode introduzi-la na rede. -----

----- Perante isto, obviamente, que o incentivo está já dado, não faz sentido a Câmara Municipal estar a reduzir o IMI nestas condições numa área que ainda hoje é altamente subsidiada, não foram só vocês que me convenceram. -----

----- Hoje a energia fotovoltaica é um negócio e é como negócio que deve ser tratada e não como uma questão a ser subsidiada, que não faz sentido nenhum, isto é o que toda a gente me diz.” --- -----

----- A **Senhora Vereadora Joana Baptista** mencionou: -----

----- “Eu esta semana visitei a Quinta da Fonte, a qual tem vinte e dois edifícios, dos vinte e dois edifícios, neste momento, estão a ser introduzidos nas quinze coberturas painéis fotovoltaicos, eles já chegaram à conclusão, de acordo com o estudo que fizeram, que vão ser excedentários na produção de energia, é nesta perspetiva comercial que eles se posicionaram, não há só a sustentabilidade ambiental, há também aqui uma sustentabilidade empresarial ou

financeira que é incontestável e, portanto, eles vão receber face à medida ambiental que introduziram nas coberturas dos seus edifícios.”-----

-----A Senhora **Vereadora Carla Castelo** aludiu o seguinte: -----

-----“Se os cidadãos sentissem que já era um excelente negócio, se não precisassem realmente de incentivos, já tínhamos todos os prédios em Portugal e em Oeiras muito mais solar fotovoltaico instalado e temos muito pouco, temos muito menos, por exemplo, do que a Alemanha, que tem muito menos horas de sol do que Portugal.-----

-----São necessários mais incentivos, porque se não fossem necessários, já estávamos todos sedentários, porque uma coisa são as empresas e as empresas muitas vezes têm esse dinheiro para investir e fazem as contas e sabem claramente que, ao fim de cinco, seis anos, têm o investimento pago, mas os cidadãos não têm essa disponibilidade tão grande e, por isso mesmo, é que aqui que entram os incentivos fiscais também para os próprios cidadãos terem esse incentivo.” -----

-----Atalhando o **Senhor Presidente**: -----

-----“Há cinco anos não havia um único carregador elétrico em Oeiras, hoje somos o quinto Município na Europa, tem-se a noção do crescimento exponencial de carros elétricos. ----

-----Quantos painéis fotovoltaicos haveria há cinco anos? -----

-----Quantos há hoje? -----

-----Estamos a falar de uma atividade em plena expansão e, portanto, não podemos falar em cidadãos individualmente considerados, temos que falar em comunidades, em condomínios, etc., e aí é indiscutível que cada vez vão aparecendo mais. -----

-----Faz mais sentido que a Câmara Municipal desenvolva ações de sensibilização junto dos condomínios para colocarem os painéis fotovoltaicos, do que estar a própria Câmara Municipal a estabelecer isenções que terão que ser cegas, porque têm que ser para pobres e para ricos, e seria complicado porque tinha que ser para todas as situações do Concelho, quando nós



Câmara Municipal
de Oeiras

sabemos que, por exemplo, a nível empresarial, imaginem o que era dar benefícios fiscais a toda a Quinta da Fonte, ou ao Taguspark ou ao Lagoas Park ou aos condomínios com agregados familiares que não precisam de uma isenção fiscal para colocar os painéis fotovoltaicos.-----

----- A dada altura, temos uma atitude paternalista para tudo, dá a impressão que temos que fazer isenções, é tudo à base do dinheiro, temos que baixar os impostos, etc.-----

----- Ainda ontem ouvi na Assembleia Municipal uma deputada da Iniciativa Liberal a dizer que em Oeiras não se tinha baixado um euro de impostos, que estava tudo no máximo, o IMI está no mínimo, chamo-vos a atenção para a necessidade de o aumentar, nós vamos precisar de muito dinheiro para o próximo ano e daqui a dois anos, mas a verdade, é que disse que os impostos estavam no máximo e que a Câmara não estava a poupar um euro aos munícipes, quando nós estamos a poupar dezanove ou vinte milhões de euros só no IMI, mas foi dito isto na Assembleia Municipal.-----

----- Eu acho que ponderados os prós e os contras, inicialmente eu estava disponível para aceitar, mas fui convencido por argumentos que me parecem razoáveis.”-----

----- O **Senhor Vice-Presidente** salientou o seguinte:-----

----- “É preciso perceber que numa transição energética como esta o que está a acontecer é que as próprias empresas de energia estão a fazer a sua própria transição. Se nós olharmos para empresas como a “British Petroleum”, a Galp, a Cepsa, ou a Repsol, elas próprias estão a fazer uma transição de empresas puramente de hidrocarbonetos para empresas que estão na transição energética na produção através de outros meios, de outros fontes.-----

----- Não é por acaso, que as próprias cimeiras, as “Electric Summits”, os vários segmentos que tiveram lugar aqui no Concelho de Oeiras, são patrocinados por empresas que no passado faziam parte apenas da distribuição dos hidrocarbonetos.-----

----- Acresce a isto que, evidentemente que a sustentabilidade e nós temos dito várias vezes à Senhora Vereadora Carla Castelo e eu não duvido da bondade desta proposta, até porque

sinto que nasce da preocupação em motivar as pessoas a instalarem e a abraçarem esta causa, mas não é por acaso que nós temos dito que a própria sustentabilidade é multidimensional, há sustentabilidade, Senhora Vereadora eu tento ser o mais correto e simpático consigo, mas vossa Excelência, eu percebo que me ache muita graça, mas eu não estou a dizer piadas.-----

-----A sustentabilidade ambiental, eu oiço-a com toda a bonomia, por favor conceda-me a mesma tolerância, não seja totalitária, oiça, seja democrata. -----

-----Não é por acaso, que nós temos repetidas vezes falado que a sustentabilidade ambiental tem que andar com a estabilidade económica. -----

-----Se não houver negócio a transição não se faz e, para isso estar a acontecer, ainda há pouco tempo a EDP tinha uma campanha, naturalmente que os cidadãos não têm que saber isto, em que a EDP instalava os painéis fotovoltaicos no telhado da casa das pessoas e as pessoas pagavam esses painéis como parte da sua fatura, com a redução na fatura sem quaisquer custos. -

-----Se estivermos a acrescentar a isto a redução da receita do Município, porque sim, parece-me de todo irracional, há suficientes incentivos, o próprio mercado criará os incentivos necessários a essa transição, se assim não for, poderemos efetivamente voltar a pensar nestas coisas.-----

-----Agora, estar a partir do ponto de partida em que nós reduzimos a nossa receita quando o mercado já está a agir e já está a fazer caminho e são sempre os mesmos a cortar e é sempre o Estado a pagar isto, e quando é o Estado a pagar são os contribuintes, que é o bem comum.”-----

-----**A Senhora Vereadora Susana Duarte** referiu:-----

-----“Nada tem que ver com o tema agora em debate, mas porque não podia deixar passar a aprovação final desta proposta sem o PSD, formalmente, aqui, não só congratular a inclusão da proposta do PSD, como agradecer aos Serviços, não só aos Serviços Jurídicos na pessoa da doutora Verónica Maia, como ao Departamento Financeiro, na pessoa da doutora Paula Saraiva e



Câmara Municipal
de Oeiras

do doutor Bruno Mouco, sei que acompanharam aquilo que foi a proposta de isenção de IMT para aquisições que se destinem, exclusivamente, a habitação própria permanente efetuadas por jovens até aos trinta e cinco anos de idade, desde que o valor atinja um valor inferior ou igual a cento e oitenta mil euros, o que se reporta a capitais próprios, tal como diz a proposta. -----

----- Embora saibamos que não são muitas as casas em Oeiras com valor igual ou inferior a este, numa breve pesquisa que fizemos ainda ontem, percebemos que há de momento cerca de vinte e duas casas entre T zeros e T um e, apesar de sentirmos que, em breve com o valor da inflação e todas as questões adjacentes à mesma deverá haver uma atualização deste valor, hoje sentimos que esta proposta não só é um sinal, como também é uma ajuda a que vários jovens comecem o seu percurso de emancipação num País, principalmente como o nosso, e esta passa a ser uma importante ferramenta, sendo que nós temos que fazer tudo para deixar o segundo País da União Europeia, onde os jovens saem mais tarde de casa dos pais, sendo que, para além de Portugal, só a Croácia, de resto, todos os outros países europeus, os jovens saem muito antes dos trinta anos, sendo que aqui a média já ultrapassa os trinta anos de idade. -----

----- Eu própria sei que fui fruto disso, também saí depois dos trinta, compreendo esta ambição dos jovens, não só oeirenses, mas também de jovens nacionais em conseguir uma habitação e emancipação no início de carreira e não já a meio de carreira, digamos assim.”-----

----- **A Senhora Vereadora Carla Castelo** questionou: -----

----- “Só queria perceber por que é que tendo havido consulta pública não foi feito um relatório de ponderação e não foi dado a quem participou nesta consulta pública nenhuma informação sobre o resultado, no fundo, da sua participação.”-----

----- **A doutora Verónica Maia** esclareceu: -----

----- “O Código do Procedimento Administrativo não prevê a existência de um relatório de consulta pública, no âmbito dos projetos de regulamento. -----

----- Ainda que a consulta pública exista e nós ponderamos devidamente os contributos

que são enviados, os Serviços apenas os ponderam e submetem à consideração do Órgão decisor.

-----Quem tem competência para aprovar e admitir as propostas que são apresentadas em sede de consulta pública é, neste caso, a Câmara, a apreciação da consulta pública será disponibilizada aos interessados depois da aprovação do ato pelo Órgão competente, é esse o nosso entendimento.”-----

-----A **Senhora Vereadora Carla Castelo** referiu:-----

-----“Nesse caso, vão enviar agora após a aprovação do regulamento a quem participou?”

-----Dizendo a **doutora Verónica Maia**:-----

-----“Exatamente, iremos comunicar o sentido da decisão e a apreciação que foi feita aos contributos ou às propostas enviadas no âmbito da consulta.”-----

-----Atalhando o **Senhor Presidente**:-----

-----“Eu julgo que é isso que acontece na generalidade.”-----

-----Mencionando a **doutora Verónica Maia**:-----

-----“Os Serviços não têm competência para decidir sobre as propostas, os Serviços apreciam as propostas e submetem à consideração do órgão administrativo que tem competência para a prática do ato.”-----

-----A **Senhora Vereadora Carla Castelo** aludiu:-----

-----“Há processos de consulta pública que é obrigatório fazer o relatório de ponderação e dar conhecimento a todas as pessoas que participaram.”-----

-----Se nos regulamentos, eu sinceramente não sei, não sou jurista, se na elaboração de regulamentos isso não é assim, desconheço, de qualquer das formas, faz-me sentido dar conhecimento, porque, repare, não estou a dizer que são os Serviços que vão tomar a decisão, a decisão é tomada na Câmara, mas enviarem o relatório de ponderação e dar conhecimento a toda a gente que participou numa consulta pública, parece-me uma boa prática.”-----

-----A **doutora Verónica Maia** disse:-----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- “Eu concordo Senhora Vereadora, eu acho que o princípio da participação procedimental faz todo o sentido que os interessados que participaram tenham conhecimento da decisão, mas lá está, é após a decisão ser tomada.” -----

----- Mencionando o **Senhor Presidente**:-----

----- “Eu não vejo nenhum inconveniente que, na altura em que se faz a proposta de deliberação à Câmara, em simultâneo possa ser dado conhecimento às pessoas que, porventura, deram sugestões, ficam a saber se foram tidas em consideração ou não. -----

----- Não sei o que é que a lei diz, mas mesmo que seja omissa não vejo nenhum problema, este é dos pontos em que eu acho que a Vereadora Carla Castelo tem razão, não lhe quero tirar sempre a razão, há ocasiões em que eu acho que ela tem razão e, neste caso, acho que sim, acho que devia ser dado conhecimento.-----

----- Pergunto, doutora Verónica neste processo há muita gente a pronunciar-se?” -----

----- Respondendo a **doutora Verónica Maia**: -----

----- “Nós temos vários documentos neste momento em consulta pública, salvo uma ou outra exceção que tem a ver com as empresas de comunicação e com associações profissionais ou empresariais que nós consultámos diretamente, temos tido o contributo em todos eles da Associação Evoluir Oeiras, que se têm constituído como interessados em todos os regulamentos.”-----

----- Dizendo o **Senhor Presidente**:-----

----- “Aí são interventivos.”-----

----- Atalhando a **doutora Verónica Maia**: -----

----- “Infelizmente a sociedade civil não participa muito.”-----

----- O **Senhor Presidente** perguntou: -----

----- “Não vejo nenhum problema, tem essa ponderação feita?” -----

----- Retorquindo a **doutora Verónica Maia**:-----

-----“Tenho.”-----

-----Referindo o **Senhor Presidente**:-----

-----“Remetam à Senhora Vereadora e a todos os Vereadores.”-----

-----Dizendo a **doutora Verónica Maia**:-----

-----“A nossa proposta é dar conhecimento do sentido da decisão e da apreciação que foi feita a todas as pessoas que participaram.”-----

-----Mencionado o **Senhor Presidente**:-----

-----“Façam isso rapidamente.”-----

-----II - A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e voto contra da Senhora Vereadora Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vice-Presidente**, aprovar o projeto de Regulamento de Atribuição de Benefícios Fiscais aplicáveis a impostos do Município de Oeiras para efeitos de submissão à aprovação da Assembleia Municipal.-----

-----Subsequente envio do Regulamento para publicação em Diário da República, após aprovação final, tendo em vista assegurar a sua eficácia jurídica.-----

-----Nos termos do número dois, do artigo décimo sexto, número vinte e três, do artigo décimo oitavo e número dois, do artigo vigésimo terceiro, do Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais.-----

-----Artigo centésimo décimo segundo, do Decreto-Lei número duzentos e oitenta e sete, de dois mil e três, de doze de novembro.-----

-----Artigos quadragésimo quarto-A e quadragésimo quinto, do Estatuto dos Benefícios Fiscais.-----

-----Alínea k), do número um, do artigo trigésimo terceiro e alíneas c) e g), do número um, do artigo vigésimo quinto, do Regime Jurídico das Autarquias Locais.-----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Artigos centésimo primeiro e centésimo trigésimo nono, do Código do Procedimento Administrativo.-----

----- III - A **Senhora Vereadora Susana Duarte** fez a seguinte declaração de voto:-----

----- “O PSD congratula a inclusão da proposta do PSD de isenção de IMT (Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis) as aquisições que se destinem exclusivamente a habitação própria e permanente efetuadas por jovens até aos trinta e cinco anos de idade, desde que o valor da aquisição seja igual ou inferior a cento e oitenta mil euros e se recorra a capitais próprios do adquirente ou a crédito à habitação.-----

----- Embora todos sabemos que não são muitas as casas em Oeiras, com valor igual ou inferior a cento e oitenta mil euros, numa breve pesquisa ontem encontramos apenas vinte e duas casas de momento, essencialmente T Zero e T Um. Contudo e apesar de sentirmos que em breve deveremos atualizar este valor, tendo em conta a inflação, sentimos que esta é uma medida que poderá ajudar vários jovens no seu percurso de emancipação, sendo mais uma ferramenta para combater as estatísticas de forma a deixarmos de ser o segundo país da União Europeia (UE) onde os jovens saem mais tarde da casa dos pais.”-----

----- IV - A **Senhora Vereadora Carla Castelo** fez a seguinte declaração de voto:-----

----- “Tendo aspetos positivos, consideramos que, como está, este regulamento é uma oportunidade perdida para incentivar boas práticas através da fiscalidade, nomeadamente para a disseminação da produção elétrica descentralizada. Lamentamos que neste Regulamento não se tenha querido incluir uma medida fiscal de incentivo à transição energética. Quanto à inclusão de medidas como a isenção do IMT (Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis) para os jovens até trinta e cinco anos na aquisição de casa até cento e oitenta mil euros suscita-nos dúvidas pelo impacto reduzido que pode ter no acesso à habitação e porque quem ganha com esta medida não é certamente quem mais precisa de apoio para o acesso à habitação.”

71 - PROPOSTA N.º 478/23 - DFP - SEGUNDA ADENDA AO CONTRATO DE EMPRÉSTIMO

BPI: -----

-----I - A **Senhora Vereadora Carla Castelo** fez a seguinte intervenção: -----

-----“Na realidade, temos aqui uma modificação substancial. -----

-----Pela primeira vez vimos reconhecido que os custos da construção do Fórum Municipal dispararam, afirma-se taxativamente que eles agravaram em quinze milhões de euros. Se a última estimativa andava pelos cinquenta milhões, agora passarão para os sessenta e cinco milhões de euros. -----

-----Nesta adenda desviam-se doze vírgula três milhões de euros para reforço dos gastos com o Fórum Municipal e, realmente, isto é mais de um terço do empréstimo contraído. -----

-----Enfim, a primeira consequência, oito projetos da lista apresentada ao BPI para justificar o empréstimo são, pura e simplesmente, riscados do mapa, a saber: ERPI do Bairro Vinte e Cinco de Abril, terminal rodoviário de Paço de Arcos, passagem superior pedonal de Algés, via distribuidora de Porto Salvo, CERCI Oeiras, alojamento para sem-abrigos em Paço de Arcos, parque infantil da Pedreira Italiana, eu não estou a dizer os valores para não ser fastidiosa, EB Um António Rebelo de Andrade e em seis outros projetos reveem-se os custos com redução global de mais trezentos e cinquenta mil euros. -----

-----Gostava de saber como e quando se vai avançar com os tais projetos cortados, que eram prioritários, tão prioritários, aliás, e com a contratação deste novo empréstimo, já que o “pé-de-meia” herdado se esgota até ao final do ano, até onde se prevê agora que se conduza esta escalada dos custos da construção do novo edifício-sede do Município e também quando é que tencionam atualizar o cálculo da amortização destes custos, que têm vindo a subir, já que o inicialmente avançado se encontra completamente desfasado da realidade, infelizmente.” -----

-----Interveio o **Senhor Presidente:** -----

-----“Senhora Vereadora não há nenhuma novidade nesta proposta. Primeiro, não é um novo empréstimo, é o mesmo empréstimo. -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Dá-se a circunstância que a Câmara Municipal, aí está a incerteza da realização dos projetos e obras, porque há uma incerteza muito grande. O que aconteceu foi que a Câmara Municipal contraiu um empréstimo para fazer face a um conjunto de obras que era previsível que, por esta altura, estivessem em andamento. -----

----- Acontece que para algumas delas os projetos não ficaram concluídos. Claro que a Câmara definiu aquilo que considerava prioritário, entretanto, curiosamente, até ficaram prontos outros, estou-me a lembrar de três creches cujos projetos ficaram prontos e que na altura não estavam e que são prioritárias. -----

----- Acontece que, não tendo os projetos sido concluídos, por exemplo, o caso da passagem do Dafundo, são dois milhões e meio de euros. Ora bem, se o empreiteiro desiste da obra e não se vai fazer, está lá o empréstimo. Se não se vai fazer, nós íamos perder esse empréstimo, íamos perder esse montante. Se contraímos o empréstimo no montante de trinta e quatro milhões de euros, há que fazer um ajustamento, é isto que é a vida e que a racionalidade nos obriga a fazer.-----

----- Obras que não avançaram, esta do Dafundo é um bom exemplo, dois milhões e meio que estavam previstos nesse empréstimo, a obra não se faz por razões óbvias, portanto, em vez de se perder esse dinheiro há que o canalizar para outra obra que está em curso. -----

----- Qual é a obra, neste momento, que está em curso e que não temos dúvidas que vai continuar? -----

----- É o novo edifício do Município, essa está em curso. -----

----- E qual é a novidade? -----

----- A novidade já foi aprovada aqui há dias, é a revisão de preços, que era também imprevisível. -----

----- Também era imprevisível quando as obras foram adjudicadas, que a revisão de preços andasse quase na ordem dos trinta por cento, a revisão legal, não podia ser prevista pelo

Município, nenhum Município o previu e, portanto, vejam bem, se nós temos obras ou investimentos, por hipótese, no montante de setenta milhões de euros, quer dizer que iremos ter revisões de preços na ordem dos vinte milhões. Claro que o orçamento da Câmara não podia prever essa revisão de preços.” -----

-----Atalhou a **Senhora Vereadora Joana Baptista:**-----

-----“As revisões extraordinárias surgem com base num diploma de maio de dois mil e vinte e dois.”-----

-----Prosseguiu o **Senhor Presidente:**-----

-----“Com certeza, é uma revisão legal e, portanto, ninguém podia prever essa situação. --

-----Obviamente que com o edifício, não é só o edifício da Câmara, é todas as obras que a Câmara tem, todas elas são objeto de revisão legal de preços, não há novidade nenhuma nisto, assim vamos aproveitar, em vez de estarmos a recorrer ao orçamento da Câmara que, naturalmente, a dada altura também fica exaurido e, neste momento, nós temos, alguém dizia ontem que temos uma grande pressão no investimento, e é verdade, claro que temos uma pressão brutal do investimento e este empréstimo tem que ser utilizado, não vamos desperdiçá-lo. -----

-----Se há obras que não vão ser feitas, utiliza-se nas obras que estão a ser feitas. -----

-----Eu, mesmo assim, estou convencido que algumas das obras que são objeto de financiamento através deste empréstimo, é provável que daqui até ao fim do ano, haja mais uma ou duas que não estejam em condições de avançar, porque, quando isso acontece têm que se fazer as alterações correspondentes. -----

-----Agora, não é pelo facto de uma pessoa ser contra o edifício, porque há pessoas que desde o início são contra o edifício e tudo aquilo que tem a ver com o edifício, está errado, até revisões de preços. Se o edifício custa mais é porque há a tal revisão de preços e era imprevisível.”-----

-----Esclareceu a **Senhora Vereadora Joana Baptista:** -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- “Eu só queria complementar, para que não haja aqui quaisquer dúvidas ou eventualmente desinformação após esta reunião de Câmara, que é importante a Senhora Vereadora Carla Castelo perceber que uma coisa é o valor base, o valor de adjudicação, desta obra, que foram os quarenta e quatro milhões, mais IVA. -----

----- Outra coisa é a revisão de preços, portanto, não é sério, aliás, é totalmente falso dizer aqui nesta sede que o valor da obra descambou, não há nada que tenha descambado, a Senhora Vereadora ainda não aprovou quaisquer trabalhos complementares. O que aprovámos até agora, foram revisões de preços ordinárias e a partir de maio de dois mil e vinte e dois, uma revisão de preços extraordinária, com a respetiva conjectura de mercado e enquadramento legal. -----

----- Senhora Vereadora, eu recomendo-lhe ler o diploma de dois mil e vinte e dois e ler também a proposta de deliberação que aqui veio, que justifica os quinze milhões a mais, não há descambamento, não há nenhuma derrocada no edifício, graças a Deus, há, tão só, uma revisão de preços extraordinária com o respetivo enquadramento e conjectura legal.”-----

----- Acrescentou o **Senhor Presidente**: -----

----- “E não se aplica apenas ao edifício, repito, tem a ver com todas as obras da Câmara. Todas as obras que estão em curso vão ter essa revisão.”-----

----- II - A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e voto contra da Senhora Vereadora Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vice-Presidente**, aprovar e submeter à Assembleia Municipal, de forma a materializar as alterações aos investimentos e valores enquadrados no empréstimo contratado, o seguinte:-----

----- A autorização para a manutenção e continuação em execução do projeto de investimento “Edifício do Fórum Municipal” e consequente inclusão do mesmo no empréstimo; -

----- A desafetação e alteração dos montantes dos projetos identificados na proposta de

deliberação a considerar no referido empréstimo em curso.-----

-----A autorização para a formalização da Segunda Adenda ao Contrato de Empréstimo. -

-----Nos termos do artigo quadragésimo oitavo, número um, do artigo quadragésimo nono e números um e dois, do artigo quinquagésimo primeiro, da Lei número setenta e três, de dois mil e treze, de três de setembro. -----

-----Alínea f), do número um, do artigo vigésimo quinto e alínea ccc), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze setembro.---

72 - PROPOSTA Nº. 479/23 - UPGO - Pº. 2018/80-DEM - “PALÁCIO DO MARQUÊS DE POMBAL (OEIRAS) - RECUPERAÇÃO DE FACHADAS, CANTARIAS E ORNAMENTOS” - APROVAÇÃO DA REVISÃO DE PREÇOS EXTRAORDINÁRIA: -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Joana Baptista**, aprovar a revisão de preços extraordinária da empreitada “Palácio do Marquês de Pombal (Oeiras) - Recuperação de fachadas, cantarias e ornamentos” - Processo dois mil e dezoito/oitenta-DEM, no montante cento e quarenta e dois mil seiscentos e trinta e um euros e trinta e dois cêntimos, acrescido de IVA. Considerando que já foi pago o valor de quarenta e sete mil duzentos e oitenta e três euros e trinta e três cêntimos a título de revisão ordinária provisória, o valor agora a pagar corresponde à diferença entre o valor agora apurado e o valor já liquidado, ou seja, de noventa e cinco mil trezentos e quarenta e sete euros e noventa e nove cêntimos, acrescido de IVA. -----

-----Nos termos do Decreto-Lei número trinta e seis, de dois mil e vinte e dois, de vinte de maio. --- -----

73 - PROPOSTA Nº. 480/23 - DGEV - DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO RELATIVA AO CONCURSO PÚBLICO, COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL, POR DIVISÃO EM LOTES,



Câmara Municipal
de Oeiras

PARA AQUISIÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DOS ESPAÇOS VERDES DO CONCELHO DE OEIRAS:-----

----- A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Susana Duarte, Carla Castelo e abstenção da Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Joana Baptista**, aprovar os relatórios preliminar e final do procedimento e, conseqüentemente, das deliberações do júri do procedimento e ordenação de propostas constantes naqueles documentos.

----- A adjudicação da aquisição, por divisão em lotes, da prestação de serviços de manutenção dos espaços verdes do Concelho de Oeiras, no montante total de dezoito milhões cento e noventa e dois mil cento e noventa e sete euros e noventa e três cêntimos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, considerando as regras de distribuição dos lotes enunciadas: -----

----- Lote um - Oeiras Poente, ao concorrente Ecoambiente, Sociedade Anónima, pelo montante dois milhões trezentos e seis mil trezentos e onze euros e vinte cêntimos, o qual se decompõe da seguinte forma: -----

----- - Manutenção preventiva o montante de dois milhões cinquenta e três mil seiscentos e vinte e nove euros e setenta e dois cêntimos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor; -----

----- - Aumento de área limitado ao montante máximo de cento e dois mil seiscentos e oitenta e um euros e quarenta e oito cêntimos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor;-----

----- - Manutenção corretiva limitado ao montante de cento e cinquenta mil euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

----- Lote dois - Oeiras Nascente, ao concorrente Ecoambiente, Sociedade Anónima, pelo montante de dois milhões trezentos e setenta e quatro mil setecentos e noventa e nove euros e oitenta e oito cêntimos, o qual se decompõe da seguinte forma:-----

----- - Manutenção preventiva o montante de dois milhões cento e dezoito mil oitocentos

e cinquenta e sete euros e quatro cêntimos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor; -----
----- - Aumento de área limitado ao montante máximo de cento e cinco mil novecentos e quarenta e dois euros e oitenta e quatro cêntimos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor; -----
----- - Manutenção corretiva limitado ao montante de cento e cinquenta mil euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.-----
-----Lote três - Oeiras Ocidental Norte, ao concorrente Arquijardim, Sociedade Anónima, pelo montante de um milhão novecentos e sessenta e um mil seiscentos e oitenta e um euros e cinco cêntimos, o qual se decompõe da seguinte forma:-----
----- - Manutenção preventiva, o montante de um milhão setecentos e vinte e cinco mil quatrocentos e dez euros e cinquenta e dois cêntimos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor; ---
----- - Aumento de área limitado ao montante máximo de oitenta e seis mil duzentos e setenta euros e cinquenta e três cêntimos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor; -----
----- - Manutenção corretiva limitado ao montante de cento e cinquenta mil euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.-----
-----Lote quatro - Oeiras Central Sul, ao concorrente Parques e Jardins, Limitada, pelo montante de dois milhões seiscentos e sessenta mil oitocentos e vinte e quatro euros e cinquenta e seis cêntimos, o qual se decompõe da seguinte forma:-----
----- - Manutenção preventiva o montante de dois milhões trezentos e noventa e um mil duzentos e sessenta e um euros e quarenta e oito cêntimos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor;-----
----- - Aumento de área limitado ao montante máximo de cento e dezanove mil quinhentos e sessenta e três euros e sete cêntimos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor; -----
----- - Manutenção corretiva limitado ao montante de cento e cinquenta mil euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.-----
-----Lote cinco - Oeiras Central Norte, ao concorrente Flora Garden - Unipessoal,



Câmara Municipal
de Oeiras

Limitada, pelo montante de dois milhões trezentos e oitenta e três mil cento e noventa e seis euros e setenta e oito cêntimos, o qual se decompõe da seguinte forma: -----

----- - Manutenção preventiva o montante de dois milhões cento e vinte e seis mil oitocentos e cinquenta e quatro euros e oito cêntimos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor; ---

----- - Aumento de área limitado ao montante máximo de cento e seis mil trezentos e quarenta e dois euros e setenta cêntimos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor; -----

----- - Manutenção corretiva limitado ao montante de cento e cinquenta mil euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

----- Lote seis - Oeiras Oriental Sul, ao concorrente Flora Garden - Unipessoal, Limitada, pelo montante de três milhões quatrocentos e sessenta e seis mil oitocentos e um euros e oitenta e dois cêntimos, o qual se decompõe da seguinte forma:-----

----- - Manutenção preventiva, o montante de três milhões cento e cinquenta e oito mil oitocentos e cinquenta e oito euros e oitenta e oito cêntimos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor;-----

----- - Aumento de área limitado ao montante máximo de cento e cinquenta e sete mil novecentos e quarenta e dois euros e noventa e quatro cêntimos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor; - -----

----- - Manutenção corretiva limitado ao montante de cento e cinquenta mil euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

----- Lote sete - Oeiras Oriental Norte, ao concorrente Parques e Jardins, Projetos e Construções, Limitada, pelo montante de três milhões trinta e oito mil quinhentos e oitenta e dois euros e sessenta e quatro cêntimos, o qual se decompõe da seguinte forma:-----

----- - Manutenção preventiva, o montante de dois milhões setecentos e cinquenta e um mil trinta e um euros e oito cêntimos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor;-----

----- - Aumento de área limitado ao montante máximo de cento e trinta e sete mil

quinhentos e cinquenta e um euros e cinquenta e cinco cêntimos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor; -- -----

----- - Manutenção corretiva limitado ao montante de cento e cinquenta mil euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

-----A notificação dos respetivos adjudicatários para a prestação de caução no valor de cinco por cento do preço contratual. -----

-----As minutas de contrato escrito para posterior envio aos respetivos adjudicatários. ----

-----A designação enquanto gestor dos contratos do Chefe da Divisão de Gestão da Estrutura Verde. -----

-----Nos termos dos artigos septuagésimo sexto e nonagésimo oitavo, do Código dos Contratos Públicos, em conjugação com o disposto no artigo trigésimo terceiro, número um, alínea f), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro e no artigo décimo quarto, número um, alínea f), “in fine” do preâmbulo do Código dos Contratos Públicos, que remete para o artigo décimo oitavo, número um, alínea b), do Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de junho. -----

-----Artigos quadragésimo quinto, número quatro e quadragésimo oitavo, da Lei número noventa e oito, de noventa e sete, de vinte e seis de agosto, com as alterações introduzidas pelas Leis números quarenta e oito, de dois mil e seis, de vinte e nove de agosto, trinta e cinco, de dois mil e sete, de treze de agosto, três-B, de dois mil e dez, de vinte e oito de abril, sessenta e um, de dois mil e onze, de sete de dezembro, dois, de dois mil e doze, de seis de janeiro, vinte, de dois mil e quinze, de nove de março, quarenta e dois, de dois mil e dezasseis, de vinte e oito de dezembro, dois, de dois mil e vinte, de trinta e um de março, vinte e sete-A, de dois mil e vinte, de vinte e quatro de junho e doze, de dois mil e vinte e dois, de vinte e sete de julho. -----

-----Artigo ducentésimo nonagésimo-A, do Código dos Contratos Públicos. -----

74 - PROPOSTA N.º. 481/23 - GCAJ - REVISÃO DO “REGULAMENTO DAS ZONAS DE



Câmara Municipal
de Oeiras

**ESTACIONAMENTO DE DURAÇÃO LIMITADA (RZEDL) DO MUNICÍPIO DE OEIRAS” -
APROVAÇÃO DO PROJETO PARA CONSULTA PÚBLICA: -----**

----- I - A **Senhora Vereadora Susana Duarte** referiu o seguinte: -----

----- “Não é uma questão de votação, tendo em conta a consulta pública no prazo de trinta dias, iremos aprovar, contudo, sendo que este é um tema que já tem aparecido em várias Assembleias Municipais e até em reuniões de Câmara, estão em causa cerca de doze taxas diferentes de propostas deste regulamento e para o PSD faz sentido que haja uma apresentação durante estes sessenta dias aos munícipes, uma explicação para perceberem como é que vai funcionar, porque são várias as tarifas, até a questão dos dísticos, eu acho que é aproveitar este momento para falar com os munícipes e fazer sessões de apresentação também desta revisão e do regulamento, porque muitas vezes são entendidos de uma forma reativa e, se calhar, não fará sentido, tem uma elevada importância para a mobilidade também em Oeiras e, por isso, achávamos que fazia sentido e daí fazer esta proposta.” -----

----- O **Senhor Presidente** disse o seguinte: -----

----- “É uma boa ideia, fazer uma, duas ou quatro sessões de esclarecimento em determinadas zonas, acho bem.” -----

----- O **doutor Rui Rei** referiu o seguinte:-----

----- “Nós estamos disponíveis para fazer todas as sessões de esclarecimento que a Câmara entenda como necessárias, mas, eventualmente, a Câmara pode tomar essa decisão além do esclarecimento, apresentar e reforçar o Plano de Mobilidade que a Câmara tem, que este é só um pequeno pilar desse plano.” -----

----- O **Senhor Presidente** disse o seguinte: -----

----- “Vai agora para consulta pública, não é?-----

----- Então o que a Senhora Vereadora está a sugerir é que durante esse período da consulta pública possa haver num ponto ou noutra algum esclarecimento, convocar as pessoas

para uma sessão de esclarecimento onde elas possam ir e expressar a sua opinião.” -----

-----O **doutor Rui Rei** explicou o seguinte: -----

-----“Se me permitir Senhor Presidente, mais do que a questão das taxas que estão previstas, existe até um ponto aí que é eventualmente o mais importante deles todos, que é aquilo que o Senhor Presidente tem vindo a pedir, que é a entrega de benefícios aos munícipes de Oeiras que vão poder passar a estacionar até cento e vinte minutos por dia em todas as zonas do Concelho.” -----

-----Continuando o **Senhor Presidente**: -----

-----“Muito bem, vão ficar muito contentes, é marcar uma sessão, por exemplo, em Algés e outra em Paço de Arcos ou em Oeiras.” -----

-----Pronto, vão tratar disso.” -----

-----A **Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho** referiu o seguinte: -----

-----“Eu por acaso ia pedir o adiamento desta proposta, até porque eu enviei já há um mês ou mais um e-mail ao Senhor Presidente da Parques Tejo, do qual ainda não obtive resposta e porque nós, de facto, gostávamos de poder fazer a análise deste regulamento e eventualmente poder fazer algumas sugestões, mas enquanto também não tivermos as respostas, também não podemos refletir totalmente sobre este documento.-----

-----Não sei quando é que terei a resposta que pedi.” -----

-----O **Senhor Presidente** questionou o seguinte: -----

-----“Senhor Presidente da Parques Tejo, sabe quais são as perguntas?” -----

-----O **doutor Rui Rei** respondeu o seguinte: -----

-----“Sei. As perguntas não têm a ver com o regulamento, as perguntas que a Senhora Vereadora enviou à Parques Tejo e que a Parques Tejo vai enviar à Câmara e a Câmara depois fará esse reenvio ao Gabinete da Senhora Vereadora, tem a ver com uma petição que deu entrada na Assembleia Municipal e, portanto, essa petição não tem nada a ver, não está em nada



Câmara Municipal
de Oeiras

relacionada com o regulamento geral de zonas tarifadas do Município. -----

----- Se houver algum esclarecimento em concreto sobre este regulamento, nós estamos em condições de o responder imediatamente e eventualmente nestas respostas vão ver.” -----

----- O **Senhor Presidente** questionou: -----

----- “Já agora só uma pergunta, as questões que a Senhora Vereadora colocou reportam-se àquela petição da Rua Carlos Vieira Ramos, Gazeta de Oeiras e dessa zona?” -----

----- O **doutor Rui Rei** retorquiu:-----

----- “Sim.” -----

----- A **Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho** salientou: -----

----- “Não são só, porque efetivamente eu também perguntei relativamente àquilo que são os acordos com as empresas e isso interessa para podermos olhar para este regulamento, relativamente a protocolos, se havia protocolos ou não com empresas do Concelho para estabelecer preços para os dísticos e eu fiz essa pergunta. -----

----- Portanto, eu gostaria de ter uma resposta para poder refletir, porque efetivamente achamos que isto também devia de estar regulamentado e é isso que queremos saber e eu de facto, apresentei algumas questões que têm a ver com a petição, mas às vezes as petições também levantam outras questões que nós queremos perceber, para podermos analisar as propostas, portanto, as perguntas que eu fiz ao Senhor Presidente da Parques Tejo não são única e exclusivamente acerca da petição, estão relacionadas, mas não são só.-----

----- Tem a ver também com algumas questões que nós gostaríamos de perceber para podermos também fazer essa reflexão, se não, não as tínhamos feito.”-----

----- O **doutor Rui Rei** disse o seguinte:-----

----- “Nós na Parques Tejo cometemos erros todos os dias e quando cometemos erros, procuramos corrigir e pedimos muitas vezes desculpa, e ainda hoje me foi colocado em cima da mesa um pagamento a prestações de um cidadão que tinha sido bloqueado e rebocado e que está

há vários dias estacionado no parque de serviços que nós temos em Carnaxide, portanto, nós tomámos a decisão, não só de resolver esse tema, como dizer que devido a uma dessincronia de informação o munícipe ia ser prejudicado numa série de dias.-----

-----Portanto, vamos assumir tudo isso, pedir-lhe desculpa e fazer um acordo que é o normal, fazemos isso variadíssimas vezes, nós aprendemos todos os dias com as reclamações que nos aparecem todos os dias e é assim que os Serviços sabem que devem fazer e todas as que nos chegam.-----

-----Em relação às perguntas que a Senhora Vereadora fez, e bem, podem querer retirar toda a informação a perguntas que ali são feitas em consequência, aliás, está escrito na informação que nos é enviada, que é pouco importante aqui para a discussão, mas o pedido que nos fazem é sobre a petição.-----

-----Face à questão em concreto dos acordos, é uma questão de interpretação do regulamento, se nós regularmos tudo ao mais ínfimo detalhe, o que vai acontecer é que nenhuma empresa municipal ou nenhuma empresa pública vai conseguir gerir espaço público, é simples, se os senhores pedirem ao Senhor Presidente de Câmara que antecipe situações que vão acontecer daqui a um ano, não é possível gerir e, portanto, os acordos que nós fizemos, estão perfeitamente justificados, vamos poder justificá-los sempre e não é possível em nenhum regulamento dizer que a empresa vai poder fazer um acordo x, y ou z, o que se tem que dizer, é que à luz da lei, cumprindo o regulamento, a empresa interpreta o regulamento e aplica-o, e é isso que nós estamos a fazer, volto a dizer todos os pedidos que nos foram enviados foi face à petição e vamos responder e no fim, vamos analisar e veremos se eu estou a dizer aquilo que é ou não estou a dizer aquilo que é.”-----

-----O **Senhor Presidente** questionou: -----

-----“Senhor Presidente da Parques Tejo, quando é que podem vir essas respostas?”-----

-----O **doutor Rui Rei** respondeu: -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- “As respostas virão esta semana Senhor Presidente.” -----

----- O **Senhor Presidente** referiu:-----

----- “Pronto, então se vêm esta semana, não há problema nenhum, proponho o adiamento desta proposta.-----

----- Fica adiada para a próxima reunião, mas durante a próxima semana façam vir essas respostas. - -----

----- Mas eu percebo perfeitamente a questão, obviamente que tem de haver uma margem negocial na empresa para poder discutir com as empresas.”-----

----- II - Esta proposta, por decisão do **Senhor Presidente** que mereceu a concordância da Câmara, mantém-se agendada a fim de ser analisada e votada em próxima reunião. -----

----- III - A **Senhora Vereadora Susana Duarte** fez a seguinte declaração de voto:-----

----- “Tendo em conta que o que está em causa nesta proposta é a realização de consulta pública pelo prazo de trinta dias, iremos aprovar, contudo o PSD propõe que durante este período sejam desenvolvidas sessões de apresentação aos munícipes, de forma descentralizada, tendo em conta as cerca de doze taxas diferentes propostas neste regulamento, de modo que se evite alguma desinformação sobre estas normas e a importância das mesmas para a mobilidade em Oeiras.” --- -----

75 - PROPOSTA N.º 482/23 - DGO - REVISÃO DO REGIMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS: -----

----- I - A **Senhora Vereadora Carla Castelo** questionou o seguinte:-----

----- “Esta proposta realmente tem uma parte que não nos suscita questões, percebemos as questões do RCPD, de resto é realmente bastante estranho que surjam uma série de alterações e ainda não fez dois anos que votámos este Regimento, ou seja, na primeira reunião da Câmara deste mandato e esta proposta, realmente eu vou dizê-lo, já sei que não vai gostar, mas mostra que não lida bem com a oposição, enfim, não tinham tido até ao momento oposição que fizesse

questões, só isto explica que, volvidos estes menos de dois anos desde a aprovação do Regimento pelo qual nos regemos, surja esta proposta. -----

-----Quando a vimos até pensámos que seria finalmente para a transmissão das reuniões públicas de Câmara em direto para os cidadãos, os munícipes de Oeiras poderem acompanhar aquilo que é o trabalho nesta Vereação, no fundo, retirar Oeiras desta pequena ilha dos pouquíssimos e raríssimos casos na Área Metropolitana de Lisboa, que não transmite as suas reuniões públicas de Câmara em direto, mas não, a revisão do Regimento é para tentar dificultar ainda mais o trabalho da Vereação do Grupo Político Evoluir Oeiras e não acrescenta nenhuma melhoria, antes pelo contrário, por exemplo, por que é que as declarações de voto, que no atual Regimento podem ser enviadas até quarenta e oito horas, um prazo que ainda assim nem sequer é dilatado, aliás, é muito curto para Vereadores como eu, o Vereador Duarte da Mata e o João Neves, que aqui me substituem, sem gabinete técnico de apoio, possam dar as declarações de voto agora no período da própria reunião, ou seja, eu não posso estar atenta àquilo que se passa na reunião, porque estou aqui a escrever já a declaração de voto, porque eu não trago a declaração de voto que não precise, realmente com aquilo que é aqui dito, as respostas que são dadas e tenho que escrevê-la à posteriori, portanto, esta questão de ser obrigatório enviar a declaração de voto até ao final da reunião é alguma coisa que não compreendemos e por isso mesmo é que digo que só pode ser para dificultar o trabalho desta Vereação, porque realmente também somos nós que colocamos as questões. -----

-----Como esta proposta está, não podemos concordar com ela. -----

-----Acho que, no mínimo, para além, já nem vou entrar noutros pormenores da arbitrariedade do Senhor Presidente decidir quem pode vir ou não assistir às reuniões não públicas, portanto, ordinárias, há aqui uma série de coisas que não se percebe, por que é que a meio do mandato, nem sequer a meio do mandato é, porque para o meio do mandato ainda faltam uns meses, até setembro/outubro, vem uma proposta de alteração do Regimento, que não traz



Câmara Municipal
de Oeiras

nenhuma melhoria.-----

----- Se me disser que é pelo RGPD, muito bem, então as questões do RGPD sejam acauteladas, se quiserem pôr também a transmissão nas reuniões públicas de Câmara faz todo o sentido, e seria uma melhoria, agora pôr mais dificuldades e mais arbitrariedade não me parece adequado.” -----

----- A **Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho** observou o seguinte:-----

----- “Eu peço desculpa, mas antes de ir ao ponto, tenho que dizer, eu, às vezes, fico, de facto, muito surpreendida com a Vereadora com algumas coisas que diz, porque dizer que vocês são os únicos que colocam aqui questões é, de facto, extraordinário, fico, de facto, surpreendida com esta postura, tão pouco democrática e tão pouco respeitadora, às vezes, dos outros, se calhar, é por isso que houve necessidade de rever este Regimento, porque eu, pelo menos falo por mim, porque já percebi que, às vezes aquilo que é aqui dito na reunião e os esclarecimentos são dados na reunião, depois são ditos por vós de outra forma e conforme aquilo que vos favorece e são colocados em ata, e depois às tantas nós só temos uma hipótese, ou respondemos para a ata, que também é uma coisa estranha, mas é absurdo, porque também é absurdo que venham ali declarações que não correspondam àquilo que foram as declarações dadas aqui na reunião, de facto, há aqui qualquer coisa que não funciona e que nós não estamos a conseguir entender, temos formas diferentes de ver a democracia e de respeitar os outros, aqueles que são diferentes e eu da minha parte pelo menos tenho sempre esta postura e continuarei a ter, de respeitar aqueles que são diferentes e de favorecer sempre aquilo que são os nossos pontos em comum e não aqueles que efetivamente nos separam, mas, de facto, fiquei impressionada com esta ideia de que são os únicos que fazem sempre tudo e mais alguma coisa. -----

----- Relativamente à revisão do Regimento. Eu gostaria de fazer uma proposta. -----

----- Quando vêm documentos alterados no Salão Nobre Digital, que fossem acompanhados por um documento, nem que seja uma coisa muito simples que diga quais foram

as alterações.” -----

-----A **Coordenadora do NAOM-CM, Maria Adelaide Silva** esclareceu: -----

-----“Quando uma proposta de deliberação sofre uma alteração, essa alteração é colocada a azul, precisamente para os Senhores Vereadores saberem a alteração que foi feita.” -----

-----Volveu a **Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho**: -----

-----“Então retiro o que disse, porque, pelo menos, tinha sido essa a nota que me tinham dado, que muitas vezes não conseguem encontrar as diferenças das propostas, quando elas entram alteradas.” -----

-----A **Coordenadora do NAOM-CM, Maria Adelaide Silva** esclareceu: -----

-----“Sempre que uma proposta é alterada e substituída no SND, os Senhores Vereadores recebem uma notificação.” -----

-----Volveu a **Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho**: -----

-----“Isso sim, essas notificações nós temos recebido.” -----

-----A **Senhora Vereadora Susana Duarte** referiu o seguinte:-----

-----“Relativamente a esta proposta e não fazendo considerações que não me parecem uteis à discussão, ao artigo nono, relativamente ao período antes da ordem do dia, eu fazia uma sugestão, porque a mim é-me difícil, no dia antes, até às quinze horas, enviar a informação, porque muitas vezes ainda estou a acabá-la, ou porque tivemos eventos naquele dia e ainda queremos incluir isso, por isso, eu sugeria passar a ser até ao final dessa reunião, portanto, hoje enviava as informações, porque consigo fazer e não no dia antes, isso nunca irei conseguir, portanto, se houver algum dia que tenha muitas informações e que tenha que pôr uma parte para a ata, tudo bem.” -----

-----O **Senhor Presidente** referiu: -----

-----“Estou de acordo, esse ponto deve ser alterado, para se aceitar na própria reunião, aliás, eu estava a dizer há bocado isso, para entregarem a folha no dia da reunião.” -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- A **Senhora Vereadora Susana Duarte** continuou: -----

----- “Da minha parte, fora isso, na questão no artigo décimo sexto, na declaração de voto, não diz como é que se entrega a declaração de voto, antigamente dizia que era por e-mail, eu acho que deve ficar na mesma, por e-mail, pelo menos para mim é muito mais fácil, reencaminho logo para o Serviço.” -----

----- Volveu o **Senhor Presidente**: -----

----- “Ou verbal, pode ser verbal na reunião, ou por escrito e pode ser por e-mail até ao fim da reunião.” -----

----- A **Senhora Vereadora Carla Castelo** acrescentou: -----

----- “No Regimento anterior dizia que as declarações de voto só poderiam ser feitas por escrito e eu, até no início do mandato não me tinha apercebido disso e fazia, por vezes, oralmente, depois passámos a enviar sempre por escrito, porque quisemos cumprir exatamente o que dizia o Regimento. -----

----- Agora neste Regimento, não se percebe muito bem, até ao fim da reunião pode-se fazer oralmente ou por escrito? -----

----- Já depois de passar a votação? -----

----- No fim? -----

----- Eu estou aqui a falar, a falar, a falar, a dizer uma série de questões das declarações de voto e ser até ao final da reunião mandarmos por escrito, como já disse, parece-me extremamente limitado e não percebo também qual é que é a utilidade disso.” -----

----- O **Senhor Presidente** observou: -----

----- “Há uma diferença extraordinária entre o exercício da oposição por parte da Senhora Vereadora Carla Castelo, da Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho e da Vereadora Susana Duarte. -----

----- A Vereadora Ana Filipa Laborinho e a Vereadora Susana Duarte já têm votado

algumas, não digo muitas, mas ou contra ou com abstenção. -----

-----Qual é a diferença? -----

-----Ou pedem o adiamento de uma proposta, como aconteceu há bocado e ela considera isso normal, eu também considero normal. A Senhora Vereadora Carla Castelo não considera normal e vai reportar depois nas redes sociais, uma proposta que pediu aqui o adiamento, considera isso uma vitória extraordinária dela própria e que é assim que está a fazer oposição, porque conseguiu o adiamento de uma proposta. -----

-----Isso não tem interesse nenhum, não tem muito a ver com política, hoje a Vereadora Ana Filipe Laborinho pediu o adiamento da proposta das ZEDLS e eu não tenho dúvidas que não vai para as redes sociais, ou para o “Facebook” dela, que hoje conseguiu adiar uma proposta, coisa que não acontece não só com a Vereadora Carla Castelo, mas com os Deputados da Assembleia Municipal, portanto, são formas de fazer oposição. -----

-----Relativamente à questão da declaração de voto no próprio dia. Naturalmente que estou disponível para fazermos aqui a correção no sentido de poder ser oralmente ou por escrito, é óbvio que o bom senso diz que se a declaração de voto é oral, é porque é feita no momento da votação, aliás, é assim que acontece na maior parte das organizações, quando há uma declaração de voto ela é feita naquele momento, vota contra e faz uma declaração de voto, aliás, as declarações de voto seguindo as lições do Roque Laia, só há direito à declaração de voto quando se vota contra, hoje fazem declarações de voto quando votam contra, quando votam a favor, quando se abstêm, hoje já ninguém percebe de funcionamento de assembleias, já lá vai o tempo.

-----É um rico manual do Roque Laia.-----

-----Obviamente que se é uma declaração de voto oral, com certeza que quem vai fazer pode fazê-la no momento, acabou de ser votada a proposta e faz-se a declaração de voto, mas se porventura é uma declaração de voto mais complexa, mais fundamentada, etc., não há nenhum problema que essa declaração de voto venha escrita já, porque as propostas de deliberação são



Câmara Municipal
de Oeiras

conhecidas com antecedência, cada Vereador sabe bem que vai votar essa proposta. -----

----- Se for uma proposta complexa não é na reunião de Câmara que vai decidir o sentido de voto, portanto, analisa e se entender que vai votar contra prepara a declaração de voto e traz por escrito, entrega até ao fim da reunião ou logo a seguir à votação para constar em ata. -----

----- O que deve ser corrigido aqui é que a declaração de voto pode ser apresentada até ao fim da reunião, ou por escrito, ou formulada oralmente no momento da votação, uma coisa ou outra, mas também estou de acordo, oralmente deve ser feita no momento da votação, porque não faz sentido estar a fazer oralmente no final da reunião. -----

----- Por que razão a meio do mandato?-----

----- Não interessa se é a meio do mandato ou no fim do mandato, esta alteração não tem nada a ver com arbitrariedades, nada a ver com limitações à oposição, qualquer pessoa de bom senso vê que faz todo o sentido, porque na realidade, há declarações de voto apresentadas vinte e quatro ou quarenta horas depois que ainda entram na ata da reunião de Câmara, mas obriga a que o Presidente da Câmara e os Vereadores estejam atentos, tenham que ler essa coisa toda e têm que fazer mais uma declaração se for necessário no caso de, porventura, entenderem reagir à declaração de voto e, portanto, é óbvio que gera aqui uma confusão ao nível do trabalho das atas, ao nível administrativo, é complicado e mais, realmente a resposta a uma declaração de voto deve constar na mesma ata, reportada à mesma reunião, etc., e quando se adia para mais tarde, complica mais as coisas. -----

----- Ninguém pode falar em arbitrariedade, é uma questão administrativa, uma questão de eficiência, é óbvio, não me venham dizer, seja a Senhora Vereadora Carla Castelo, seja outro Vereador, que perante uma proposta de deliberação não sabe previamente como vai votar, se vai votar a favor, se vai votar contra, se vai abster-se e quer fazer uma declaração de voto, faz a declaração de voto e trá-la escrita e, portanto, não há nenhum problema pura e simplesmente acontece tudo na mesma reunião, porque o problema é que, na realidade vindo feita ela é

entregue e todos têm conhecimento dela, às vezes, apresentam declarações de voto que é uma espécie de tratado, que vai muito para além, e a Senhora Vereadora Carla Castelo tem esse hábito, vai muito para além do objeto de deliberação relativamente à qual está a votar contra, ou está a fazer a declaração de voto, vai muito para além e é esse muito para além que determina a necessidade depois de resposta ou do Presidente da Câmara ou dos Vereadores e esta é a única razão e parece-me razoável, não há nenhuma dificuldade em trazer a declaração de voto escrita, formulá-la aqui oralmente ou entregar até ao fim reunião por escrito, é apenas este o objetivo, mais nada.-----

-----Essa coisa de falarem em arbitrariedade, ou não dar oportunidade e tal, é o mesmo que dizer que não se pode fazer declaração de voto, ninguém impede um Vereador de fazer declaração de voto, não vai fazê-lo quatro ou cinco dias depois, fala naquele momento e estas reuniões demoram três ou quatro horas, portanto, tem perfeitamente tempo, aliás, a Senhora Vereadora está sempre a escrever ao computador, não é dois ou três minutos, aliás, eu, às vezes, até fico incomodado, porque a vejo tão concentrada no computador, que fico na dúvida que esteja a escutar aquilo que eu digo, como eu escuto com toda a atenção aquilo que a Senhora Vereadora diz, exijo reciprocidade, como quando é feita qualquer apresentação também fico incomodado com a Senhora Vereadora que não a vejo a olhar, vejo-a a escrever tudo no computador, não sei o que está a escrever, mas que escreve muito, escreve, isso não tenho dúvidas, não tenho curiosidade em saber o que escreve, agora incomoda-me e incomoda qualquer pessoa, porque se está a falar e quando a Senhora fala nós prestamos atenção aquilo que diz, quando os outros falam a Senhora está agarrada ao computador e é óbvio que quem está a escrever, e está a escrever com atenção, com certeza, não pode estar com atenção aquilo que os outros dizem.-----

-----Razão que quando vai depois para casa, agarra-se ao computador, tem quarenta e oito horas e diz: “Ora vamos lá ver e dissecar aqui esta coisa toda.” É quase fazer uma autópsia ao



Câmara Municipal
de Oeiras

processo, e não pode ser, porque as pessoas têm que ter oportunidade de responder, de reagir, portanto, não veja fantasmas nisto, acho que ninguém a impede de fazer as declarações de voto que tem a fazer, pura e simplesmente, traz antes, tem os dias anteriores para o fazer, chega aqui apresenta, é tão simples como isso.” -----

----- A **Senhora Vereadora Carla Castelo** acrescentou: -----

----- “Senhor Presidente, sabe uma coisa? Eu fui jornalista durante vinte e oito anos e eu quando estou a ouvir gosto de estar a escrever aquilo que estou a ouvir.”-----

----- Atalhou o **Senhor Presidente**: -----

----- “Está a escrever o que está a ouvir?-----

----- Isso é outra coisa.”-----

----- Voltando a **Senhora Vereadora Carla Castelo**: -----

----- “Vou tomando notas porque é muito importante ter este resumo para nós.-----

----- Outra coisa que é importante é saber ouvir aquilo que é dito e muitas vezes eu digo coisas, mas não sei, os Senhores ou não estão com atenção ou deturpam aquilo que eu disse.-----

----- Eu não disse que era a única oposição, eu disse que era a oposição que fazia perguntas, mas não disse que era a única, não está lá a palavra, deve estar, certamente, depois na gravação. - -----

----- De qualquer das formas relativamente à declaração de voto, a mim não me custa nada fazê-la oralmente, às vezes, prefiro fazer por escrito, porque faço à posteriori, porque realmente muitas das coisas que trago antes depois se alteram na discussão, porque estamos numa discussão política na Câmara. Não é uma questão meramente burocrática, senão nem nos reuníamos, fazíamos tudo pela Internet, mandávamos a declaração de voto também pela Internet, a até antes de votarmos. -----

----- Aquilo que me parece é que os Vereadores com pelouro, se calhar, não têm esta perceção, porque têm pessoas com quem trabalham, assessores, etc. para nós é mais complicado,

por isso, parece-me razoável, mandarmos, por exemplo, até à meia-noite no próprio dia, se, acho que não estamos de forma nenhuma a dilatar muito esse período. -----

-----Se entenderem que pode ser assim, para nós está bem.”-----

-----O **Senhor Presidente** disse o seguinte: -----

-----“Até à meia noite do próprio dia. O problema é que obriga, que tem que se ler no dia seguinte. A mim não dá jeito, a mim dava jeito no próprio momento.” -----

-----A **Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho** disse o seguinte: -----

-----“Eu não me oponho a esta proposta desde que haja a possibilidade dos Vereadores relativamente às quais são visados nessas respostas, possam ter o direito de responder a seguir e era este o ponto que eu há bocado queria referir, nós quando fazemos declarações de voto das duas, uma, ou as linhas principais das declarações de voto são aqui ditas para poder haver o contraditório de quem está....” -----

-----A **Senhora Vereadora Carla Castelo** interrompeu: -----

-----“A declaração de voto não tem contraditório.”-----

-----A **Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho** continuou: -----

-----“Não é essa a questão, quando nós vemos escritas coisas que não foram discutidas aqui na reunião, que não foram ditas, e depois vemos na ata que aquilo não é bem assim, tem que haver a oportunidade de nós dizermos alguma coisa, porque se não aquilo que passa é errado e quem está a ser visado não tem sequer a possibilidade de se defender, para mim esta que é a questão.” -- -----

-----O **Senhor Presidente** argumentou:-----

-----“Acho que a Vereadora Ana Filipa Laborinho bateu no ponto. Na realidade, não haveria nenhum problema se as declarações de voto fossem elas de que natureza fossem, se incidissem, exclusivamente, no fundamento do voto relativamente à matéria em discussão. -----

-----O problema é que, diz-nos a experiência, que na maior parte dos casos a declaração



Câmara Municipal
de Oeiras

de voto vai muito para além daquilo que foi discutido na reunião de Câmara ou do que o objeto da deliberação em causa e aí há contraditório, obviamente, tudo o que sai fora da norma tem contraditório e esse é que é o problema. -----

----- Uma coisa é fazer uma declaração de voto oral e dizer: “As linhas de orientação da declaração de voto são estas, o que vou dizer é isto, mas, por uma questão de precisão, vou fazer por escrito.” -----

----- Tudo bem, não havia nenhum problema que fosse entregue dois dias depois. O problema é que não é isso que acontece, e, portanto, tem que haver o direito de todas as pessoas exercerem o contraditório e ao contrário da arbitrariedade que a Senhora Vereadora refere, estamos a falar do exercício democrático por excelência, que é o direito que cada um possa reagir relativamente àquilo que o outro diz, esta é que é a questão. -----

----- Não sei, até à meia-noite significaria que depois quem seja objeto de qualquer intervenção tem que ter conhecimento no dia seguinte dessa declaração de voto e que seja distribuída por todos os Vereadores para poderem reagir. Não sei. Isto dá mais trabalho aos Serviços, mas pronto, podemos fazer a experiência, admito que possa ser até à meia-noite.”-----

----- O **Senhor Vereador Nuno Neto** referiu o seguinte: -----

----- “É uma discussão que normalmente não gosto de participar. -----

----- Mas o Senhor Presidente chamou à colação um livro que me traz tão boas memórias, que eu agarrava no conceito e na questão do conceito, se calhar, se esclarecesse no Regimento, o que é a declaração de voto, resolveria a questão, não me entendam mal, é apenas um jurista a tentar encontrar uma solução de meio termo. -----

----- Se se esclarecer no Regimento que a declaração de voto se deve cingir à matéria, de facto, porque uma declaração de voto é uma justificação de um voto contra em determinada matéria. --- -----

----- Se ficar explícito no Regimento, que a declaração de voto se deve cingir a uma

justificação da orientação de voto e que não deve exceder a matéria discutida em reunião ou a matéria abordada na discussão, já limitaria.” -----

-----O **Senhor Presidente** observou: -----

-----“Não é propriamente possível, porque se estão a esquecer de um pormenor, isto não é uma Assembleia Geral. Eu citei o Roque Laia por analogia, uma coisa são Assembleias Gerais, outra coisa é o Órgão Executivo, é preciso não esquecer que isto é um Órgão Executivo. -----

-----Vamos fazer a experiência e então as declarações de voto são entregues, por escrito, até à meia-noite do dia que dizem respeito e são distribuídas a todos os vereadores no dia seguinte para poderem reagir e estes por sua vez têm vinte e quatro horas para reagir também.” --

-----A **Senhora Vereadora Carla Castelo** referiu o seguinte: -----

-----“Senhor Presidente, eu sinceramente fico bastante surpreendida com esta forma de ler as nossas declarações de voto. -----

-----As nossas declarações de voto, regra geral, são sobre aquilo que são as propostas, nunca visámos pessoas, não ofendemos ninguém, e aquilo que foi dito pela Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho, quanto a mim, é de uma enorme gravidade, porque, ao contrário do que aqui já se passou com declarações políticas da Senhora Vereadora a criticar diretamente e de forma pouco elegante, para não dizer outra coisa, esta Vereação, nós nunca fizemos nenhuma declaração nesse sentido, e é verdade, e relativamente àquilo que são as declarações de voto, dizerem coisas que não foram ditas, e dizerem outra coisa, as atas são feitas a partir de uma gravação, portanto, as pessoas leem aquilo que foi a discussão anterior e leem a nossa declaração de voto ou a declaração de voto dos Senhores Vereadores e Vereadoras que quiserem fazê-la, estar agora a incluir reações às declarações de voto, isso realmente é uma bizzarria, que eu não conheço em lado nenhum e em nenhuma reunião de Câmara esta questão das reações às declarações de voto. -----

-----Há uma declaração de voto e a explicação do nosso sentido de voto não é mais nada



Câmara Municipal
de Oeiras

do que isso e estar aqui a dizer ou a dar a entender que fizemos alguma declaração de voto que foi desrespeitosa ou que visou parece que quase pessoalmente a Senhora Vereadora, isso não é verdade.” - -----

----- A **Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho** salientou o seguinte:-----

----- “Senhora Vereadora às vezes, parece que nós, de facto, ou estamos em sintonias muito diferentes ou então não sei do que se refere quando diz que eu a ofendi ou tive uma atitude para consigo que, pelos vistos fui ofensiva ou qualquer coisa, não sei, diga-me quando é que isso foi, porque eu, de facto, não sei quando é que isso aconteceu.” -----

----- A **Senhora Vereadora Carla Castelo** referiu o seguinte: -----

----- “Posso enviar essa declaração de voto sobre uma proposta anterior.” -----

----- A **Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho** salientou o seguinte:-----

----- “Por causa da igualdade?” -----

----- **Senhora Vereadora Carla Castelo** referiu o seguinte: -----

----- “Essa também.” -----

----- A **Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho** salientou o seguinte:-----

----- “Até fico surpreendida, porque eu acho que até costumo ter imenso cuidado naquilo que costumo dizer, e acho que quando digo, falo em assuntos específicos e esclareço o que é que é. -----

----- A Senhora Vereadora diz que eu fiz aqui acusações muito graves, eu nunca disse que vocês tinham ofendido alguém nas declarações de voto que fizeram, eu nunca disse nada disso, não sei, ou estamos a falar linguagens diferentes não nos entendemos, não consigo entender o que é que se passa. -----

----- Se calhar, o Evoluir Oeiras gosta de ser tão incisivo relativamente aos outros, pelos vistos, quando os outros são incisivos relativamente a si, já acha que a postura é ofensiva, porque eu não me lembro nunca de ter ofendido, pelo contrário, olhe, até comecei esta reunião “off the

record”, nem o fiz aqui publicamente, mas faço agora, dizendo-lhe, que apesar de tudo aquilo que lhe tinha dito, que mantinha toda a minha disponibilidade para reunir consigo, com o Vereador Armando Soares, relativamente às questões da igualdade, e voltei-lhe a explicar porque é que achava que uma coisa era perguntar aquilo que era o trabalho das Conselheiras e que outra coisa era querer saber o que era feito relativamente às políticas de igualdade e que essa é uma responsabilidade minha, que tenho o pelouro.-----

-----Não sei onde é que a ofendi, aliás, acho que, desde o início que sempre tentei estabelecer pontes, que, aliás, é a minha forma de estar, em tudo, para quem me conhece, portanto, sempre tentei estabelecer pontes, sempre abri a porta, sempre me disponibilizei para aquilo que fosse necessário, portanto, não sei onde é que a ofendi, mas acho que se de facto a ofendi, diga-me onde para eu ter oportunidade de refletir sobre isso e se eventualmente achar que devo pedir desculpa, pode ter a certeza que eu pedirei, é assim que eu funciono e digo isto desta forma muito frontal efetivamente.-----

-----O que eu disse relativamente àquilo que são as declarações que vêm, muitas vezes, nas atas, é que, ou nós temos aqui, de facto, as discussões e pomos em cima da mesa todos os pontos, para todos podermos ponderar e todos podermos pensar sobre eles, ou então, quando nós estamos a fazer uma discussão que é suposto ser uma discussão séria, os assuntos não são todos postos em cima da mesa, mas depois quando vamos ler a ata, percebemos que afinal aquilo que é escrito vai muito para além daquilo que tinha sido discutido, acho que efetivamente não é bom e não é bom para todos.-----

-----Às vezes até poderiam ser questões que o Evoluir trouxesse aqui e nós pensássemos: “Olha, de facto, não tínhamos pensado sobre isto.”-----

-----Então, se calhar, o que se está a passar é que as vossas declarações de voto, não são efetivamente declarações de voto, porque suscitam efetivamente questões nos outros Vereadores e não estou a dizer isto para a ofender.”-----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Argumentou a **Senhora Vereadora Carla Castelo**: -----

----- “Peço desculpa, uma declaração de voto é a justificação da forma como eu votei não é uma declaração sobre a Senhora Vereadora, é uma declaração da forma como eu votei, e é depois do voto, portanto, estar a dizer que não têm oportunidade depois de discutir! Uma coisa é a discussão, outra coisa depois é a declaração de voto e cada um de nós tem o direito de justificar o seu voto, como entender, o que eu acho estranho é haver esta discussão toda à volta de uma coisa que é um direito básico de qualquer um dos Vereadores e Vereadoras, poder fazer a sua declaração de voto, antes de uma forma, agora querem pôr de outra forma, nós temos as nossas dúvidas relativamente a isso, mas é uma declaração que compromete apenas a mim ou a si, uma declaração de voto da forma como eu votei, não é uma declaração de voto que tenha de ter resposta de ninguém, aliás, eu não iria responder a uma declaração de voto sua, porque isso seria, quanto a mim, uma falta de respeito enorme e é algo que se tem passado aqui, de porem declarações, à posteriori de declarações de voto, quando as declarações de voto são a justificação da forma como cada um dos Vereadores votou, é tão só isso, não é mais nada do que isso.” -----

----- O **Senhor Presidente** observou o seguinte: -----

----- “Depois do que ouvi à Senhora Vereadora Carla Castelo não faço nenhuma alteração a este Regimento, é exatamente como está, até ao fim da reunião, por uma razão muito simples, a Senhora Vereadora não compreendeu que deve haver alguma harmonia no funcionamento das nossas reuniões e deve haver alguma cortesia e alguma cordialidade. -----

----- Vou ler um texto da Senhora Vereadora Carla Castelo apenas para todos terem conhecimento disto, porque, não é linguagem própria a usar nesta matéria: -----

----- “Relativamente à ata número oito repudio o facto de a Vereadora Joana Baptista, página trinta e três, introduzir indevida e irregularmente, face ao Regimento, um comentário em jeito de resposta à minha declaração de voto da reunião anterior sobre a TGR(...)”, naturalmente que a Vereadora sentiu necessidade de esclarecer, porque estava errada, o comentário induz as

peças, e uma declaração de voto também tem que ser verdadeira, isto não é um clube isto é um órgão municipal e, portanto, as declarações de voto têm que ser verdadeiras e, propositadamente ou não, pode haver declarações que não são verdadeiras, as pessoas podem estar a fazer uma declaração de voto incorrendo em erro, até involuntário, faz sentido que não se mantenha esse erro numa ata, que é um documento oficial e, portanto, faz sentido que quem tem conhecimento do erro o corrija, mas isto é a normalidade da situação, mas reparem “(...) estas liberdades a que o Presidente da Câmara Municipal de Oeiras e agora a Vereadora Joana Baptista se dão é um caso de prepotência e grave desrespeito pelas regras de funcionamento democrático deste órgão, pelo votarei contra a aprovação da mesma (...)”, está no seu direito, mas as liberdades, a prepotência e por aí fora, não estão em enquadramento aqui. Realmente foi feito um comentário a corrigir uma declaração que a Senhora Vereadora faz com a chancela da Senhora Vereadora, a propósito dos terrenos rústicos e esta coisa bombástica quando diz “(...) Os signatários, que incluem as maiores organizações não governamentais de ambiente em Portugal, dizem estar unidos “em apoio à habitação pública em zonas urbanas consolidadas, à reabilitação de imóveis devolutos e à reconversão de edifícios de escritórios também desocupados, para habitação a custos controlados”, apoiando, em simultâneo, “a defesa e a preservação dos solos de RAN e REN”, “contra uma agenda de promotores imobiliários e de negócios em torno de mais construção.”-----

-----O manifesto lembra que “tanto a Habitação como o Ambiente e qualidade de vida são direitos consagrados na Constituição”, critica os “discursos de autarcas que procuram criar uma falsa dicotomia entre a habitação digna e o direito a um ambiente sadio” (...).-----

-----À Visão, Carla Castelo, Presidente da Associação Evoluir Oeiras, de quem partiu a iniciativa, explica que o manifesto é a resposta a “uma campanha do Presidente da Câmara de Oeiras para desafetação da RAN”. “Isaltino Morais diz que não é possível resolver a crise da habitação sem os terrenos da RAN. E depois de tanta campanha nos órgãos de comunicação



Câmara Municipal
de Oeiras

parece ter convencido o Governo (...). -----

----- Carla Castelo, também Vereadora da Câmara de Oeiras, aponta as mudanças ao programa do Governo (...)", tudo isto, não diz que é para exclusiva habitação pública, não diz que a propriedade tem que ser do Estado, é claro que isto não é uma declaração de voto, mas este linguajar é aquele que consta. -----

----- Senhora Vereadora só estou a chamar a atenção para a necessidade de moderarmos, estamos aqui todos de quinze em quinze dias, a linguagem "(...) O sistema de Isaltino? (...)". Isto não é cordial, não é simpático, não é de quem lida aqui. "(...) Isaltino Morais tem-se esforçado por parecer (e muitos acreditam) (...)", por parecer, vejam bem, está a entrar dentro do meu espírito, dentro da minha cabeça. Isto é um juízo valorativo, "(...) estar a defender os mais pobres e a classe média ao defender a desafetação de terrenos de Reserva Agrícola Nacional para a construção de habitação pública. Mas é importante perceber, na verdade, o que está a ser proposto, e se no concreto as suas políticas contribuem efetivamente para a redução dos preços de rendas e dos imóveis, que boa parte da população não consegue pagar." -----

----- Eu nunca falei nas rendas e nos preços dos imóveis, porque quem não pode pagar a renda ou comprar tem que ter habitação pública.-----

----- "O autarca de Oeiras coloca a Câmara Municipal como um dos "players" do jogo da especulação ao vender terrenos municipais no mercado - veja-se o polémico caso dos terrenos do Espargal ou o da antiga Companhia Nacional de Petroquímica (...)". -----

----- Nas redes sociais disse: "Questionei porque é que o Relatório de Avaliação do Direito de Oposição, que a lei prevê que seja elaborado até ao fim de março do ano subsequente àquele a que se refere, ainda não tinha sido enviado aos restantes titulares do Direito de Oposição na Assembleia Municipal para se pronunciarem. Pedi para saber o ponto da situação em que está a contratação do serviço de auditoria externa à Municíпия. -----

----- Relativamente à quantidade astronómica de painéis publicitários; relativamente à

quantidade astronómica de painéis publicitários (...).-----

-----Votei contra a Autorização para celebração de contrato, entre o Município de Oeiras e o consórcio a constituir por agrupamento de pessoas coletivas, tendente à requalificação e exploração do Mercado Municipal de Linda-a-Velha em regime de concessão, porque sempre defendemos que o Mercado de Linda-a-Velha deveria ter gestão pública e dar espaço às entidades locais do setor/economia social. -----

-----Abstive-me na aprovação de revisão de preços provisória da execução da ciclovia da Medrosa, entre a Estação da CP de Oeiras e a Praia da Torre (...). -----

-----Votei a favor e saudei o “Projeto DROM” (...), faz sempre, e está no seu direito, não digo que não. A Senhora Vereadora não pode é fazer coisas destas. Não pode é, a propósito de uma Vereadora que faz uma correção, falar em prepotência e liberdades, eu nunca utilizo esta expressão em relação a si, nunca utilizei, por isso, veja lá se estamos com mais cordialidade. ----

-----A que propósito vem esta prepotência? -----

-----Algum dia foi impedida de usar da palavra na Câmara?-----

-----Não é impedida.” -----

-----A **Senhora Vereadora Carla Castelo** referiu o seguinte: -----

-----“Já foi impedida duas vezes de usar a palavra e, aliás, isso até foi comentado e o Senhor Presidente e o Senhor Vice-Presidente já me chamaram aqui mentirosa, hipócrita, desonesta, coisa que nunca chamei a nenhum dos Senhores, se falo em prepotência é porque sinto que há prepotência.-----

-----Agradeço realmente que leia com tanto interesse as entrevistas que dou à Visão, ao Expresso, o artigo que escrevi para o Público, mas acho que não deviam ser para aqui chamados, eu também não trago para aqui as entrevistas que o Senhor Presidente dá às televisões ou aos jornais. Se tenho interesse em ler leio se não tenho interesse em ler não leio, por isso, uma coisa não tem nada a ver com outra. -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Relativamente ao email, à forma de escrever o email e é sempre com respeito, mas com frontalidade e quando sinto que há realmente uma liberdade excessiva perante uma declaração de voto, virem fazer comentários, como o Senhor Presidente fez, digo-o, eu tenho essa liberdade e tenho esse direito de dar a minha opinião e à comunicação social também, era o que faltava o Senhor Presidente pode falar para todos os jornais e eu não poderia falar e escrever para os jornais? -----

----- Era o que mais faltava.”-----

----- Voltando o **Senhor Presidente**: -----

----- “Como é óbvio, ninguém impede que fale, nem a mim me impede, com certeza, o que está em causa é outra questão, é a insinuação que por vezes é feita. -----

----- Há tempos li aqui um email que a Senhora Vereadora a dada altura, numa resposta que lhe dão, diz que os Serviços estão a seguir ordens superiores, indiciando que o Presidente da Câmara estaria a dar ordens para responderem assim ou assado, obviamente que isto é uma acusação gravíssima, portanto, estou a chamar a atenção para a posição que a Senhora Vereadora se coloca dá a impressão que é a única pura aqui nesta reunião e que o resto, somos pessoas que andamos aqui por ver andar os outros e que não temos pingo de honestidade, na medida em que são feitas insinuações gravíssimas e a Senhora Vereadora nem se apercebe disso. -----

----- Aquilo que eu apelo, já apelei várias vezes, que haja uma linguagem diferente, não é preciso estar a usar a prepotência por tudo e por nada, não adianta usar a prepotência no momento em há prepotência, quando houver prepotência, faça o favor de dizer, há prepotência, agora não usar a prepotência por tudo e por nada, e arbitrariedade, ilegalidade e por aí fora.” -----

----- O **Senhor Vice-Presidente** disse o seguinte:-----

----- “A Senhora Vereadora obriga-me a responder.-----

----- Se eu alguma vez disse que a Senhora Vereadora é desonesta ou hipócrita, é politicamente desonesta, ou hipócrita politicamente. -----

-----Não julgo a sua vida pessoal, não conheço, não me interessa, não tenho que conhecer, portanto, as minhas críticas são objetivamente políticas, tudo o resto não me interessa nem nunca entrarei nesse tipo de campus, não faz parte de mim. -----

-----Agora entrando na questão em concreto, peço imensa desculpa, Senhor Presidente, vemos, ouvimos, lemos, não podemos ignorar. -----

-----A conduta da Senhora Carla Castelo eu até entendo que a Senhora Vereadora Carla Castelo tem o direito de escrever o que quiser nas declarações de voto, está no seu direito, todavia o conteúdo das mesmas obriga algumas pessoas a reagir.-----

-----Se o conteúdo das mesmas obriga a reagir, não há outra forma que não serem apresentadas no momento, porque uma declaração de voto que obriga outrem a responder, tem que responder no momento, ou então não saímos daqui e estamos a enriquecer uma ata “ad eterno” e nunca para, portanto, votarei solidariamente com a maior parte do grupo, todavia é objetivamente impossível que não seja no momento, é no momento e os outros que sejam afetados têm a liberdade de fazer também a sua declaração de voto, obviamente, correndo o risco de nós estamos numa escalada de declarações de voto, mas é a vida, é isso mesmo.” -----

-----A **Senhora Vereadora Susana Duarte** referiu o seguinte:-----

-----“Não tencionava intervir, mas para ficar muito claro aqui aquilo que o PSD acha sobre este assunto. -----

-----Primeiro ponto o PSD não irá discutir em atas e alguns de vós bem o sabem, nunca o fez e não vai começar agora a fazer, o PSD adora o debate político, às vezes alguns Vereadores metem-se comigo, porque falo em muitas propostas, porque gostamos efetivamente de falar aqui, por vezes, fazemos declarações, porque tem que ser mais formal e como dizia o Senhor Presidente, às vezes, aquilo que dizemos oralmente, não é aquilo que queremos ver numa declaração de voto formal, mais bem escrita e redigida, obviamente, mas frontalmente, porque todas as questões que nós levantamos em sede de declaração de voto, o PSD sempre fará e, pelo



Câmara Municipal
de Oeiras

menos, enquanto aqui estiver e foi assim no passado e eu pretendo manter isso, vai continuar a fazer, levanta aqui as questões como ainda hoje levantou, são respondidas ou não, nós podemos achar que foram bem respondidas ou não, isso são outras considerações, contudo, a discussão é feita aqui. - -----

----- Fazemos a declaração de voto formal, mas a discussão do conteúdo da nossa declaração de voto será sempre feita aqui, porque na nossa ótica, tanto numa reunião de Câmara, como numa reunião de Assembleia Municipal, deve ser feito de debate político, porque se nós temos aqui vários partidos políticos e se no caso o legislador quando fez as Câmaras Municipais não fez um órgão como acontece nos Executivos das Juntas de Freguesia, era para haver debate político e se o objetivo é haver debate político, eu acho que tem que ser aqui e nunca numa ata, eu nunca irei responder para ata, concorde ou não concorde.” -----

----- O **Senhor Presidente** observou o seguinte: -----

----- “Muito bem, ouvida e ponderada a situação, mantém-se a proposta originária, apenas com um aditamento que até ao fim da reunião a que diz respeito, será apresentada a declaração de voto, oral ou escrita.” -----

----- A **Senhora Vereadora Carla Castelo** questionou o seguinte: -----

----- “A declaração de voto já é nesta reunião?” -----

----- Respondeu o **Senhor Presidente**: -----

----- “Por acaso, podíamos dizer, é aprovada em minuta e valia já, mas como vai fazer uma grande declaração de voto, que não tem nada a ver com a decisão que estamos aqui a tomar e como a ata será aprovada na próxima reunião, poderá apresentar a declaração de voto nos termos regimentais ainda em vigor, até porque ainda não foi publicado, mas nós já estamos à espera de uma grande declaração que não tem nada a ver com isto, mas é previsível e já temos alguma previsibilidade das coisas.” -----

----- II - A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do

Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e voto contra da Senhora Vereadora Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar o Regimento da Câmara Municipal de Oeiras, com a redação apresentada em anexo à proposta de deliberação e sua subsequente publicitação no Boletim Municipal e no sítio na internet do Município. -----

-----Nos termos dos artigos vigésimo a trigésimo quinto, do Código do Procedimento Administrativo.-----

-----Artigos trigésimo segundo a quinquagésimo oitavo, do Regime Jurídico das Autarquias Locais.-----

-----Artigos septuagésimo quinto a octogésimo, da Lei número cento e sessenta e nove, de noventa e nove, de dezoito de setembro.-----

-----III - A **Senhora Vereadora Susana Duarte** fez a seguinte declaração de voto: -----

-----“Proponho a seguintes alterações:-----

-----No artigo nono, alínea sete, onde se lê “até às quinze horas da véspera do dia da reunião” passar a “até ao final do dia da reunião a que se reportam”; -----

-----No artigo décimo sexto, propomos que conforme estava no anterior regulamento esteja indicada a hipótese de ser remetido através de email.” -----

-----IV - A **Senhora Vereadora Carla Castelo** fez a seguinte declaração de voto: -----

-----“Fica claro o intuito desta revisão do Regimento, com o qual não podemos concordar e que serve, na verdade, para limitar a intervenção da oposição, já que as alterações ao Regimento aqui propostas vão nesse sentido. O Executivo continua a confundir intervenções (que se realizam antes da votação) com declarações de voto que se fazem após a votação e que não têm direito de resposta, já que, querendo, cada um justifica o seu sentido de voto. Esperamos que a prática de entregar comentários de resposta a declarações de voto termine, pois não está



Câmara Municipal
de Oeiras

prevista no Regimento nem na Lei. Lamentamos ainda que, mais uma vez, não ocorra com esta alteração do Regimento qualquer melhoria nas condições de funcionamento democrático e transparência deste órgão, nomeadamente a transmissão das reuniões públicas da Câmara por meios audiovisuais. Mesmo não concordando com o conteúdo no Regimento, como temos feito, cumpriremos o que foi aprovado, e apelamos a que o Senhor Presidente e restantes Vereadoras e Vereadores também cumpram.”-----

76 - PROPOSTA Nº. 483/23 - DOT - MAPA ESTRATÉGICO DE RUÍDO (MER) DO MUNICÍPIO DE OEIRAS:-----

----- I - A **Senhora Vereadora Susana Duarte** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Estando aqui o arquiteto Luís Serpa, se calhar é mais fácil, mas é muito constrangedor, porque nem eu, nem a Vereadora Ana Filipa Laborinho, conseguimos, e já falámos sobre isso, ler com atenção esta proposta, porque tivemos aqui várias questões com muita discussão e como é óbvio, ambas nos debruçámos sobre outras questões, pelo menos falo por mim, não consegui ver esta proposta com a profundidade que ela merece.-----

----- Sei que ela ainda vai à Assembleia Municipal, mas, se calhar, valia a pena, se não prejudicar muito, ela ser adiada.”-----

----- O **arquiteto Luís Serpa** esclareceu o seguinte:-----

----- “Este mapa tem um prazo para ser realizado. Estamos atrasados, porque não podiam fazer contagem de ruído ou não se podia captar níveis de ruído no período apanhado pela pandemia e depois a seguir houve outros atrasos, porque se detetou que entretanto tinha havido novas construções em determinados sítios que alteravam o perfil das zonas de ruído, e, por isso mesmo isto está, de facto, atrasado. -----

----- A APA está a insistir connosco para enviarmos, é só essa a questão do “timing”.” ----

----- Acrescentou o **Senhor Presidente:** -----

----- “Mas não há problema nenhum, porque estamos a falar da remessa à Assembleia

Municipal, o que significa que a Senhora Vereadora na próxima reunião pode trazer a apreciação que entender, aliás, todos os Vereadores.” -----

-----II - A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e voto contra da Senhora Vereadora Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar e remeter o Mapa Estratégico de Ruído do Município de Oeiras (MER) à Assembleia Municipal.

-----Após aprovação da Assembleia Municipal, remeter à Agência Portuguesa do Ambiente (APA) para os devidos efeitos. -----

-----Nos termos dos artigos quarto, sétimo e nono, do Decreto-Lei número oitenta e quatro-A, de dois mil e vinte e dois, de nove de dezembro. -----

-----III - A **Senhora Vereadora Carla Castelo** fez a seguinte declaração de voto:-----

-----“O nosso voto contra não se deve a qualquer incorreção técnica, mas sim ao facto de estarmos a aprovar um mapa estratégico do ruído tendo por base valores medidos durante a pandemia. No âmbito da revisão do Mapa Estratégico de Ruído do Concelho de Oeiras, é de realçar que as medições foram em dois mil e vinte e um, ano em que estávamos a viver sob as restrições ditadas pela COVID-Dezanove. Os valores deveriam ser reconsiderados para uma revisão atualizada e conclusiva. Não é, pois, fidedigno que se façam extrapolações de reduções de ruído tendo por base medições neste ano. Nos anexos disponibilizados faltava a memória descritiva que foi colocado no Salão Nobre Digital só depois de termos alertado para essa falta. Ora o que diz é elucidativo de um rumo de degradação da qualidade de vida e da saúde dos munícipes com o qual não podemos concordar.-----

-----Na página quarenta da memória descritiva, os autores do estudo referem precisamente uma realidade que espelha a política do município centrada no automóvel particular e as implicações para a qualidade de vida e saúde pública: “De acordo com o que se prevê no que



Câmara Municipal
de Oeiras

respeita à criação de novos eixos viários no Concelho de Oeiras, nomeadamente o surgimento de vias que pretendem descongestionar algumas das vias existentes, ou mesmo criar acessibilidades onde atualmente não existam, considera-se que as condições acústicas futuras resultarão, por um lado dos volumes de tráfego gerados pelas futuras vias e por outro do aumento provável dos volumes de tráfego observados atualmente na rede viária existente. Caso este aumento seja da ordem de trinta a cinquenta por cento nos próximos dez anos (taxa média de crescimento normalmente considerada no território nacional para itinerários principais e complementares), podem prever-se, nas vizinhanças das vias de tráfego, incrementos dos níveis sonoros atuais da ordem de mais dois decibéis ponderados nos próximos dez anos, com uma margem de incerteza de mais ou menos um decibel ponderado face à relação logarítmica entre os níveis sonoros e os volumes de tráfego associados, já referida anteriormente.” Isto é verdadeiramente preocupante e só dá razão às posições que o Grupo Político Evoluir Oeiras tem assumido contra a construção de novas vias rodoviárias.” -----

77 - PROPOSTA Nº. 485/23 - DTGE - CONCERTOS THE WEEKND, MAROON 5, DEF LEPPARD E MÖTLEY CRÛE E HARRY STYLES - ATRIBUIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À EVERYTHING IS NEW, APOIO LOGÍSTICO E ISENÇÃO DE TAXAS MUNICIPAIS: -----

----- I - A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e voto contra da Senhora Vereadora Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vice-Presidente**, aprovar a atribuição de participação financeira para a realização dos concertos: “The Weeknd”, “Maroon 5”, “Def Leppard e Mötley Crüe” e “Harry Styles”, no valor de duzentos e cinquenta mil euros, cujo destino é a participação nos custos com a organização dos concertos.- -----

-----A disponibilização dos apoios logísticos solicitados, dentro da disponibilidade e capacidade dos serviços a envolver.-----

-----O pagamento da ocupação do terrapleno de Algés à Administração do Porto de Lisboa, cuja estimativa se situa nos sete mil euros acrescidos de IVA.-----

-----O adiantamento dos pagamentos à Luságua (contadores e consumos de água) para posterior reembolso pelo promotor e cuja estimativa é de cinco mil e quinhentos euros.-----

-----Garantir o apoio dos Bombeiros nas montagens, desmontagens e realização do evento numa estimativa de vinte e seis mil euros, dezoito mil euros para cada corporação (Algés e Dafundo). - -----

-----A emissão das licenças camarárias necessárias e isenção do pagamento das taxas municipais cuja estimativa se cifra nos dezasseis mil quinhentos e trinta e dois euros e quarenta e quatro cêntimos e a remessa da proposta de isenção de taxas para aprovação da Assembleia Municipal de Oeiras. -----

-----A minuta do termo de aceitação. -----

-----Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alíneas e) e f), vigésimo quinto, número um, alínea c) e trigésimo terceiro, número um, alíneas o), u) e ccc), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

-----Artigos décimo quinto, alínea d) e décimo sexto, número dois, da Lei número setenta e três, de dois mil e treze, de três de setembro. -----

-----Artigos trigésimo oitavo e trigésimo nono, do Regulamento de Permissões Administrativas, Taxas e Outras Receitas do Município de Oeiras, publicado pelo Regulamento número trezentos e sessenta e quatro, de dois mil e doze, no Diário da República, segunda série, número cento e cinquenta e sete, de catorze de agosto de dois mil e doze, sem prejuízo do previsto no artigo quadragésimo primeiro, do mesmo Regulamento. -----

-----Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de



Câmara Municipal
de Oeiras

fevereiro e artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho. -----

----- Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código de Procedimento e de Processo Tributário e artigo centésimo nonagésimo oitavo, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social.-----

----- Artigos ducentésimo e ducentésimo décimo segundo, do Código do Procedimento Administrativo e artigos quinto, número quatro, alínea c) e ducentésimo septuagésimo oitavo e seguintes, do Código dos Contratos Públicos. -----

----- Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto, regulamentada pela Portaria número duzentos e trinta e três, de dois mil e dezoito, de vinte e um de agosto. - -----

----- Artigos segundo, números um e dois, terceiro, número um, quarto, quinto, números um e dois e nono, número um, da Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto. -----

----- II - A **Senhora Vereadora Carla Castelo** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “Saudamos a existência destes festivais, mas consideramos excessivas as participações financeiras, de apoio logístico e isenção de taxas municipais, que a Câmara Municipal de Oeiras concede à empresa promotora, sem contrapartidas para os moradores de Algés.”-----

78 - PROPOSTA N.º. 486/23 - DPU - PROC.º. N.º. P2/2006/134 - ALTERAÇÃO OFICIOSA DO ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º. 1/2008, LOCALIZADO EM TALAÍDE: -----

----- Esta proposta, por decisão do **Senhor Presidente** que mereceu a concordância da Câmara, mantém-se agendada a fim de ser analisada e votada em próxima reunião. -----

79 - PROPOSTA N.º. 487/23 - GAP - MEDALHAS DE MÉRITO MUNICIPAL E MEDALHAS DE HONRA:-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar a atribuição de Medalhas de Mérito Municipal a diversas personalidades e entidades, de acordo com a seguinte listagem: --

-----Medalha - Homenageado: -----

-----Cobre - Abel Pedro Angeja Veloso (Bombeiro); -----

-----Cobre - Adalberto Monteiro (Presidente da Pombal Vinte e Um);-----

-----Cobre - António Manuel Palma Sousa (Bombeiro);-----

-----Cobre - Fernando Manuel Almeida Fernandes (Bombeiro); -----

-----Cobre - Hugo Ricardo Leitão Galveia de Melo (Bombeiro); -----

-----Cobre - Livraria Gatafunho; -----

-----Cobre - Restaurante A Curva; -----

-----Cobre - Restaurante Rastilho;-----

-----Cobre - Rolando Saraiva Lopes (Bombeiro);-----

-----Cobre - Rui Jorge Gonçalves da Silva (Bombeiro); -----

-----Cobre - Sandra Borges (Associação Moinho em Movimento);-----

-----Prata - Cantiga D'Alba;-----

-----Prata - Carolina Mendonça (Atleta Clube de Voleibol de Oeiras);-----

-----Prata - Conceição Correia; -----

-----Prata - Escola de Dança Eva Vieira de Almeida; -----

-----Prata - Fábrica de Palmiers de Queluz de Baixo; -----

-----Prata - Funerária Central de Paço de Arcos;-----

-----Prata - João Soldado (Atleta); -----

-----Prata - Júlio do Carmo (Clube de Leião); -----



Câmara Municipal
de Oeiras

- Prata - Rede de Voluntariado das Cuidadoras Informais das Colónias de Gatos de Oeiras; -----
- Prata - Restaurante Astúrias; -----
- Prata - Rui Marcelino (Alma Design); -----
- Ouro - Cláudio Soares (Diretor do Instituto de Tecnologia Química e Biológica António Xavier); -----
- Ouro - Hans Kostner (Fundador Quinta da Fonte); -----
- Ouro - Intendente Ana Neri; -----
- Ouro - Isabel Dias (Presidente Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana); -----
- Ouro - Jorge Graça Costa (Prémio arquitetura); -----
- Ouro - Jorge Rebelo de Almeida (CEO Vila Galé); -----
- Ouro - Major-general Vítor Daniel Rodrigues Viana; -----
- Ouro - Maria Helena Braz Pessoa Corrêa (Professora de música); -----
- Ouro - Mário Augusto Osório Pinto (Presidente Bombeiros Voluntários de Barcarena); -----
- Ouro - Ming Chu Hsu; -----
- Ouro - Oikos - Cooperação e Desenvolvimento; -----
- Ouro - Paula Pinto (Título Póstumo); -----
- Ouro - José Deodoro Troufa Real (Arquiteto); -----
- Ouro - Wellow Group; -----
- Ouro - Ruth Arons (Título póstumo); -----
- Ouro - Irmã Lúcia (São Tomé e Príncipe); -----
- Honra - Manuel Júlio Barão da Cunha; -----
- Honra - Francisco Pinto Balsemão. -----
- A remessa à Assembleia Municipal para a atribuição de duas medalhas de Honra. -----

-----Nos termos do número dois, do artigo quinto e do artigo oitavo, do Regulamento de Atribuição de Medalhas Municipais.-----

80 - ENCERRAMENTO DA REUNIÃO: -----

-----Às vinte e uma horas e trinta e cinco minutos, o **Senhor Presidente** declarou encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata, que vai ser por si assinada e Diretora de Departamento de Gestão Organizacional.-----

O Presidente,



(Isaltino Moraes)

A Diretora de Departamento,



Vera Lúcia da Rocha
Ferreira de Carvalho de
Ascensão / 500745943
2023.06.26 17:43:06
+01'00'

(Vera Carvalho)